

UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“Julio de Mesquita Filho”

Faculdade de Filosofia e Ciências

Campus de Marília

HUMBERTO DE OLIVEIRA

**PRIVATIZAÇÃO E POLÍTICA NEOLIBERAL:
A RESISTÊNCIA DA CATEGORIA BANCÁRIA NO PROCESSO DE
PRIVATIZAÇÃO DO BANESPA (1995 – 2000)**

MARÍLIA

2006

HUMBERTO DE OLIVEIRA

**PRIVATIZAÇÃO E POLÍTICA NEOLIBERAL
A RESISTÊNCIA DA CATEGORIA BANCÁRIA NO PROCESSO DE
PRIVATIZAÇÃO DO BANESPA (1995 – 2000)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação da Faculdade
de Filosofia e Ciências da Universidade
Estadual Paulista, Campus de Marília, como
requisito para obtenção de título de Mestre
em Ciências Sociais.

**MARÍLIA
2006**

**PRIVATIZAÇÃO E POLÍTICA NEOLIBERAL:
A RESISTÊNCIA DA CATEGORIA BANCÁRIA NO PROCESSO DE
PRIVATIZAÇÃO DO BANESPA (1995 – 2000)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação da Faculdade
de Filosofia e Ciências da Universidade
Estadual Paulista, Campus de Marília, como
requisito para obtenção de título de Mestre
em Ciências Sociais.

Marília, setembro de 2006.

BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientador

Prof. Giovanni Antonio P.Alves
Unesp – FFC – Campus de Marília

2º examinador

Prof. Dr. Antonio Carlos Mazzeo
Unesp – FFC – Campus Marília

3º examinador

Prof. Ariovaldo Oliveira Santos
UEL – Londrina-PR

Sonhar mas um sonho impossível,
Lutar quando é fácil ceder,
Vencer o inimigo invencível,
Negar quando a regra é vender.
Sofrer a tortura implacável,
Romper a incabível prisão,
Voar no limite improvável, tocar o
inacessível chão.
É minha lei, é minha questão, virar esse
mundo, cravar este chão.
Não me importa saber se é terrível demais,
Quantas guerras terei que vencer por um
pouco de paz
E amanhã se esse chão que beijei for meu
leito e perdão,
Vou saber que valeu delirar e morrer de
paixão.
E assim seja lá como for, vai ter fim a
infinita aflição.
E o mundo vai ver uma flor, brotar do
impossível chão.

J. Darion / M. Leigh
versão: Chico Buarque/
Ruy Guerra

A todos os trabalhadores que lutam por um ideal, reprimidos mas, não vencidos pelo poder do Capital.

Aos meus verdadeiros amigos: meus pais,
meus irmãos, minha esposa e meus filhos.

Um agradecimento muito especial: você que sempre esteve do meu lado; colaborou, incentivou e não permitiu que eu desistisse. Obrigado. Anna Augusta – minha companheira e esposa.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço ao Prof. Giovanni Antonio P. Alves que sempre soube incentivar e escutar minhas lamentações e angústias. Agradeço por sua orientação correta e necessária para que este trabalho chegasse ao seu objetivo.

A todos os colegas da pós-graduação, aos professores do grupo de pesquisa, dos seminários, dos congressos, as palestras, às vezes infindáveis mas, necessárias para o nosso desenvolvimento intelectual.

Agradeço ao Prof. Paulo Ribeiro Cunha que além de me incentivar, sempre perguntava: como está a pesquisa?

Aos professores Marcos Tadeu Del Roio, Antonio Carlos Mazzeo, Ariovaldo Santos, que contribuíram para o debate dando sugestões e orientação.

Aos colegas do curso de graduação em Ciências Sociais e Licenciatura pelas discussões críticas..

Aos funcionários da Unesp; da graduação, da pós-graduação, da biblioteca, da portaria, os vigias noturnos que sempre estiveram presentes e colaborando conosco.

Aos trabalhadores do Sindicato dos Bancários de São Paulo. Aos trabalhadores da Afubesp.

Agradeço ao Presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo – João Vaccari Neto. Ao Presidente da Afubesp – Aparecido Sérico, pelas entrevistas concedidas e o tempo disponibilizado.

Enfim, a todos que contribuíram de alguma maneira, meu agradecimento.

ABSTRACT

This research theme is to investigate resistance of Banespa working class against the institution privatization in the context of the neo-liberal political science adopted in the country. It is prioritized, especially, to investigate the entity actuation that represents the state of São Paulo Bank employees, “Afubesp – Associação dos Funcionários do Banespa”. It is stood out the resistance movement promoted by workers association, mobilizing the bank class to impede the privatization. In this process it is realized a classes fight between capital and work. It is discussed the political consciousness of the bank movement vanguard, for, its offensive enabled a positive answer to its actuation, joined with the trade union in behalf of Banespa employees. In this context, it is recovered a historical examination of bank resistance movement, proposing a critique analysis about this working class mobilization. The importance of this study points to a critique analysis of significant facts about the transformations in the relationship of bank work, and focus on the actuation of organizations that represents the employees and the trade union of bank class, bringing to memory intrinsic values to working class conscience and its particularity. It is also stood out that resistance forms adopted by the bank employees allowed them to act with legal and juridical procedures which enabled them to resist the institution sale to a private financial group, justifying its offensive and promoting a discussion with a number of civilian society sectors, directing people attention to that peculiar moment of Brazilian history, becoming notable ideological and political discussion towards antagonistic interests.

Resumo

Esta pesquisa tem como tema investigar a resistência da classe trabalhadora bancária do Banespa contra a privatização da instituição no contexto da política neoliberal adotada no país. A pesquisa priorizou, especificamente, investigar a atuação da entidade representativa dos trabalhadores do Banco do Estado de São Paulo, a Afubesp – Associação dos Funcionários do Banespa. Destaca-se o movimento de resistência promovido pela associação dos trabalhadores, mobilizando a categoria bancária para impedir a privatização do banco. Neste processo, percebemos uma luta de classes entre capital e trabalho. Debates, nesta pesquisa, a conscientização política da vanguarda do movimento bancário, pois sua ofensiva possibilitou uma resposta positiva a sua atuação, juntamente com o sindicato da categoria em favor dos banespianos. Neste contexto, resgatamos um balanço histórico do movimento de resistência bancária, propondo uma análise crítica frente à mobilização desta categoria de trabalhadores. A relevância do estudo aponta para a análise de dados significativos sobre as transformações nas relações do trabalho bancário e enfoca a atuação de organismos de representação dos trabalhadores e do sindicato da categoria bancária, trazendo à memória valores intrínsecos à consciência de classe dos trabalhadores e da sua particularidade. Destaca, também, a pesquisa, que as formas de resistência adotadas pelos trabalhadores bancários, permitiu agir com procedimentos legais e jurídicos que possibilitou resistir à venda da instituição para um grupo financeiro privado, justificando sua ofensiva e promovendo um debate com vários setores da sociedade civil, chamando atenção para aquele momento singular da história brasileira, trazendo à tona discussões político-ideológicas em torno de interesses antagônicos.

APRESENTAÇÃO

Definimos, em nossa pesquisa, como objeto de estudo, tratar sobre: “*As formas de resistência da categoria bancária do Banespa à privatização*”. Nosso referencial teórico trouxe elementos que deram embasamento às nossas indagações e hipóteses, contribuindo para aprimorar nossa abordagem metodológica e técnicas de atuação.

Dentro deste contexto, elencamos algumas categorias analíticas desenvolvidas no decorrer da pesquisa, ligadas à temática do assunto, permitindo trabalhar com hipóteses para melhor focar nosso objeto de estudo.

Nessa perspectiva, optamos por fazer um corte epistemológico e atuar com autores que permitissem uma abordagem histórica, política e social, contemplando elementos que, no nosso entender, pudessem dar indicações que nosso caminho estava sendo percorrido coerentemente.

Desse ponto em diante, julgamos procedente definir o que entendíamos por *Resistência*¹, uma vez que é o conceito chave para o desenvolvimento de nossa pesquisa e a mediação necessária para a elaboração do objeto de estudo juntamente com outros elementos conceituais e categoriais que privilegiamos, trabalhando com algumas definições e considerações, dando fundamento ao nosso referencial teórico.

¹ Elencamos algumas considerações sobre esse elemento conceitual para melhor entendimento das demais categorias analíticas que enfocam nosso objeto de estudo. De acordo com Cattani (1997), à medida do possível um conceito deve ter a seguinte estrutura: “definição sintética, gênese e desenvolvimento histórico”. E acrescenta que na elaboração de verbetes é importante perceber que “eles compõem um quadro de referência no qual conceitos-chave resultam de uma composição de outros conceitos específicos, que, por sua vez, ramificam-se em outros, correlatos, complementares ou subordinados” (pg., 08). E propomos que resistência: não é ser contra ou favor de alguma coisa. É lutar por condições políticas e objetivas e exercer o direito de emancipação. É fazer com que a igualdade de direitos e deveres se estenda além da esfera legal e jurídica. É decidir e participar conscientemente em uma “nova sociedade modificada”. Dar uma abrangência maior ao conceito de disciplina. É exercer ação política. Resistência é elevar o trabalho à sua condição real, entender as lutas sociais em uma sociedade classista. É fazer a mediação necessária entre necessidade e consumo e entender a esfera produtiva das relações capitalistas.

Definindo essas argumentações e hipóteses sobre o elemento *resistência*, focamos nosso objetivo e concluímos que nossa pesquisa se depararia com duas categorias centrais: capital e trabalho.

Pesquisamos vários autores que pudessem nos dar a possibilidade de elaborar nossas argumentações e trabalhar com essas questões dicotômicas e contraditórias.

Nosso próximo passo foi elaborar instrumentos para coleta de dados e esboçar um roteiro de entrevistas, escolhendo participantes diretamente envolvidos com a temática referenciada. Optamos por entrevistar os dirigentes representantes do movimento de resistência dos trabalhadores bancários, por entender que eram representantes oficiais e estavam na vanguarda desse movimento classista. Foram eles: o atual presidente da Associação dos Funcionários do Banespa - a Afubesp - e o atual presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo e região de Osasco².

Com base na coleta, análise e seleção de documentos, interpretamos os dados de acordo com nossas observações e leituras, focando o objeto de estudo e elaborando um roteiro de entrevistas para completar nossa pesquisa.

Fomentar modos de ação e articulação, partindo de um universo categorial específico e tendo clara a sua teoria de abordagem, exige muita determinação e aprimoramento científico. Em um trabalho acadêmico, lidamos com questões, muitas vezes, que não são visíveis à percepção do investigador.

Estudar do geral para o específico ou seu inverso é opção do investigador, mas é preciso ter claro seus objetivos, justificativas e proposições teóricas para possibilitar o fomento de um estudo com bases científicas. Adotar métodos específicos que não abranjam a totalidade do conhecimento, ou seja, que apenas trabalham com

² As entrevistas foram efetuadas no dia 08/07/2002, no Sindicato dos Bancários de São Paulo (sede central) e na Afubesp – Associação dos Funcionários do Banespa (sede central). Presidente da Afubesp – Aparecido Sérgio; Presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo – João Vaccari Neto.

especificidades e particularidades, podem criar uma concepção relativista e subjetivista desse conhecimento.

Fazer ciência não é contar uma história ou um caso vivido particularmente ou coletivamente. Fazer ciência é entender o universo categorial e teórico que está à sua volta, é instigar a imaginação, é buscar o entendimento de muitas concepções de mundo. Ter uma visão geral e ampla do mundo é tentar entender e perceber o universo concreto em que se vive. É buscar sempre a totalidade dos fatos reais e históricos, aprimorando a crítica cultural das Ciências da sociedade. Mills (1982) chamava-nos a atenção para alguns elementos importantes, destacando a importância de nossa “imaginação sociológica”. Dizia Mills que estamos encurralados e obstruídos por nossas próprias ações, limitados em órbitas privadas em que vivemos, ou seja, segundo Mills “o emprego, a família, os vizinhos; em outros ambientes, movimentam-se como estranhos, e permanecem expectadores”. E acrescenta: “e quanto mais consciência tem, mesmo vagamente, das ambições e ameaças que transcendem seus cenários imediatos, mais encurralados parecem sentir-se” (p. 09).

Se, estamos em uma sociedade de classes, precisamos apreender e entender suas contradições e antagonismos. Deduzir ou apenas induzir uma pesquisa social é um atrativo para cair num erro metodológico, dando a entender que a realidade concreta é natural e imutável, não percebendo, perspectivas de abordagens, que nos remetam a uma diferenciação metodológica. Como disse Marx (1976):

Asi como no se juzga a um indivíduo por la idea que el tenga de si mismo, tampoco se puede juzgar tal época de trastorno por la consciencia de si misma, es preciso, por el contrario, explicar esta consciencia por las contradicciones de la vida material, por el conflicto que existe entre las fuerzas productoras sociales y las relaciones de producción. (1976, p. 38)

É nesse contexto histórico e concreto que elaboramos nosso objeto de estudo. Acreditamos que a pesquisa social necessita de observações minuciosas para não dar margem ao erro.

Investigar, pesquisar e coletar dados cientificamente exige um conhecimento prévio dos objetivos mais gerais envolvidos na temática a ser observada. As especificidades tornam-se mais claras e evidentes, a partir do momento em que o pesquisador define sua abordagem metodológica e o seu universo de análises categoriais. Um salto de qualidade se faz necessário para lidarmos com o conhecimento científico alicerçado na práxis educativa e na realidade objetiva humana, aperfeiçoando a busca de respostas concretas, numa prática transformadora e revolucionária. Essa transformação é o próprio processo de desenvolvimento e a filosofia da práxis, na qual teoria e prática sejam mais que uma unidade e superem o processo global de entendimento da realidade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO I – A OFENSIVA NEOLIBERAL E CAPITALISMO FINANCEIRO	
1.1 Antecedentes e contexto histórico.....	28
1.2 O movimento do capital e sua ofensiva.....	33
1.3 Desregulamentação e desestatização.....	42
CAPÍTULO II – A RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES BANCÁRIOS DO BANESPA: Desenvolvimento, crise e privatização.	
2.1 O movimento da classe trabalhadora frente à ofensiva do capital.....	50
2.2 O Banespa: aspectos históricos.....	54
2.3 Afubesp – a vanguarda do movimento de resistência dos bancários.....	58
2.4 A Intervenção no Banco do Estado de São Paulo.....	69
2.5 A Federalização no Banco do Estado de São Paulo.....	76
2.6 Sindicato dos Bancários: o movimento de resistência à privatização do Banespa....	92
2.7 Mídia e privatização no Banespa.....	100
CAPÍTULO III – AS FORMAS DE RESISTÊNCIA ELABORADAS PELOS TRABALHADORES BANCÁRIOS DO BANESPA	
3.1 A efetividade e a eficácia do movimento.....	109
3.2 Da espontaneidade à ação política do movimento de resistência dos trabalhadores bancários do Banespa	115
3.3 Formas judiciais e luta dos bancários do Banespa.....	119
3.4 Processo de privatização do Banespa e Partidos Políticos.....	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
BIBLIOGRAFIA.....	134
ANEXO A.....	141
ANEXO B.....	142
ANEXO C.....	143
ANEXO D.....	144
ANEXO E.....	145

INTRODUÇÃO

Problematização do Objeto

Estudar as formas de resistência elaboradas pela classe trabalhadora bancária, resgata valores intrínsecos à sua própria particularidade histórica, como uma categoria diferenciada no mundo do trabalho. Seus interesses, em determinado momento, passam de interno para externo, ou seja, não há preocupação em defender interesses de frações de classe, mas em promover um debate em que toda a sociedade participe e se inclua como co-participante. Temos, portanto, um debate de ideologias que lutam por sua hegemonia, apresentando seus auto-interesses na consolidação de seus propósitos.

Resgatar valores imanentes à consciência de classe dos trabalhadores é trazer à memória as histórias da classe operária industrial do século XIX (ENGELS, 1985). Manifestar interesses particulares ou gerais depende do conhecimento que se elabora a partir da apreensão da realidade. Há de se questionar o seu sentido, se se permeia uma organização estruturada e elaborada ou se está apenas encobrindo um espontaneísmo imediatista. Nesse ponto, Frederico (1978), enfatiza que, o sentido máximo de uma manifestação organizada e elaborada não está só imbuído em defender interesses particulares, mas em ter um envolvimento em algo ou em uma luta maior que “busque ultrapassar os limites impostos a uma conscientização restrita”.

Quando se inicia um processo de contestação, evidenciado em várias formas de resistências (greves, paralisações, operações de retardamento na produção, etc.) que envolvem a classe trabalhadora, não se tem a certeza se ele é de aparência espontânea ou se está estruturado em uma consciência coletiva política, que apreende a subjetividade do trabalhador que naquele momento, a priori, está lutando por melhores condições materiais para a sua sobrevivência³. A competência em poder articular esses dois momentos fica prejudicada em virtude da própria processualidade do movimento, uma

³ Ver, Frederico (1978) e Antunes (2001).

vez que, em seu núcleo de resistência, ainda há embate com pequenos desentendimentos, na busca de esclarecer os reais objetivos do processo em andamento. Antunes (1992) atenta para o fato de que estudar essas formas de resistência pode:

De um lado [...] se constituir num dos instrumentos que possibilitem o avanço da consciência espontânea do proletariado. De outro, eles tem limitações, e essas somente são superadas quando o movimento [...] atinge um nível superior, especificamente no plano subjetivo, no plano da consciência. (1992, p. 192-193).

A pesquisa objetivou a análise do processo de privatização e a resistência dos trabalhadores bancários do Banespa, contemplando também vários aspectos que permeiam o mundo do trabalho. Aspectos que polemizam a atuação do Estado como fomentador de políticas públicas e seu poder de inserção na sociedade, assim como o próprio processo de reestruturação capitalista implantado no Brasil, a partir dos anos 1970, tendo como limite temporal a Segunda Guerra Mundial, definida por Santos (2001) como “três décadas que foram mais gloriosas para o capital, em seu conjunto, do que para o mundo do trabalho [...]”. (p. 97).

Neste contexto, abrangemos a questão da atuação dos governos estaduais no Brasil. A partir de 1990, a política do país define ações para controle dos bancos⁴. Nesse cenário, temos o Programa Nacional de Desestatização do Governo Federal - PND⁵ patrocinado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no intuito de “reformular” o Estado, promovendo uma investida, que Sodré (1999) classificou sem precedentes. Segundo esse autor foi “uma cruzada contra as estatais”, justificada pelo governo como uma das saídas para a crise financeira que assolava o país,

⁴ Esse controle se direciona tanto para a esfera pública quanto para a instância privada.

⁵ O Programa Nacional de Desestatização no Brasil período 1991–2001, teve como objetivo principal a privatização de empresas estatais - Federal e Estadual – promovido pelo governo federal no sentido de captar recursos, para reduzir a dívida do Estado. Minimizar a dívida interna e dar sustentação aos planos econômicos governamentais. Este programa foi fartamente divulgado pela imprensa e órgãos de comunicação do governo, sendo alvo de várias críticas por parte da sociedade, pois tornou-se público que o próprio Governo Federal financiaria as empresas e instituições – nacionais ou internacionais, interessadas na compra, facilitando a aquisição de créditos pelo BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

pois, com a venda das empresas públicas (especificando os bancos oficiais, estaduais), injetar-se-ia dinheiro na economia nacional, dando elementos legais e jurídicos para a criação do Programa de Estruturação e Reorganização Financeira – PROER e o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual – PROES⁶, para socorrer bancos com problemas de “caixa”. No caso específico do PROES, preparar-se-iam os bancos estaduais para posterior privatização.

Nessa perspectiva, Boito (1999) argumenta que a política neoliberal não está muito preocupada com os investimentos internos, mas, sim, com a possibilidade de aumentar o poder de acumulação. Diz ele:

Uma novidade na política neoliberal foi que ela inaugurou um amplo processo de transferência de renda e de propriedade do setor público para o setor privado. O modelo econômico que se desenvolve reforça, então, o papel do setor privado, fortalece os grandes grupos monopolistas, amplia a internacionalização do aparelho produtivo e aumenta a pobreza das massas. (p. 42).

Com o apoio de entidades ligadas aos trabalhadores, inclusive de outras empresas estatais, a Associação dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo – Afubesp promove uma série de medidas e luta contra a privatização da instituição, resistindo à política dos governos estadual e federal. Esse processo, que permeava o mundo do trabalho bancário, sofria com interferências políticas externas. A esse respeito Jinkings (1995) comenta que:

Exemplo de interferências nas políticas econômicas e financeiras dos países subordinados é o projeto do Banco Mundial sobre a reforma do sistema financeiro nacional. Pretendendo a integração dos mercados de crédito e propondo a desregulamentação financeira e a redução do porte e campo de atuação dos bancos oficiais (p. 20).

⁶ Esses programas contemplam; a Resolução 2.365 de fevereiro de 1997 – PROES e Resolução 2.208 de 03 de novembro de 1995 - PROER.

Com o processo de privatização dos bancos estatais em andamento, o sistema financeiro estatal do país entra em destaque, pois, tenderia a diminuição de seu poder de atuação junto à sociedade, transferindo parte de seu controle para a iniciativa privada (nacional e internacional). Esse fator, aliado ao avanço tecnológico, justificado para modernizar equipamentos, gerou a aceleração do desemprego no setor. Com a informatização dos serviços, houve a diminuição de tarefas, levando as empresas a, cada vez mais, aumentar seus programas de incentivos às demissões voluntárias (PDV)⁷, ocasionando, com isso, o aumento de seu poder de acumulação, decorrente da própria reestruturação em andamento e captando a particularidade do trabalhador frente a esse momento distinto.

As privatizações contribuíram para acelerar transformações no trabalho bancário, reestruturando e promovendo uma mudança significativa neste segmento. Mas esse novo momento de reestruturação é algo intrínseco e ligado à própria lei de acumulação capitalista; como salientou Alves (2000), esse processo não atinge somente o sentido objetivo do trabalhador, ou seja, seu emprego e salário, mas também “no seu sentido subjetivo, a sua consciência de classe”.

Percebemos que todo esse movimento de resistência fortaleceu a entidade representativa dos trabalhadores (Afubesp), que exercia seu poder de negociação e confronto, juntamente com o sindicato da categoria.

A representação bancária através do seu sindicato, beneficiou-se com o surgimento da Central Única dos Trabalhadores – CUT, ganhando maior poder de negociação em uma época que o sindicalismo brasileiro (década de 1980 a 1990) crescia, frente a uma sociedade que clamava por mudanças naquele momento histórico,

⁷ O comprador do Banespa – Banco Santander Central Hispano – BSCH, que adquiriu a instituição em 20 de novembro de 2000, através de leilão de oferta pública, abriu seu PDV – Plano de Demissão Voluntária em abril de 2001. Dados divulgados pela imprensa no período (www.uol.com.br/folha/dinheiro de 25/04/2001), diz que mais de 8.000 trabalhadores bancários do Banespa aderem ao programa de incentivo a demissão voluntária, patrocinado pela instituição compradora. Esses números correspondiam à época 35% do quadro funcional da instituição.

principalmente nas questões ligadas ao trabalho, como registrou Antunes (1995) quando disse que:

Os graves embates sociais da década, por movimentos grevistas ampliados ora por categoria, como a greve nacional dos bancários de 1985, ou com as greves gerais especialmente aquelas que foram melhor sucedidas como as de 1986 e 1989; ou ainda greves como a de novembro de 1988, dos metalúrgicos de Volta Redonda, só para lembrar alguns exemplos – exprimem esta inversão do movimento operário: a luta sindical reivindicatória esteve à frente dos próprios, ganhando relevância então o papel político que acabou sendo exercido pelas centrais sindicais, em especial pela CUT. No vazio aberto pela limitação dos partidos de esquerda, o sindicato e seu instrumental nacional – a CUT – acabaram assumindo um papel relevante, que normalmente é atributo dos partidos. (p. 45).

Com o objetivo de enfocar as formas de resistência da categoria bancária dos trabalhadores do Banespa, de entender o movimento generalizado das mudanças estruturais que passam a ocorrer no mundo do trabalho, perpassamos uma análise sobre a participação da “mídia”, ou seja, a atuação dos meios de comunicação, notadamente a imprensa, com suas várias manifestações, seu poder de controle e inserção junto à sociedade. Biondi (2001), argumentando sobre a atuação da “mídia” e, especificamente, a respeito das privatizações no Brasil e, em particular, a do Banespa, diz que: “os meios de comunicação escondem tudo o que não interessa aos banqueiros, possíveis compradores”. (p. 138), dando entendimento que a luta entre capital e trabalho está realmente presente nesse embate de forças.

O estudo das transformações do trabalho bancário, através de uma pesquisa sociológica, analisando as *formas de resistência da categoria bancária do Banespa à privatização*, apontou que a mobilização de trabalhadores em torno de seus objetivos imediatos pode suceder uma apreensão real da totalidade de um movimento de resistência, ou seja, a sua espontaneidade e sua ação política. Partimos da premissa que prática social e consciência classista não estão dissociadas, propiciando, numa perspectiva crítica, o desenvolvimento e a conscientização da classe trabalhadora. Nesse

sentido, percebemos uma espontaneidade coletiva contrapondo-se à lógica capitalista, a qual, por sua vez, dita regras promovendo um embate antagônico de forças opositoras.

Optamos pela seguinte divisão: no capítulo I, enfocamos aspectos históricos e introdutórios sobre a política econômica, colocando alguns elementos históricos e gerais para dar um entendimento amplo e contextualizado. Especificamente, abordamos as implicações que envolvem, no nosso objeto de estudo, a partir da segunda metade do século XX. Nesse capítulo, descrevemos o contexto histórico, a desregulamentação e a desestatização da economia no Brasil, o movimento e a trajetória do capital no país. No capítulo II, abordamos a resistência dos trabalhadores bancários do Banespa, enfocamos a atuação e o movimento dos trabalhadores frente às investidas da classe patronal. Nesse capítulo, fizemos uma síntese sobre a trajetória e constituição do Banco do Estado de São Paulo, sua fundação e inserção no cenário econômico e político nacional, explicitamos a entidade de representação dos trabalhadores bancários, Afubesp, e as particularidades do processo de privatização do Banespa – intervenção e federalização - assim como, a participação do Sindicato dos Bancários de São Paulo.

No capítulo III, especificamos as formas judiciais usadas pela categoria bancária no movimento de resistência da categoria, a espontaneidade do movimento, sua ação política e a sua efetividade. Apresentamos, também, a participação de outras entidades internas ligadas ao trabalhador bancário do Banespa e sua atuação conjunta com a associação dos trabalhadores, a Afubesp. Estas instituições se unificaram, em torno do movimento de resistência dos trabalhadores, formando o que ficou denominado “Comando Banespa”. Também, enfocamos a atuação da política nacional nesse cenário, ou seja, a participação partidária e seu envolvimento nesse processo, pressionada pelos trabalhadores do movimento de resistência.

Procuramos, neste estudo, investigar a atuação dos trabalhadores bancários do Banespa, no seu movimento de resistência, evidenciando sua ofensiva perante o processo de privatização da instituição. São tratadas, também, algumas questões pertinentes que permeiam este processo como: a política neoliberal, a reestruturação produtiva, a globalização da economia, a mundialização financeira, a crise do fordismo/taylorismo e implicitamente a ascensão do toyotismo que, serviram de base para a nossa proposição de analisar e compreender o movimento de resistência dos trabalhadores bancários. Nossa preocupação foi destacar como as estratégias e táticas, usadas por esses trabalhadores, representados pela sua associação de classe e sindicato da categoria, foram posicionadas frente a esse momento distinto em sua trajetória como trabalhador bancário.

Ao final tecemos considerações a respeito do estudo. Consideramos que o momento distinto que envolveu todos os setores da economia no Brasil, o financeiro foi preponderante nesse cenário de inovações políticas e econômicas. Essas inovações estiveram centradas na política neoliberal iniciada, balizando nossas argumentações, a partir dos anos 1970, pressuposta e pressionada pelas economias dos países desenvolvidos ou centrais. Essa pressão econômica encontrou possibilidades concretas no Governo Federal que, viabilizando e implantando planos econômicos, durante seus sucessivos governos (especificamente o Plano Real), fomentou interesses e estratégias que beneficiaram, em grande parte, a classe patronal. Por sua vez, os trabalhadores, que detinham um poder de organização capaz de conter essa ofensiva, tentaram enfrentar as investidas dessa política com as formas de resistência que possuíam, resgatando sua dignidade como trabalhador e, exigindo o cumprimento das leis estabelecidas no país.

Sendo assim, nesse embate de forças, vamos analisar as *formas de resistência da categoria bancária do Banespa à privatização*, e a particularidade do trabalhador bancário neste universo antagônico entre capital e trabalho.

Esta pesquisa iniciou-se antes da instituição ser privatizada. As análises dos documentos coletados já estavam em andamento. Nossa percepção sobre o processo foi se constituindo, à medida que íamos coletando e analisando os dados, evidenciando e elaborando nossas argumentações, em hipóteses levantadas antes e durante a pesquisa.

Percorremos um caminho que permitiu abordar as contradições e antagonismos desse processo, contextualizando os fatos históricos e sociais vivenciados pelos trabalhadores. Os procedimentos, técnicas e método, adotados na pesquisa, foram elaborados possibilitando o uso adequado na epistemologia proposta pelo trabalho, que foi privilegiar questões intrínsecas dentro do universo capital e trabalho, direcionando as entrevistas e focando a temática em estudo. Dentro desta perspectiva, entendemos a realidade concreta dos fatos, como um embate de forças antagônicas e contraditórias resgatando um histórico confronto: *a luta de classes*.

Antunes (1992), em sua análise das greves ocorridas no ABC Paulista em 1978 a 1980, traz elementos para pensarmos sobre o confronto entre trabalhadores e classe patronal. Demonstra como a resistência dos trabalhadores metalúrgicos do ABC paulista transforma um movimento espontâneo em um movimento que gera um embrião para a ação política. Frederico (1978) vai além dessa condição grevista adotada pela classe trabalhadora e demonstra que distinguir, dentro de um movimento de resistência, o que é realmente necessário para uma postura consciente vai aflorar na dinâmica do próprio movimento, isto é, durante um movimento de contestação de trabalhadores a conscientização da classe, surge, paulatinamente, não em forma linear, mas dentro do processo.

Lênin (1987), por sua vez, coloca elementos significativos para uma análise sobre os sindicatos e sua participação nos confrontos operários. Traz importantes contribuições para percebermos o nível de consciência de que, quando os representantes da classe trabalhadora assumem uma postura não conciliatória, mas de enfrentamento, torna-se possível a conscientização da classe, pois, ela, irá perceber que pertence ao mesmo universo contraditório entre capital e trabalho, formando duas forças opositoras, sendo que a primeira restringe a segunda em sua atuação, não permitindo assumir o controle da produção.

Esses autores analisam a resistência da classe trabalhadora, trazendo considerações gerais e argumentos de estudos de frações de classe específicas, dentro da essência da formação dessa classe que depende de vender sua força de trabalho.

Especificamente, a respeito da fração de classe bancária, sua particularidade e sua identidade como trabalhador bancário, que também vende sua força de trabalho, e que se enquadra, portanto, como classe trabalhadora, encontramos uma análise mais significativa e particularizada em Jinkings (1995, 2002). Essa autora pormenoriza a relevância do estudo dos trabalhadores bancários. Faz uma análise de sua atuação como fornecedores de serviços específicos para o capital, ou seja, trabalham com a mercadoria dinheiro. Sobre a resistência desses trabalhadores perante a ofensiva capitalista, analisa a participação e atuação do sindicato da categoria, assim como, a atuação de entidades ligadas à própria categoria.

Boito (1999) dá-nos uma valiosa contribuição sobre um estudo do sindicalismo no Brasil, inserido na política neoliberal adotada após a queda do padrão fordista/taylorista. Enfoca, também, a fração da classe trabalhadora bancária, sua atuação e formas de resistir aos ataques do capitalismo.

Autores como Antunes (1992), Jinkings (1995, 2002), Boito (1999) entre outros, dimensionam o universo categorial bancário e suas particularidades, destacando que o trabalhador bancário não pode ser considerado um operário do setor industrial, mas um trabalhador, pois vende sua força de trabalho e está sujeito às mesmas regras impostas pelo capitalismo. A temática envolvendo sindicalismo bancário e política neoliberal contempla vários estudos teóricos. Mas, restringimos nossa leitura a autores que permitissem uma abordagem mais centralizada nas questões sobre *resistência bancária* e resistência da classe trabalhadora em geral. Bosi (1996) resgata estudos sobre Simone Weil em “Condição Operária”, organizando suas idéias e mostrando a precariedade do trabalho operário bem como a luta da classe trabalhadora francesa, em resistir à opressão. Diz Bosi (1996) que uma das preocupações da autora de “condição operária” era que o movimento sindical, quando unificado, ganha força e dinamismo possibilitando a resistência frente às investidas do capital.

Sendo assim, nossos conceitos e categorias de análises possibilitaram o estudo do objeto nessa perspectiva de entendimento, ou seja, resgatar à memória a luta da classe trabalhadora, independente de sua categoria de atuação. A conscientização do trabalhador não se obtém, apenas, na luta econômica, mas na superação desta condição imediata. O trabalhador, seja qual for a fração de classe a que pertence, necessita buscar entendimento de que, infelizmente, está em um nível inferior na produção capitalista e que sua existência nasceu da contradição e embate de forças antagônicas fomentadas pelo *capital*. A particularidade do trabalhador bancário se expressa em sua atuação subordinada às imposições do capital financeiro, mesmo sendo um trabalhador mais intelectualizado. Esse capital fictício impõe procedimentos ao trabalhador que se vê obrigado a aceitar suas determinações, por outro lado, o trabalhador bancário, quando engajado numa atuação econômica e política, percebe e desenvolve sua conscientização

de classe buscando novas perspectivas em sua luta diária, como desenvolveu Jinkns (1995), em “O mister de fazer dinheiro”, quando explicita e particulariza a subjetividade desse trabalhador.

CAPITULO I

A OFENSIVA NEOLIBERAL E CAPITALISMO FINANCEIRO

1.1 – Antecedentes e contexto histórico.

Em todas as sociedades humanas, desde as mais remotas, o trabalho sempre esteve presente na vida dos indivíduos.⁸ Transformando e modificando a natureza com suas ações, o homem buscou o seu alimento para saciar suas necessidades materiais, convivendo com atividades rotineiras, possibilitando um intercâmbio em suas formas de atuação (ENGELS, 2000; HELLER, 2004)⁹. A objetividade com que ele exercia suas atividades foi se modificando com o tempo. Percebeu que necessitava produzir um excedente para sua apropriação futura. Desenvolveu conhecimentos específicos, meios de trabalho e ferramentas¹⁰ eficazes e essenciais ao seu aprimoramento como pessoa humana, aperfeiçoando o grau de entendimento de suas ações individuais e coletivas¹¹. A “transição” histórica do feudalismo para o capitalismo (DOBB, 1971) levou os homens a perceberem que a socialização do trabalho e sua divisão fragmentária lhes permitiriam uma maior produção coletiva dos objetos e mercadorias que necessitavam para sobreviverem. A desagregação do modo de produção vigente na Idade Média, trouxe novas maneiras de se gerir a produção material da sociedade. Segundo Mazzeo

⁸O trabalho como uma atividade genérica do homem não como atividade particular. Diz Heller: “o genérico está contido em todo homem, e mais precisamente, em toda atividade que tenha caráter genérico, embora seus motivos sejam particulares. Assim, por exemplo, o trabalho tem frequentemente motivações particulares, mas a atividade do trabalho – quando se trata de trabalho efetivo (isto é, socialmente necessário) – é sempre atividade do gênero humano”. (p.21).

⁹Engels (2000) atenta para o fato de que: “O desenvolvimento da família realiza-se paralelamente, mas não oferece critérios tão conclusivos para a delimitação dos períodos”. Divide esse desenvolvimento em três fases a saber: 1 – Fase Inferior; 2 – Fase Média; 3 – Fase Superior. (2000, p.22/23).

¹⁰Harvey (2003), a esse respeito, excetuando a produção de mercadorias em condições de trabalho assalariado no modo de produção capitalista, coloca que “todo tipo de trabalho exige concentração, autodisciplina, familiarização com diferentes instrumentos de produção e o conhecimento das potencialidades de várias matérias-primas em termos de transformação em produtos úteis”. (p.119).

¹¹Dobb (1971), comenta que: “O homem pré-capitalista era um “homem natural”, que concebia a atividade econômica como o simples provisionamento de suas necessidades naturais.[...] Por contraste o capitalista “desarraigando o homem natural”, com sua visão primitiva e original e “revirando todos os valores da vida”, vê na acumulação de capital o motivo dominante da atividade econômica, e numa atitude de racionalidade sóbria e através dos métodos de cálculo quantitativo preciso subordina tudo o mais na vida a esse fim”. (p. 16).

(1997), o surgimento de um novo modo de produção social acelera o processo de transição. Diz;

São as novas condições históricas, qualitativamente diferenciadas do conjunto da estrutura do feudalismo, que irão desencadear a transição do feudalismo ao capitalismo, processo no qual aparecem não só as novas formas produtivas e comerciais, mas também as novas formas político-ideológicas, que irão acelerar o desenvolvimento da ordem burguesa, até sua plenitude. (p. 25).

A problemática inicia-se com o avanço tecnológico. O advento da máquina a vapor, o incremento da maquinaria em grande escala em substituição às manufaturas, possibilitaram o aparecimento da figura do grande proprietário, possuidor e concentrador das forças produtivas e dos meios de produção¹² necessários ao desenvolvimento social. As modificações estruturais geográficas na Idade Média criaram uma nova maneira de se viver em sociedade. A vida social foi ficando complexa e intensa. As modificações no sistema de transporte, o aperfeiçoamento e o uso racional das rotas fluviais e marítimas, fomentaram o surgimento de um novo tipo de comércio, determinado não como um elemento endógeno, mas como algo que surgiu a partir de interferências externas. Assim, incrementaram-se as feiras, os mercados e as “transações comerciais” sofisticaram-se, dando surgimento ao crédito. Le Gof (1991) coloca que o problema do crédito na época medieval (século XIV e XV) foi resolvido de várias maneiras, destacando-se “o empréstimo sob suas múltiplas formas”. Com a expansão do comércio, os vendedores (mercadores) tornaram-se independentes e foram criando seus próprios negócios, diferenciados de todo tipo de comercialização até então constituído.

¹² Segundo o dicionário do pensamento marxista por Tom Bottomore, Jorge Zahar editor, Rio de Janeiro, 2001; “o conceito de forças produtivas em Marx abrange os meios de produção e a força de trabalho. O desenvolvimento das forças produtivas compreende, portanto, fenômenos históricos como o desenvolvimento da maquinaria e outras modificações do processo de trabalho, a descoberta e exploração de novas fontes de energia e a educação do proletariado. Restam vários elementos cuja definição é discutida.” (p.157).

Essa fase da história da humanidade ficou conhecida como a *ascensão* da burguesia revolucionária, a qual defendia ideais para a sua própria formação como classe dominante, implantando novos paradigmas de organização societária e permitindo sua expansão econômica. Essa processualidade histórica tornou possível um avanço tecnológico muito rápido. A onda crescente de investimentos financeiros na produção mercantil propiciou o aumento da demanda, aliada a grande quantidade de exportações de produtos e mercadorias diversas para as colônias em expansão, sustentando uma economia colonialista que culminaria na fase áurea do capitalismo, ou seja, na fase imperialista do final do século XIX e início do século XX.

No bojo dessa expansão econômica, com a ascensão burguesa dominante, surge uma classe social “emergente” - *o proletariado*. Mestres de ofício, trabalhadores autônomos e independentes, servos e outros, se inserem num processo de “ascensão social” culminando, contraditoriamente, num outro processo, o da exploração em torno da venda de sua força de trabalho. Harvey (2003) coloca que, contrapondo-se a esse novo processo de trabalho que, anteriormente, possuía uma condição diferenciada de transformação da matéria-prima, a força de trabalho toma outra dimensão, numa sociedade criada para a expansão da produção de mercadorias (sociedade capitalista). Diz que:

A produção de mercadorias em condições de trabalho assalariado põe boa parte do conhecimento, das decisões técnicas, bem como do aparelho disciplinar, fora do controle da pessoa que de fato faz o trabalho. (p.119).

Partindo dessa concepção, de uma nova maneira de organização social e de formação do cotidiano, instala-se uma “cultura operária” com o surgimento de novas profissões e ocupações. O predomínio de trabalhadores como, por exemplo, tecelões, sapateiros, alfaiates, marceneiros, ferreiros, etc., foram substituídos por outros trabalhadores inseridos em um novo padrão de trabalho, principalmente na Inglaterra (com os efeitos da primeira revolução industrial), gerando, especificamente, como

atribuiu Hobsbawm (2000), “a formação da cultura da classe operária britânica” que, segundo esse autor, teve início a partir de 1870 com a “aceitação do capitalismo”. Diz:

E não foi antes da década de 1880, ou no máximo no final da década de 1870, que esses padrões assumiram a forma permanente que manteriam até as transformações dramáticas das décadas de 50 e 60. (p.263).

O processo de acumulação acelerado, seguido pelo constante avanço da revolução tecnológica¹³, permitiu a concentração dos meios de produção: equipamentos, terras, controle das fontes naturais de riqueza e benefícios concedidos pela decadente classe aristocrática hegemônica, impondo-se uma ideologia dominante e culminando com ações que subjugassem o restante da sociedade. Essas circunstâncias propiciaram uma mudança estrutural das relações sociais vividas pelas pessoas, possibilitando novas maneiras de pensar e agir. A organização do trabalho tornou-se mais profissional e técnica, implementada pela inserção de novas profissões, pois, com a crescente onda de industrialização, a divisão do trabalho torna-se uma realidade, intensificando o capital monopolista. Braverman (1987), sobre a divisão do trabalho, enfatiza que:

O mais antigo princípio inovador do modo capitalista de produção foi a divisão manufatureira do trabalho, e de uma forma ou de outra a divisão do trabalho permaneceu o princípio fundamental da organização industrial. A divisão do trabalho na indústria capitalista não é de modo algum idêntica ao fenômeno da distribuição de tarefas, ofícios ou especialidades da produção através da sociedade, porquanto, embora todas as sociedades conhecidas tenham dividido seu trabalho em especialidades produtivas, nenhuma sociedade antes do capitalismo subdividiu sistematicamente o trabalho de cada especialidade produtiva em operações limitadas. (p.70).

¹³ Sobre a revolução tecnológica, queremos nos ater a um processo posterior ao que Marx denominou de “Maquinaria e Grande Indústria”, que culminou com o advento da revolução técnico-científica, do fordismo/taylorismo à ascensão do toyotismo posteriormente como produção flexível, da qual originou a nova Divisão Internacional do Trabalho.

No início do século XX, o Fordismo/taylorismo¹⁴ adota novas formas de produção que modificam drasticamente todo o sistema produtivo capitalista (ANTUNES, 2001)¹⁵, um processo que separou a objetividade e subjetividade do trabalhador. O advento desse processo, inseriu novos procedimentos que modificariam e acelerariam o movimento de produção de mercadorias. A proposta do engenheiro Frederick W. Taylor (1856–1915) separou o trabalho: execução e controle. A fragmentação do processo de trabalho intensificada pelo taylorismo acelerou a acumulação capitalista.

Nessa perspectiva, no Brasil, a acumulação capitalista se dá em bases debilitadas de ação política pela classe dominante brasileira. A dívida externa do país pressiona mudanças na estrutura econômica, pressionada, também, pelos órgãos de fomento internacionais¹⁶. Sendo assim, os países emergentes, como o Brasil, têm que se adequar a essa realidade histórica, imposta por uma nova forma de organizar a política econômica, afastando a intervenção do Estado.

¹⁴ Até o final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) o processo de produção estava em indústrias de base: siderurgia, metalurgia, etc. O aumento da população fomentou a procura por bens de consumo. Henry Ford (1863–1947) e Frederick W. Taylor (1856–1915) criaram um sistema produtivo que revolucionou os métodos existentes. Em “Os Princípios da Administração Científica” elabora um sistema de organização do trabalho intensificando a produção no interior das fábricas, conhecido como taylorismo. Ford aproveitou essa inovação tecnológica e inseriu esteiras em sua fábrica de automóveis (linhas de montagem) conhecido como fordismo.

¹⁵ “A introdução da organização científica taylorista do trabalho na indústria automobilística e sua fusão com o fordismo acabaram por representar a forma mais avançada da racionalização capitalista do processo de trabalho ao longo de várias décadas do século XX, sendo somente entre o final dos anos 60 e início dos anos 70 que esse padrão produtivo, estruturalmente comprometido, começou a dar sinais de esgotamento” (ANTUNES, 2001, p.38).

¹⁶ FMI – Fundo Monetário Internacional; BIRD – Banco Interamericano de Desenvolvimento; Banco Mundial; OMC. – Organização Mundial do Comércio; e outros.

1.2 – O movimento do capital e sua ofensiva.

As mudanças organizacionais em vários setores da economia possibilitaram uma redefinição de atuação dos Estados Nacionais. A busca interminável desses setores – primário, secundário, terciário - procurando saídas para aumentar seu poder de acumulação, encontra possibilidades concretas de efetivação, num fenômeno contemporâneo que ficou denominado de *reestruturação produtiva*.

Por reestruturação produtiva, entende-se um fenômeno intrínseco à lógica capitalista de produção, ou seja, para sua expansão o capital necessita obrigatoriamente, produzir ciclos de desenvolvimento possibilitando seu crescimento econômico. Mas em virtude do esgotamento dos recursos disponíveis para exploração, o modo de produção capitalista cria inovações técnicas para poder gerir sua produção.

Filgueiras (2003), sobre reestruturação produtiva, argumenta que a crise do fordismo, intensificada pela ausência de um Estado benfeitor na política macroeconômica de manipulação política e possibilitando benefícios sociais, vai além de uma crise de acumulação do capital, ela quebra um pacto social entre capital e trabalho mediado pelo Estado no pós-guerra. Essa crise instala problemas na organização dos Estados como: fiscal, político, dívida externa e interna, fim da ordem de *Bretton Woods*, queda no padrão do *Welfarestate*, prenunciando os processos de reestruturação produtiva. Diz Filgueiras (2003) que “a reestruturação produtiva, fenômeno que se desenrola tanto na órbita microeconômica quanto no conjunto do ambiente econômico, diz respeito às transformações estruturais no âmbito da produção e do trabalho [...]” (p.53), e se organiza sobre dois aspectos, setorial e tecnológico. Argumenta ainda que:

Os processos de reestruturação produtiva (iniciados nos anos 70) e de globalização (mais evidente a partir dos anos 80), sob inspiração e hegemonia do grande capital transnacional, de instituições multilaterais e dos governos das grandes potências, se constituíram numa resposta à

crise do fordismo. A doutrina neoliberal, por sua vez, ressurgindo do ostracismo e chegando ao poder em 1979 e 1980, respectivamente, na Inglaterra e nos Estados Unidos, se apresentou como a ideologia mais adequada de sustentação e estímulo político desses dois movimentos estruturais do capitalismo contemporâneo, originados nos países desenvolvidos. (p.53).

Alves (2000) diz que: “é a partir da mundialização do capital que se desenvolve um complexo de reestruturação produtiva, com impactos estruturais no mundo do trabalho”, pois,

é um sistema de inovações tecnológico-organizacionais no campo da produção social capitalista..., como a robótica, microeletrônica, automação de sistemas, aplicada à produção, as novas modalidades de gestão da produção tais como os CCQs e Programa de Qualidade Total” (p. 11).

Essas inovações inserem-se como desafios à própria acumulação capitalista.

Baumgarten (2002) a esse respeito coloca que:

Diversas estratégias vêm sendo postas em ação para se responder aos desafios colocados à acumulação e à lucratividade do capital pela diminuição dos ganhos de produtividade, elitização do consumo, mercados com poder de compra reduzidos e aumento da competição intercapitalista mundial. No âmbito das relações de trabalho, a busca de alternativas ao regime fordista de acumulação, de modo a atender a necessidade de manter ou elevar as taxas de lucratividade, tem passado por dois eixos básicos: transformações na organização do processo de trabalho e introdução de tecnologia microeletrônica, buscando adaptar o aparelho produtivo às recentes exigências do mercado mais instável e competitivo. (p.268,269).

Além da esfera produtiva de mercadorias, esse fenômeno também incorporou muito mais do que simplesmente o avanço tecnológico, foi buscar aspectos intrínsecos à própria dinâmica humana do trabalhador, sua subjetividade. A esse respeito Alves (2000) argumenta que o processo pode ser chamado de “novo complexo de reestruturação produtiva” e que não se pode reduzi-lo apenas a sua dimensão tecnológica:

Mas dar ênfase à dimensão da organização da produção (e do trabalho) capitalista. Mais do que nunca, o paradoxo da modernidade exacerbada, quando se anuncia a perda da centralidade do trabalho na produção capitalista, e o incremento da própria manipulação do “trabalho vivo”, da imposição da captura da subjetividade do trabalho pela lógica do capital em processo. (p.12).

Essa lógica do capital embute períodos cíclicos de estagnação onde as forças produtivas não conseguem se expandir, possibilitando novamente a acumulação desejada. Neste sentido, faz-se necessário uma renovação sistemática, dando dinâmica ao processo acumulatório e buscando meios eficazes para efetivar sua gênese.

O esgotamento da expansão capitalista esbarra em sua não-acumulação, daí sua crise ser cíclica, ou melhor, entra numa ciranda giratória sem saída. Harvey (2004) encontra argumentos para explicar essa questão¹⁷. Filgueiras (2003) traz elementos para uma análise a respeito de uma política neoliberal adotada recentemente no país para a saída da crise que assola o padrão capitalista de produção e seu movimento expansionista. Sodré (1999) diz que a transição para o desenvolvimento capitalista está sendo facilitada pelo Estado com o processo de privatizações de vários setores da economia. Sodré (1999) faz considerações a esse respeito quando enfatiza que:

Chegamos tarde ao capitalismo e cedo ao primado do capital financeiro. Não é preciso ser alguém especialmente observador para constatar como o capital financeiro, entre nós, tem sido o grande beneficiário da nossa crise e particularmente da nossa inflação. Por isso é que é interessante contar, ainda que a breves traços, algumas proezas ligadas, de um lado, ao crescimento aqui do capital financeiro, de outro lado, às suas relações com o Estado, o malsinado Estado. (p. 51).

¹⁷O movimento do capital e sua ofensiva a financeirização do mundo é um processo de acumulação espoliatória do trabalho como salientou Harvey (2004), que a alienação dessa forma dá-se em outra instância, que: “alguns mecanismos da acumulação primitiva que Marx enfatizou foram aprimorados para desempenhar hoje um papel bem mais forte do que no passado. O sistema de crédito e o capital financeiro se tornaram, como Lênin, Hilferding e Luxemburg observaram no começo do século XX, grandes trampolins de predação, fraude e roubo. A forte onda de financeirização, domínio pelo capital financeiro, que se estabeleceu a partir de 1973 foi em tudo espetacular por seu estilo especulativo e predatório. (p.122).

Percebe-se que os autores referem-se a um modelo de movimentação imposto pelo capital, onde o Estado tem papel preponderante de atuação agindo como “facilitador” e beneficiando-se de um momento de crise cíclica.

Entendendo essa particularidade do capital, justifica-se a adoção de medidas enfraquecendo a luta sindical e de representações oficiais dos trabalhadores. A ofensiva patronal nesse sentido, capitaneada pelo Estado, deteriora a resistência de entidades classistas ofuscando sua atuação e seu poder de barganha. Dessa maneira, estas entidades limitam-se a “exigir” reivindicações de cunho imediatistas tais como: aumento salarial, diminuição de jornada de trabalho, benefícios alimentares, de saúde, não percebendo a força avassaladora que essa ofensiva trará em curto espaço de tempo, tornando-se assim um instrumento propositivo¹⁸

Mesmo sendo um país de capitalismo tardio,¹⁹ o Brasil possui uma tradição sindical de lutas efetivas contra o movimento do capital²⁰ e conseguiu, nos últimos cinquenta, anos minimizar os efeitos da ação produtiva e predatória imposta pelas relações capitalistas de produção.

¹⁸ Nesse contexto Alves (2000) diz que: “o desenvolvimento de novas estratégias sindicais neocorporativas de cariz propositivo, que pode ser considerado um defensivismo de novo tipo, tende a desvincular o “novo sindicalismo” do processo de contestação social à lógica do capital no campo da produção. A partir daí, o sindicalismo tende a perder sua dimensão antagônica capaz de impulsionar o desenvolvimento da consciência de classe, abdicando de pleitear o controle da produção capitalista, uma das principais bandeiras do sindicalismo de classe e intervindo apenas para influenciar, no sentido propositivo, numa produção sob a direção capitalista. Fala-se em concertação social” (p.13). Santos (2001) argumenta que “foi na década de 1990, momento em que o conjunto das centrais optaram pelo “propositivo” ou “tripartismo”[...] houve uma queda acentuada na taxa de sindicalização no Brasil, ou seja, uma regressão da base sindical brasileira” (p. 9).

¹⁹ A particularidade da formação social brasileira está vinculada às suas raízes históricas, ou seja, atrelada aos centros mundiais do capitalismo contemporâneo. Segundo Mazzeo (1997), “é a situação de ser a formação social brasileira um capitalismo que se articula enquanto elo débil da cadeia imperialista (e com isso sua burguesia), conformado ontologicamente, a partir da insuperabilidade histórica de sua condição (genético-estrutural) de colônia; quadro esse, extensivo a todos os países da América Latina. Essa debilidade econômica – conformadora de um Estado que a expressa – não permitirá que a burguesia brasileira instale, na vida política nacional, os elementos democráticos, típicos das burguesias que alcançaram o poder pondo abaixo a ordem anterior, pela via da revolução. Ao contrário, as formas políticas autocráticas sempre prevaleceram amoldadas às novas situações histórico-concretas da sociedade brasileira e às novas sínteses, sem que, com isso, quebrassem suas raízes genéticas de economia subsumida aos centros mundiais capitalistas. (p.21,22)

²⁰ “A presença de um sindicalismo combativo de classe, comprometido com um projeto político autônomo, classista e socialista é sempre um obstáculo à difusão plena da hegemonia do capital na produção apesar das debilidades históricas do sindicalismo brasileiro” (ALVES,2000, p.169).

Atualmente temos no Brasil uma realidade de milhões de desempregados e condições de trabalho precarizadas em virtude, também, de um mercado informal debilitado pela ausência de direitos trabalhistas e jurídicos. Essa realidade constatada por Jinkings (1995) de que “o capital contrapõe, nos dias atuais, mecanismos diversos que objetivam a “integração” e a “participação” do trabalhador”, também, pode ser mostrada por Alves (2000), quando o movimento do capital e sua ofensiva atingem o processo de trabalho por inteiro (objetiva e subjetivamente), difundindo novas formas de atuação do trabalho. Diz Alves (2000):

A sociologia do trabalho no Brasil tendeu a admitir, nos anos 90, uma crise do sindicalismo no Brasil, mas apenas em sua dimensão “objetiva”, desprezando um dos seus principais aspectos: a perda da subjetividade antagônica do trabalho, inscrita nas novas estratégias sindicais neocorporativas de cariz propositivo. A ideologia da “concertação social”, incorporada por parcelas do sindicalismo brasileiro, não é vista, por eles, como um aspecto da crise do sindicalismo. Pelo contrário, a renúncia ao antagonismo de classe no plano da produção é percebida até mesmo como a “solução política” para a crise do sindicalismo. (Leite, 1997 apud Alves, 2000, p.15).

Concomitante ao fenômeno da reestruturação produtiva, temos um outro fenômeno contemporâneo chamado de “Globalização”, que para alguns autores ficou conhecido como “Mundialização financeira” (CHESNAIS, 1998). Mas, o que vem a ser a Mundialização Financeira do Capital e como inseri-la neste movimento de ofensiva capitalista?

Autores, como (ALVES, 2001), classificam esse fenômeno como um processo para além do plano histórico e ideológico²¹. Mas percebe-se que o termo Globalização abrange uma esfera da vida humana em que as relações de produção capitalistas

²¹ Alves (2001) coloca que: “a globalização é um fenômeno sócio-histórico intrinsecamente contraditório e complexo que caracteriza, em nossa perspectiva, uma nova etapa de desenvolvimento do capitalismo moderno”. Destaca três dimensões da globalização que “não podem ser separadas e que compõem uma totalidade concreta sócio-histórica, completa e integral. São: 1–a globalização como ideologia; 2– globalização como mundialização do capital; 3 – globalização como processo civilizatório humano genérico”. (p.15).

determinam sua dinâmica, afetando processos específicos que envolvem as instâncias social, econômica, cultural e política.

Se, pelo lado econômico, a Globalização fortalece as instâncias econômicas dos países mais desenvolvidos, por outro, fragiliza e fragmenta os Estados Nacionais em desenvolvimento emergente. Esse fenômeno mostra novas maneiras de internacionalizar mercados mundiais em torno de suas economias, lastreados pela alta tecnologia que desenvolvem. Mas, em contrapartida, fragiliza e deteriora todos os países não detentores de nível tecnológico avançado, impossibilitando-os de superar sua dependência financeira. Na nova Divisão Internacional do Trabalho, ficaram divididos entre: países centrais e periféricos²². Sobre esse fenômeno Chesnais (1998) tem a seguinte argumentação:

A expressão “mundialização financeira” designa as estreitas interligações entre os sistemas monetários e os mercados financeiros nacionais, resultantes da liberalização e desregulamentação adotadas inicialmente pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido, entre 1979 e 1987, e nos anos seguintes pelos demais países industrializados. A abertura, externa e interna, dos sistemas nacionais, anteriormente fechados e compartimentados, proporcionou a emergência de um espaço financeiro mundial. Nem por isso os sistemas financeiros nacionais foram eliminados com a liberalização e desregulamentação. (p.12).

Mas argumenta Chesnais (1998) que houve uma integração entre esses Estados Nacionais de forma “imperfeita ou incompleta”, ou seja, que dentro desse momento há especificidades e três particularidades distintas que determinam a dinâmica e a estrutura

²² Bielschowsky, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro—ciclo ideológico do desenvolvimento*; R.J. IPEA/INPES, 1988, diz que Centro e Periferia inserem-se na DIT— Divisão Internacional do Trabalho. O autor enfoca o movimento cepalino (CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina) que vê a relação entre esses termos a deterioração dos termos de troca, uma contestação ao princípio ricardiano (concorrência perfeita). E acrescenta que: “o processo técnico se desenvolveu desigual nos dois pólos. Foi mais rápido no Centro, em seus setores industriais e, ainda mais importante, elevou simultaneamente a produtividade de todos os setores das economias centrais, provendo um nível técnico mais ou menos homogêneo em toda a extensão do seu sistema produtivo. Na periferia, que teve a função de suprir com alimentos e matérias-primas a baixo preço, o progresso só foi introduzido nos setores de exportação, que eram verdadeiras ilhas de alta produtividade, em forte contraste com o atraso do restante do sistema produtivo”. (p. 19).

desse fenômeno²³. Nesse processo de integração de mercados financeiros, fica evidente a supremacia dos países ditos desenvolvidos ou centrais, obrigando os países em desenvolvimento, emergentes ou periféricos, a cumprirem suas exigências.

Entendendo Globalização como uma fase de expansão do sistema capitalista, pode-se inferir que esse processo tornou-se uma espécie de extensão da fase imperialista do início do século XX. Podemos entender que esse fenômeno inaugura uma nova forma de reativar a Divisão Internacional do Trabalho. As economias periféricas destinadas e obrigadas à exportação de seus produtos primários para economias centrais e recebendo, em contrapartida, produtos manufaturados.

Em torno dessa ótica, surgiram protestos e resistências, pois, em virtude dessa corrente expansionista do capital, percebeu-se que a dominação do capital sobre o trabalho não é um debate ultrapassado, pelo contrário, está atual e premente. Lembremos uma passagem do Manifesto Comunista quando Marx diz que:

A necessidade de um mercado em constante expansão compele a burguesia a avançar por todo o globo terrestre. Ela precisa fixar-se em toda parte, estabelecer-se em toda parte, criar vínculos em toda parte. A burguesia, pela exploração do mercado mundial, conferiu uma forma cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países. Para desespero dos reacionários, retirou à indústria a base nacional em que esta assentava. As velhas indústrias nacionais foram aniquiladas e continuam a sê-lo dia a dia. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão de vida ou de morte para todas as nações civilizadas. (Marx, Engels, 1998, p.9).

Como vimos, a ofensiva capitalista, através da reestruturação produtiva e da Globalização, reveste-se e incorpora outro cariz, a “*Mundialização Financeira*”, colocando em destaque os sistemas financeiros nacionais e internacionais (bancos e

²³ As peculiaridades são: “em primeiro, é fortemente hierarquizado: o sistema financeiro dos Estados Unidos domina os outros, em função da posição do dólar e também das grandes dimensões dos mercados norte-americano de bônus e ações [...] segundo lugar, esse todo “mundializado” é marcado por uma carência de instâncias de supervisão e controle, sobre a qual concordaram todos os especialistas[...] terceiro, a unidade dos mercados financeiros é assegurada pelos operadores financeiros, em graus diferentes de um a outro compartimento (câmbio, obrigações, ações, etc.) transformando virtualidade técnica em fato econômico.(p.12).

sistemas de crédito). Esses fenômenos encontraram forças propícias na política neoliberal nos finais dos anos 1970 e início dos anos 1980, pois o padrão descentralizado de economia estatal se fortalece com a proposição de um Estado mínimo de atuação na esfera econômica²⁴.

Diante dessa constatação, de que a economia capitalista globalizada se movimenta agindo e protegendo seus interesses, existe uma participação ativa de órgãos internacionais, sinalizando um fio condutor à direção a ser percorrida. O Banco Mundial, o FMI – Fundo Monetário Internacional e o BIRD – Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento, estabelecem normas de atuação para nortear as políticas dos Estados Nacionais periféricos. O Memorando de Política Econômica do Banco Central de 13/11/1998 determina e proíbe a atuação dos bancos estaduais. No item 13²⁵ diz:

[...] especificamente o Senado proibiu as emissões de novos títulos estaduais bem como a tomada de empréstimos por estados com déficit primário; resoluções do C.M.N. reduziram substancialmente os limites dos empréstimos bancários aos estados e municípios bem como os limites dos empréstimos no exterior por essas entidades. Ademais a privatização ou liquidação da maioria dos bancos estaduais, o cumprimento de estritos padrões de prudência quanto aos ainda existentes, bem como o atual processo generalizado de privatizações, eliminaram a maioria das alternativas de financiamento de déficits pelos estados.

Sendo assim, o processo globalizatório, em finais do século XX e início do XXI, restringe os Estados Nacionais periféricos a um poder de atuação mínima na esfera financeira²⁶ não permitindo ao capitalismo sofrer um colapso. A transferência de

²⁴ Alves (2001) enfatiza que: “a globalização liquidou o mercado nacional, que é um dos fundamentos do poder do Estado-nação. A globalização sustentada por regimes globalitários, isto é, governos que promulgam o monetarismo, a desregulamentação, o livre-comércio, o livre fluxo de capitais e as privatizações maciças, tenderam a diminuir o papel dos poderes públicos.[...] Foram os políticos liberais e conservadores que permitiram a privatização da coisa pública, contribuindo para que algumas decisões importantes para a vida social passassem para as mãos da economia privada”.(p.18,19).

²⁵ Ver www.fazenda.org.br e Jinkings, Nise. O Mister de fazer dinheiro. Boitempo. São Paulo: 1995.

²⁶ Harvey (2004) comenta que esses órgãos internacionais mudaram radicalmente, diz que: “O FMI e o Banco Mundial mudaram quase que da noite para o dia seus parâmetros de política, e em poucos anos a

recursos administrados pelo Estado para a economia privada sugere sobrevida para esse sistema produtor de mercadorias. A política neoliberal com seus princípios de diminuição na atuação do Estado, encontrou terreno propício para exercer sua influência.

Arcary (2004) sobre o capital e o balanço da história diz:

Os últimos cento e cinquenta anos, no entanto, já foi um intervalo histórico suficiente para se concluir que o capitalismo não morre de morte natural: suas crises convulsivas, por mais terríveis, não resultam em processos revolucionários, a não ser quando surgem sujeitos sociais com disposição revolucionária. Compreender a primazia da lei, na longa duração, ou seja, a vigência da tendência mais profunda à crise, não significa aceitar o prognóstico de crise final. (p.40).

O poder político do neoliberalismo se expressa em escala mundial. Nesse âmbito, a política brasileira faz concessões às suas investidas, fortalecendo a ofensiva capitalista e aprimorando o processo de privatização instalado no país. No setor financeiro, os bancos tornam-se alvo desse projeto arrojado, não apenas visando à modernização tecnológica, mas incrementando iniciativas e diminuindo drasticamente, o contingente de trabalhadores bancários no país. A privatização dos bancos estatais, especificamente o Banespa, aponta uma tendência de diminuição desses trabalhadores.

Assim, o movimento de resistência dos trabalhadores bancários do Banespa, propõe uma luta contra essa ótica de envolvimento econômico e tenta uma espécie de “insubordinação”, que contesta essa dinâmica histórica do capital.

doutrina neoliberal fizera uma curta e vitoriosa marcha por sobre as instituições e passara a dominar a política, primeiramente no mundo anglo-saxão, porém, mais tarde em boa parte da Europa e do mundo. Como a privatização e a liberalização do mercado foram o mantra do movimento neoliberal, o resultado foi transformar em objetivo das políticas do Estado a “expropriação das terras comuns”. Ativos de propriedade do Estado ou destinados ao uso partilhado da população em geral foram entregues ao mercado para que o capital sobre acumulado pudesse investir neles, valorizá-los e especular com eles. Novos campos de atividade lucrativa foram abertos e isso ajudou a sanar o problema da sobre acumulação, ao menos por algum tempo. Mas esse movimento, uma vez desencadeado, criou impressionantes pressões de descoberta de um número cada vez maior de arenas, domésticas ou externas, em que se pudessem executar privatizações” (p.120,121). (Filgueiras, 2003) em relação aos órgãos de fomento traz considerações a respeito do Consenso de Washington realizado em novembro de 1989, onde estavam reunidos os principais mecanismos econômicos internacionais: FMI, BIRD, BID, os Estados Unidos da América e vários economistas acadêmicos latino-americanos. (p.95)

1.3 – Desregulamentação e desestatização.

As evidências de esgotamento de um padrão desenvolvimentista lastreado no poder do Estado são mais visíveis a partir dos anos 1970, não apenas como um Estado que legitima as relações produtoras da sociedade, mas acima de tudo um Estado que gerencia os interesses do capital, aliado a uma nova postura política (SODRÉ, 1999, ALVES, 1998).

A crise do modelo fordista/taylorista e a queda do *welfarestate* nos países desenvolvidos desencadearam um processo de estrangulamento na capacidade de investimento no Estado²⁷. Todo o desenvolvimento tecnológico adquirido com o final da Segunda Guerra Mundial²⁸ começa a sofrer uma espécie de “sucateamento” da infraestrutura produtiva. Setores importantes como: energético, siderúrgico, sistemas viários (transportes), sistemas de comunicações, tornaram-se obsoletos, promovendo uma crise conjuntural e estrutural nas relações de produção capitalistas. Nesse contexto, inserem-se alguns países “subdesenvolvidos”, ou em fase de “desenvolvimento emergente”, entre eles está o Brasil. (OLIVEIRA, 2003).

Esforços são envidados por parte dos órgãos governamentais e setores privados do território brasileiro com o intuito de desregulamentar a economia, promovendo assim, o Programa Nacional de Desestatização – PND, nesse contexto de crise tendo como foco principal a dívida do Estado, elemento da paralisia produtiva

²⁷Antunes (2001), a esse respeito, diz: “Pode-se dizer que junto com o processo de trabalho taylorista/fordista erigiu-se, particularmente durante o pós-guerra, um sistema de “compromisso” e de “regulação” que, limitado a uma parcela dos países capitalistas avançados, ofereceu a ilusão de que o sistema de metabolismo social do capital pudesse ser efetivo, duradouro e definitivamente controlado, regulado e fundado num compromisso entre capital mediado pelo Estado”. (p. 38).

²⁸Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) não apenas os Estados Nacionais, mas também os grandes conglomerados privados (empresas, indústrias, bancos) fomentaram o desenvolvimento tecnológico. Com a intensificação da “Guerra Fria” entre Estados Unidos e União Soviética, o desenvolvimento técnico teve uma alavancada devido à corrida armamentística. Nesse bojo e na preocupação de descobrir novos equipamentos militares, destaca-se a corrida espacial e aprimoramento do computador e o uso restrito da Internet (sistema de comunicação via computadores restritos apenas ao uso militar).

Nos anos 1990 esse processo se intensifica. A desaceleração de setores industriais, tendo como mentor a “guerra fiscal” entre os estados brasileiros,²⁹ possibilitou algumas facilidades no pagamento de impostos, assim como benefícios na instalação de infra-estrutura e sistema viário, estendendo-se até para a instância financeira, com utilização de empréstimos bancários. (MAURO, PERICÁS, 2001).

Com o processo de privatização³⁰ em andamento, a expectativa do governo era arrecadar o máximo de recursos possível para justificar a venda de suas empresas, mesmo interferindo ativamente no processo. Após a venda de empresas como telecomunicações, setores de siderurgias, mineração (todas em âmbito federal), ganham destaque as privatizações estaduais, com objetivos específicos para os setores elétricos e financeiros (bancos)³¹. Essa postura política, em favor ao neoliberalismo, como salientou Boito (1999), criou uma cisão social, isto é, dividiu os trabalhadores e a própria instância política, inclusive, as centrais sindicais atuantes no país. Comenta Boito (1999):

O neoliberalismo obteve um impacto popular. Todos os governos neoliberais chegaram ao poder pelo voto. Uma parte do movimento sindical, representada principalmente pela central Força Sindical (FS), aderiu, à sua maneira, ao neoliberalismo. Contudo, as diversas tentativas de consagrar o apoio ou a conciliação com a política neoliberal, como foram os casos dos ensaios de acordo do movimento sindical com os

²⁹ Entende-se por guerra fiscal a disputa de estados brasileiros para atrair empresas e indústrias promovendo “desenvolvimento e crescimento econômico” para a população local, com facilidades de pagamentos para alguns impostos como, por exemplo, o ICMS – Imposto de Circulação de Mercadorias e de Serviços.

³⁰ Com relação à privatização de empresas estatais no âmbito federal o periódico Folha de São Paulo de 18 de janeiro de 2004, traz a reportagem: **LIBERALIZAÇÃO A BRASILEIRA: Grampo e protestos marcam privatizações.** A reportagem dá destaque às empresas privatizadas no setor federal no governo Fernando Henrique Cardoso e diz o seguinte: “O processo de privatização das grandes empresas estatais, iniciado ainda na década de 80, foi intensificado nos anos 90. Ficou marcado pelas suspeitas de interferência do governo no leilão das empresas do Sistema Telebrás, ocorrido em 1998. Descobriu-se depois que um grampo telefônico clandestino havia captado diálogos de autoridades do governo. Entre elas estava o próprio presidente da República, à época Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Em conversa com o então presidente do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, André Lara Resende, FHC chegou a autorizar a utilização de seu nome para pressionar um dos fundos de pensão estatais a participar de consórcios que disputariam o leilão”.

³¹ A mesma reportagem da nota anterior traz considerações a respeito das privatizações dos bancos estaduais. Diz o periódico Folha de São Paulo, 18 de janeiro de 2004: “Após o leilão das teles, ganharam ênfase as privatizações estaduais, sobretudo de companhias elétricas e de bancos, inclusive o Banespa e Banerj. Para este ano, o governo pretende continuar o processo, vendendo bancos estaduais que foram federalizados, como os de Santa Catarina, Maranhão e Piauí”.

governos Collor, Itamar e FHC, foram frustrados pela rigidez do programa e dos interesses da frente conservadora. Os trabalhadores, pauperizados pela política neoliberal, não apresentam uma percepção e posicionamento estáticos. Se não ofereceram ampla resistência à privatização do setor produtivo estatal, mesmo porque se dizia que tal privatização visava liberar recursos para as áreas de saúde e educação, começam a ver com outros olhos essa privatização quando ela chega aos serviços públicos [...]. (Boito, 1999, p.17).

Essas investidas do governo para diminuir seu poder de atuação “se constituíram, como em outros países, numa das dimensões cruciais do Plano Real” (FILGUEIRAS, 2003, p. 109)³². A esse respeito Boito (1999) faz considerações, e diz que:

De fato, a desregulamentação financeira neoliberal, com a ampliação da convertibilidade das moedas nacionais latino-americanas e a abertura das bolsas de valores, visa atender essa nova demanda especulativa do capital imperialista e submete, ao mesmo tempo, a política econômica das nações latino-americanas – juros, câmbio, crescimento, salários – às exigências do capital financeiro internacional. Nos anos 90, os investimentos estrangeiros na América Latina cresceram, mas, ao mesmo tempo mudaram de perfil. Os investimentos indiretos em carteira, que em 1990 representavam apenas 4% do total de ingressos, chegaram a 62% em 1993, caindo um pouco, para 42%, em 1994. (p.40).

Mas, por outro lado, sofreram vários questionamentos. Autores, como Sodré (1999), denominaram essa atitude, como sendo “a farsa do neoliberalismo” e, acrescenta, que “a concentração de renda é um fenômeno mundial e assinala apenas a crise do capitalismo que, por isso mesmo, procura reordenar o mundo de acordo com os interesses dos que detêm a maior parcela do capital” (p. 21).

Ressaltamos que, a respeito desse interesse em privatizar empresas nacionais, Boito (1999), alertou que um importante setor da burguesia no Brasil está desaparecendo, ou seja, tem reduzido sua participação e investimentos no capital nacional. Diz:

³² (Filgueiras, 2003), diz que: “a realização dessas reformas e o aprofundamento das privatizações, além de serem considerados como um dos componentes essenciais de um novo modelo de desenvolvimento em gestação, foi alçado, desde o início do Plano Real, como condição de seu sucesso”. (p. 110).

A política de privatizações está fazendo desaparecer um setor importante da burguesia brasileira. Refiro-me àquilo que poderíamos denominar burguesia de Estado: os agentes da burocracia de Estado que controlam as empresas públicas dos setores de mineração, industrial, bancário, de serviços urbanos, etc. Salta à vista o fato de que essa fração burguesa tem aceitado praticamente sem luta o processo de privatização, que, no entanto, a liquida enquanto fração de classe. A burguesia de Estado ocupou uma posição privilegiada no bloco no poder durante a ditadura militar. (Boito, 1999, p.55).

Como uma espécie de “reserva” para o capital privado, os bancos públicos tinham um papel estratégico nesse processo. De acordo com Biondi (2001), o Governo Federal estrategicamente tentava desmoralizar os bancos estatais, ou seja, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o Banespa. Argumenta Biondi que havia no Governo Federal “o reconhecimento generalizado de que os bancos privados se recusavam a atender determinadas áreas, reforçando assim a necessidade de o governo dispor de bancos oficiais, que assumam funções necessárias ao alcance de metas ou superação de problemas do país e da sociedade”. (p.60).

Esses bancos detinham uma parcela significativa do crédito bancário e ordenavam uma estrutura trabalhista de acordo com a legislação vigente, possuíam horários de trabalho compatível com as funções administrativas, possibilitando o fomento de setores da atividade econômica, intensificando as transações financeiras e vinculando o setor produtivo (industrial e empresarial) com todos os outros setores da economia nacional. Harvey (2004) coloca que o capitalismo necessita, obrigatoriamente, de recursos para contornar pressões que envolvem sua própria estrutura como modo de produção econômico, diz que:

Tal como no caso da oferta de trabalho, o capitalismo sempre precisa de um fundo de ativos fora de si mesmo para enfrentar e contornar pressões de sobre acumulação. Se esses ativos, como a terra nua ou novas fontes de matérias-primas, não estiverem à mão, o capitalismo tem de produzi-los de alguma maneira. (p.119).

Comenta, ainda, que Marx não considerava essa possibilidade, pois defendia a idéia de que para isso era necessária a criação de um exército industrial de reserva para gerar desemprego por conta do avanço tecnológico.

Harvey (2004) considera que formas predatórias de acumulação acontecem no capitalismo de maneira “expandida”, ou seja, ampliada, denominando esse contexto como uma espécie de “acumulação por espoliação”. Coloca que, se efetuarmos uma avaliação mais crítica sobre a acumulação primitiva, poderemos encontrar elementos para entender o processo pelo qual atualmente passa o capitalismo, diz:

a mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas, a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado, etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns [partilhadas]; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive recursos naturais); a monetarização da troca e a taxação, particularmente da terra; o comércio de escravos; a usura, a dívida nacional e em última instância o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva. (p.121).

Colocamos como primeira instância investigar o processo de privatização no governo brasileiro e especificamente seu sistema de crédito, particularizando a esfera financeira através de nosso objeto de estudo, pois, implica em delinear alguns elementos conceituais centrais para podermos perceber e apreender as minúcias de fatos temporais que compõem o contexto em estudo.

Em nosso objeto de pesquisa: *a resistência dos trabalhadores bancários do Banespa à privatização*, enfocaremos as fases principais que nortearam esse processo, isto é, desde a intervenção até a sua efetiva venda para um grupo financeiro privado. Trouxemos essas argumentações preliminares para notabilizar a abrangência desse estudo pois, possibilita a compreensão mais complexa dos atores envolvidos nesse

movimento. Por um lado a força e determinação do Governo Federal, em se esmerar na sua investida favorecendo setores ligados ao capital financeiro privado. De outro temos a luta dos trabalhadores bancários envidando esforços para barrar ou impedir a privatização e venda da instituição.

Nossa abordagem, nessa perspectiva, foi enfocar de maneira generalizada, essas determinações conceituais e categoriais, que fazem parte deste universo contextual, abordando aspectos que permearam o processo de privatização do Banco do Estado de São Paulo, assim como, enfatizar nosso objeto de estudo que foi a *resistência* dos trabalhadores bancários e a conscientização política da vanguarda do movimento.

Durante a pesquisa e abordagem aos líderes da vanguarda do movimento de *resistência dos trabalhadores bancários do Banespa*, percebemos o quanto era importante, para esses trabalhadores, defender a instituição no âmbito político. O conjunto desses trabalhadores tinha em sua grande maioria – 80% - entre 15 a 20 anos de trabalhos prestados à instituição. Nos documentos estudados que tratam do movimento de resistência, seja, nos panfletos de divulgação do sindicato e da associação dos trabalhadores, ou na imprensa escrita e falada, nos anais históricos da instituição e ou nos jornais diários da Folha Bancária, encontramos argumentos contundentes que intensificam a luta desses trabalhadores, divulgando informações necessárias para “alimentar”, nos trabalhadores bancários do Banespa, que o resultado de toda essa iniciativa e resistência teria um saldo positivo. Mesmo sabedores de suas limitações junto aos órgãos estatais, percebemos que em nenhum momento o movimento deu-se por vencido. No periódico do Sindicato dos Bancários - Folha Bancária nº 4.154 de abril/2000 temos: “Sindicato interrompe, mais uma vez, privatização. B.C. apela e passa por cima de decisões da justiça, divulga pré-qualificados e vaza informações do balanço”.

Essas informações significavam para os bancários que a luta tinha que se intensificar, pois, do contrário, a privatização, que já era uma realidade, poderia acontecer de imediato, prejudicando todo o conjunto da categoria com relação aos benefícios conquistados e a seguridade em torno do trabalho. A vanguarda do movimento de resistência dos trabalhadores bancários do Banespa tinha a percepção de que lutar pela permanência da instituição em poder do estado era lutar contra a precarização do trabalho em poder da instância privada. Assegurar os direitos adquiridos pelos trabalhadores, em muitos anos de luta, tornava-se mister para a direção do movimento.

No capítulo II, estaremos debatendo esses aspectos que levaram a direção do movimento, com o apoio de sua categoria, a intensificar a luta contra a privatização. Meios, formas e maneiras de impedir e barrar o processo de privatização foram usados, e, segundo depoimentos dos líderes entrevistados, juridicamente corretos. Apesar de o envolvimento de outras categorias não ter sido muito significativo, a direção afirmava que tinha o apoio da sociedade civil, discussão que abordaremos adiante.

CAPITULO II

A RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES BANCÁRIOS DO BANESPA: Desenvolvimento, crise e privatização.

2.1 - O movimento da classe trabalhadora frente à ofensiva do capital.

As contradições inerentes ao processo de produção de mercadorias no capitalismo resgatam valores intrínsecos à sua própria imanência. De um lado, temos a ofensiva capitalista reorganizando e redimensionando suas forças produtivas e, de outro, temos a resposta dos trabalhadores que se constitui no confronto, na contestação, na “rebeldia do trabalho”. (ANTUNES, 1992).

Esta dualidade de forças constitui uma das principais maneiras de atuação de ambas as instâncias. Se o capital, historicamente estabelecido, impôs sua maneira de pensar e agir (MÉSZÁROS, 2004) através de uma classe em ascensão, econômica e política, criou relações sociais de produção que permitiram a subsunção do trabalho humano-genérico (HELLER, 2004) a uma incapacidade de reação, homogeneizando sua essência como trabalho vivo concreto. Por outro lado criou espaços de reação perante a precariedade e o distanciamento do trabalho no seu sentido genérico.

As modificações tecnológicas no início do século XIX, intensificadas a partir do início do século XX, propiciou à classe trabalhadora formas e maneiras de *resistência*, adequando as condições precárias de trabalho às suas reais necessidades. Essa mudança de atitude, alertando para uma efetiva conscientização, não foi, de forma alguma, passiva e tranqüila. Foram anos de lutas e embates de forças antagônicas. Seus primórdios estão na “formação da classe operária inglesa” que, num período de “calmaria”, como descreveu Thompson (1987), projetava mudanças radicais na cultura operária:

Esses anos calmos foram os anos de luta de Richard Carlile pela liberdade de imprensa; do aumento da força sindical e da revogação das leis de Associação; do crescimento do livre pensamento, da experiência cooperativa e da teoria owenista. São anos em que grupos e indivíduos tentaram teorizar as experiências gêmeas que descrevemos – a experiência da Revolução Industrial e a experiência do radicalismo popular insurgido e derrotado. E, no final da década, quando a luta entre a Velha corrupção e a Reforma atingiu o seu clímax, é possível falar de

uma nova forma de consciência dos trabalhadores em relação aos seus interesses e à sua situação enquanto classe. (1987, p.303).

Várias conquistas se deram no enfrentamento dos trabalhadores perante as imposições do capital. São inumeráveis as lutas dos trabalhadores para que suas garantias sociais fossem alargadas. Suas formas de contestação, mesmo sendo abafadas e reprimidas, conseguiram, ao longo dos anos, modificações significativas, tais como: redução da jornada de trabalho, participação da mulher em atividades antes feitas pelos homens, diminuição do trabalho infantil, regulamentação através de legislação trabalhista, enfim conquistas que direcionaram o desenvolvimento dos Estados Nacionais para um outro estágio civilizatório. (REZENDE, 1994).

Muitos dos direitos trabalhistas foram conseguidos por intermédio de denúncias e lutas de confronto direto, ou seja, paralisações, greves, operações de retardamento na produção, confronto com forças policiais, fomentando uma espécie de “radicalismo popular”, propiciando, assim, uma atuação coletiva com o engajamento dos trabalhadores e de suas representações sindicais.

Apontamos anteriormente que a crise do fordismo/taylorismo e a não-sustentação do padrão *welfarestate*, por parte dos países desenvolvidos ou centrais, promoveram uma ofensiva do capital na busca de redirecionar sua atuação, para conseguir manter suas perspectivas de poder acumulatório de recursos. Essa ofensiva modificou as relações dos países centrais com os países periféricos³³, implantando uma política neoliberal em finais dos anos 1970.

Essas transformações abalaram as estruturas sindicais, frágeis em sua constituição, pois estavam atreladas ao domínio do Estado³⁴, intensificando um processo

³³ Op. cit. p. 38

³⁴ Rezende (1994), diz que houve uma perda da autonomia sindical com a criação do Ministério do Trabalho na era Vargas após 1930. O Decreto 19.770 e a lei de sindicalização “1-vincula o reconhecimento do sindicato à aprovação do estatuto pelo Ministério do Trabalho; 2- faculta “aos

de crise e culminando com etapas de desestabilização do processo de trabalho. Nos anos 1990, medidas extremadas foram tomadas por parte dos órgãos governamentais, para implantar planos econômicos contendo procedimentos na tentativa de reestruturar a participação do Estado na economia. No Brasil, nesse período, tivemos a concretização do Plano Real. Um plano econômico que previa uma série de medidas para conter as discrepâncias econômicas instaladas na economia nacional.

Relata Filgueiras (2003) que, não somente no Brasil, mas em vários países da América Latina, esses planos econômicos tinham um mesmo cariz. Capitaneado pelo Consenso de Washington, de acordo com Filgueiras (2003), tinha a seguinte orientação geral:

combate à inflação, através da dolarização da economia e valorização das moedas nacionais, associado a uma grande ênfase na necessidade do “ajuste fiscal”. Acompanharam a realização de reformas do Estado – sobretudo privatizações e mudanças na seguridade social desregulamentação dos mercados e liberalização (internacionalização) comercial e financeira. (p. 94).

Com essas modificações estruturais na economia capitalista, a classe trabalhadora tem suas instâncias de representação fragilizadas. As centrais sindicais no Brasil se fragmentam e divergem em suas abordagens,³⁵ enfraquecendo os movimentos de resistência promovidos pelos trabalhadores que lutavam para conseguir melhores condições de trabalho e benefícios legais trabalhistas, fomentando a conscientização efetiva do trabalhador e transcendendo sua esfera econômica de atuação.

sindicatos de patrões, de empregados e de operários celebrar acordos entre si”; 3- proíbe as organizações sindicais de se vincularem as organizações internacionais, sem aprovação do Ministério do trabalho; 4- estabelece que os sindicatos, as federações e as confederações deverão mandar anualmente um relatório para o Ministério do Trabalho”. (p. 34).

³⁵ A esse respeito ver: Galvão, Andréia. *Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil*. Tese de doutorado em Ciências Sociais apresentada no Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2003.

Neste contexto, no Brasil, algumas frações de classe possuem representações oficiais, além de sua representação sindical. Uma dessas frações, de significativa importância, é a categoria bancária, da qual, a seguir, estará sendo enfocada e analisada a atuação da Afubesp - Associação dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo, dentro desta concepção de política neoliberal, adotada no país e intensificada a partir dos anos 1990.

2.2 – O Banespa – aspectos históricos.

Antes de entrar na particularidade da Associação dos Funcionários do Banespa-Afubesp, faremos um breve histórico sobre a constituição e trajetória do Banespa, dentro do cenário econômico e político nacional.

Muito já foi dito sobre esta instituição, pois, é sabido, que sua trajetória culminou com sua privatização, isto é, sua constituição histórica sempre esteve ligada às diretrizes do Governo do Estado de São Paulo que era o seu maior acionista.

É impossível contar a história do Banespa sem colocá-lo no cenário nacional e internacional do Brasil. Sua fundação nos faz trazer à memória, os acontecimentos históricos do final do século XIX e início do século XX, quando o Brasil despontava como principal economia cafeeira internacional.

A economia cafeeira, ou, melhor dizendo, o ciclo econômico do café no Brasil, já foi alvo de vários estudos na nossa literatura. Entretanto, poucos se referiram à constituição desse banco como órgão fomentador, centralizando o que se poderia chamar de período de acumulação capitalista no país, do desenvolvimento do Brasil como país periférico e exportador de produtos primários, notadamente o café.

O Banespa, neste contexto, é parte integrante da própria história do Brasil. Fundado em 1909³⁶, tendo como denominação ‘Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo’ com capital majoritário francês, tinha como objetivo realizar operações e financiar a agricultura do país. Sua principal atividade estava ligada diretamente à economia cafeeira, sendo assim, possuía como escritório principal uma

³⁶ No início do século XX as políticas governamentais no Brasil eram de incentivo aos capitais estrangeiros, para alavancar a economia do país. Leis foram criadas para atrair investimentos externos, nesse contexto a França firma contratos com o governo do estado de São Paulo e funda o que seria posteriormente o Banespa. A empresa J. Lost & Cia inicia as atividades do Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo em 14/06/1909 com capital majoritário francês. (Fonte de consulta: Livro Banespa 60 anos).

casa de exportação na cidade de Santos, sendo posteriormente inaugurada como a primeira Agência bancária da instituição³⁷.

O Brasil caminhava para tornar-se líder na produção e exportação de café. O estado de São Paulo assumia uma postura desenvolvimentista fomentando o incentivo e proporcionando respostas a uma sociedade emergente. A cidade industrializava-se e seguia um ritmo caótico de urbanização acelerada, gerando, posteriormente, problemas sociais que até os dias atuais perduram e resistem às ineficientes políticas públicas para solucionar contradições inerentes à sua própria dinâmica.

São Paulo desponta como o maior centro financeiro do país centralizando vários setores da atividade econômica. Isso chamou a atenção do Governo estadual e, em 1926, assume o controle acionário do banco que desta data em diante passou a denominar-se Banco do Estado de São Paulo S/A – BANESPA.

Mas, a dinâmica do capital não planeja suas atividades, sendo o capitalismo um modo de produção que necessita incessantemente de mercadorias, não prevendo que o excesso de demanda (oferta de produtos) poderia causar estagnação e proporcionar um recuo da atividade econômica, afetando o conjunto de setores envolvidos na sociedade. Assim, em 1929, temos um momento que, historicamente, ficou conhecido como o “*crash* da Bolsa de Nova Iorque”, interferindo drasticamente na economia brasileira a ponto de “quebrar” toda a atividade produtiva que girava em torno da economia cafeeira.

Mas, a economia e o capital oriundo do café proporcionaram um processo mais amplo de desenvolvimento para a sociedade brasileira. O capitalismo no Brasil não pode ser explicado apenas, pelo universo proporcionado pela indústria do café. Os grandes proprietários e fazendeiros exerciam funções que ultrapassavam os limites impostos pela apropriação da terra no Brasil. As casas de exportação se multiplicam alargando e

³⁷ A Agência bancária na cidade de Santos é atualmente desde a sua fundação, a primeira unidade da instituição. Posteriormente designada como Agência de número 2.

intensificando a participação do sistema financeiro, dando origem aos bancos que começam a interferir na economia nacional, proporcionando financiamentos e recursos, incrementando a economia do país.

À medida que a economia cafeeira se desenvolve, o papel das casas de exportação, centralizando a compra de toda a produção, cresce. A importância dos capitais aplicados nessa esfera de economia está ligada ao nascimento dos primeiros bancos brasileiros. As operações comerciais explicam o nascimento e desenvolvimento dos bancos. [...] Toledo Piza e Antonio Prado são dois exemplos significativos. Todos os dois eram grandes fazendeiros, isto é, proprietários de grandes extensões de terras consagradas ao café. Prado foi um dos primeiros personagens da marcha para o café para o Oeste, um dos primeiros do café. Mas, ele era também proprietário de um dos primeiros e um dos principais bancos de São Paulo e do Brasil. (SILVA, 1986, p. 53,54).

Corroborado por esse comentário de Silva (1986), entramos em um período no qual o Brasil, através do governo Federal, interfere e assume uma postura de controlador da economia do país, inaugurando um período em que o Estado seria o principal fomentador dos negócios da nação, gerindo e direcionando quase todos os setores da economia. A racionalidade imposta no país caminhava para a unilateralidade de incremento de políticas públicas, dando sustentação política, evitando um desastre ainda maior. Desta maneira, o Estado proporcionou a regulação da economia, possibilitando sua recuperação, mesmo tomando atitudes de cunho paternalista e assistencialista.

Entre 1930 e 1950 vários acontecimentos marcaram a vida econômica e política do país. O Banespa, centralizado majoritariamente no governo paulista, promove abertura de agências para ampliar sua rede de atendimento. Sendo o maior órgão financeiro do estado, o banco vai crescendo concomitantemente como o estado, fomentando ações e direcionando recursos para promover o desenvolvimento social. O Banespa centralizava a arrecadação de tributos e impostos do Tesouro do estado de São Paulo, sendo responsável pelo pagamento do funcionalismo público estadual, pois gestava os recursos financeiros do governo paulista.

Na década de 1960, o Banespa incorporou alguns estabelecimentos de créditos aumentando seu capital acionário. Foi responsável pelo financiamento de vários empreendimentos, seja na esfera pública, seja na privada. Participou e financiou a implantação de setores importantes da economia nacional tais como redes de transportes e comunicações. Foi gradativamente ampliando sua rede de unidades de atendimento, proporcionando um melhor engajamento nas atividades setoriais do estado e do país.

Paulatinamente o Banco do Estado de São Paulo foi se consolidando como o principal agente financeiro do estado de São Paulo para fomentar o incremento de políticas públicas. Mas, com as sucessivas crises econômicas que atravessaram o país durante as décadas de 1970 a 1990, o banco paulista foi ficando tecnologicamente incapaz de gerir toda a economia do estado. A reestruturação do sistema financeiro nacional era uma realidade e os bancos privados acompanhavam *pari e passu* essa dinâmica. O Banespa, por sua vez, também inovou seu parque tecnológico, abrindo unidades no interior do estado de São Paulo, no interior e capitais do país, assim como em outros países. Em suma, apesar de depender totalmente dos investimentos governamentais, o banco paulista incrementou e acompanhou as mudanças técnicas necessárias à sua inserção no mercado financeiro competitivo. Reestruturou suas dependências e seus procedimentos administrativos, tentando inovar e ficar inserido nos sucessivos processos de reestruturação promovidos pela dinâmica do capital.

Na metade da década de 1980, mais precisamente em 1985, assumiu o controle acionário do BADESP³⁸, consolidando-se como principal órgão financiador e gerador de recursos do governo do estado de São Paulo³⁹.

³⁸ BADESP – Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo S/A .

³⁹ Apesar de a instituição Nossa Caixa Nosso Banco, também ser uma instituição de fomento estadual o Banespa centralizava as principais atividades financeiras do estado, por apresentar uma maior estrutura organizacional e administrativa. Segundo o Livro Banespa 60 anos, a partir de 1987 o Banespa realiza amplos programas organizacionais, incrementando seu crescimento e valorizando seu quadro funcional se reorganizando administrativa e operacionalmente.

2.3 – Afubesp – a vanguarda do movimento de resistência dos bancários.

A categoria dos trabalhadores bancários possui uma tradição histórica quando se remete às questões de luta por reivindicações e direitos trabalhistas. Esses trabalhadores, desde a década de 1930, contando com sua representação sindical oficial, participavam de movimentos de contestação em busca de melhores condições de trabalho. A crise econômica, provocada pelos acontecimentos de 1929, e a demora do governo para resolver questões relacionadas com a classe trabalhadora, provocou descontentamentos e gerou vários conflitos. Destacamos, entre esses conflitos, as greves de algumas categorias, em especial, a dos bancários do Banespa. Como apontou Araújo (1998), a respeito dos acontecimentos que marcaram o ano de 1932, registrando um aumento significativo das greves dos trabalhadores:

Ainda em fevereiro entraram em greve os operários da Fábrica da Duchon, contra o desconto de 10% nos seus salários, os tecelões da Tecelagem da Seda Ítalo-brasileira e da Fábrica Santa Madalena que reivindicavam a redução da jornada de trabalho e aumento salarial. Em abril foi a vez dos padeiros e dos bancários do Banespa [...]. Os bancários paralisaram suas atividades nas agências de São Paulo e Santos em protesto contra o novo regulamento de pessoal que, além de abolir o pagamento do adicional por tempo de serviço e as gratificações semestrais, modificavam o licenciamento por motivo de doença. (Araújo, 1998, p. 177).

Greves, paralisações temporárias, operações para retardamento na produção, leituras de manifestos em locais de trabalho, representam atitudes e *formas* que uma categoria de trabalhadores pode imprimir frente à investida patronal. Antunes (1992) coloca que manifestações por parte da classe trabalhadora se configuram como uma relação de luta e, “expressa um momento de rebeldia do trabalho frente à dominação do capital”. (p.188). Mas, alerta que, estas movimentações de contestação não avançam se

não atingirem a “materialidade do sistema”. Sendo assim, ficará restrita, a um contexto de relações imediatistas, isto é, apenas na esfera econômica. Diz Antunes (1992):

Quando se consegue articular os interesses postos pela imediatidade com aqueles que visam o aprofundamento das contradições do capitalismo em sua totalidade, quando visam a ruptura do ordenamento social e político, quando se coloca em pauta a problemática do controle social da produção. Neste caso, com uma direção consciente, inspirada numa concepção que objetiva a emancipação do trabalho, a greve se constituirá em efetivo passo no processo de conscientização do ser social. Será, portanto, através do estudo das greves, em seus processos reais, que se poderá dizer se houve ou não alguma contribuição para o desenvolvimento da consciência social do proletariado. (p. 190).

Mas existem problemas e limitações, dentro de movimentos que lutam por emancipação política e social. A resistência se faz necessária quando estão postas ações arbitrárias e ditatoriais contra os trabalhadores, assumindo, assim, uma postura inquestionável frente aos argumentos contrários pelo lado oposto desta resistência. Entre os interesses do capital e os interesses do trabalho, existem mediações que não aparecem e não estão claramente expostas. A articulação entre esses dois universos ultrapassa qualquer ação alternativa em busca de uma solução que contemple a solução desejada.

Com essas argumentações, focaremos, no movimento de resistência promovido pelos trabalhadores bancários do Banespa, a participação e atuação da Afubesp – Associação dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo, durante o processo de privatização da instituição.

Antes de falar sobre a Afubesp, apresentamos a instituição bancária do Banco do Estado de São Paulo.

A Associação dos Funcionários do Banespa – Afubesp foi fundada na década de 1980, no bojo do crescimento sindical de postura crítica⁴⁰. Dentro do plano econômico e

⁴⁰ O estatuto da entidade, no seu Artigo I do Capítulo I, diz: “A Associação dos Funcionários do Banespa, também designada pela sigla AFUBESP, fundada em 21 de junho de 1983 por iniciativa de um grupo de funcionários do Banco do Estado de São Paulo, é uma sociedade civil de representação profissional de fins

político de atuação, esta entidade de representação sofre com limitações impostas pela diretoria da instituição⁴¹, apesar de os trabalhadores do Banespa ter um diretor representante na diretoria executiva da instituição⁴². A Afubesp age em defesa dos trabalhadores bancários do Banespa, no intuito de garantir e assegurar a qualidade do trabalho dentro das unidades do banco. Em todos os seus anos de representação⁴³, pautou por estabelecer ações que possibilitassem a melhoria no trabalho bancário, assegurando também os direitos adquiridos dos trabalhadores. Entre seus objetivos estão:

1. Congregar os associados visando melhoria nas suas condições de vida e de trabalho;
2. Unificar a categoria em torno de seus direitos e reivindicações;
3. Promover o aprimoramento dos associados e seus dependentes, através da participação em eventos culturais, sociais, esportivos, educacionais e em atividades políticas dos associados⁴⁴.

No processo de privatização do Banespa, a Afubesp teve papel preponderante de representação. No primeiro dia após a intervenção federal na instituição, seus diretores já se mobilizavam buscando argumentos para a defesa da instituição contra as investidas do governo.

A participação da Afubesp, no movimento de contestação dos trabalhadores bancários, representou um avanço no embate de forças antagônicas promovido pela ofensiva patronal bancária. A privatização da instituição, segundo a associação, representava um retrocesso em relação às conquistas adquiridas pela categoria bancária

não econômicos, de âmbito nacional, com prazo de duração indeterminado, com sede na cidade de São Paulo, à rua Direita, 32 - 2 andar, e foro no mesmo município.

⁴¹ A instituição que fazemos referência é o Banco do Estado de São Paulo S.A – Banespa.

⁴² De acordo com o estatuto do banco os trabalhadores bancários do Banespa podem eleger por votação direta, um representante dos trabalhadores para compor a diretoria executiva da instituição.

⁴³ A Afubesp foi fundada em 21 de junho de 1.983. Nesta época os representantes dos trabalhadores estavam ligados a partidos políticos de postura crítica, ou seja, contrário aos estabelecidos pelo governo em exercício. Neste mesmo ano temos no Brasil a fundação da C.U.T. – Central Única dos Trabalhadores.

⁴⁴ O estatuto completo da entidade pode ser consultado no site: www.afubesp.com.br

do Banespa, em vários anos de luta. E, representava, também, naquele momento, uma resposta à política neoliberal, adotada no Brasil pelo governo, que pregava que as privatizações seriam a solução para alguns “desequilíbrios” ou instabilidade econômica pelos quais ou pela qual passava a sociedade. (FILGUEIRAS, 2003). Como já apontamos, o processo de privatização de empresas estatais era uma iniciativa do capital para buscar meios e condições para resolver sua crise de acumulação. (HARVEY, 2004, ALVES, 2000, FILGUEIRAS, 2003).

A Afubesp, no movimento contra a privatização do Banespa, de 1995 a 2000, promoveu várias ações e iniciativas, para conter o governo na entrega do patrimônio público. Jinkings (2002) comenta que a Afubesp, nesta época de atuação contra a privatização, se deu como:

Um movimento forte e contínuo de resistência à privatização do banco, organizado pelo Sindicato dos bancários de São Paulo e pela Associação dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo (AFUBESP), adiou e dificultou a medida. Mesmo com a organização no local de trabalho debilitada pela reestruturação do banco, manifestações, assembléias e congressos reuniram grandes contingentes de “banespianos” ao longo dos quase seis anos que decorreram entre a intervenção federal no Banespa e a privatização. Simultaneamente, ações judiciais que contestavam os procedimentos para a venda do banco articularam-se a uma intensa pressão no âmbito dos poderes legislativo e executivo do Estado. Denúncias dos sindicalistas sobre irregularidades que marcaram o processo de intervenção e de privatização do banco, assim como controvérsias técnicas sobre os métodos de avaliação do banco para venda, foram amplamente divulgadas pelos meios de comunicação de massa. Entretanto, nada impediu que o Banespa fosse arrematado em leilão pelo Santander, aprofundando o processo de desnacionalização e de privatização da economia brasileira. (p. 350)

Mesmo com várias denúncias efetuadas pela representação dos trabalhadores, destacando – Afubesp e Sindicato dos Bancários, o Banespa foi privatizado e adquirido por um grupo financeiro internacional, como salientou Jinkings (2002). Mas, anterior a isso, a Afubesp manteve constante uma série de investidas em favor dos trabalhadores, alertando a sociedade que a privatização do banco estava imersa em várias

irregularidades. A maneira de atuação da entidade se pautou em fomentar *formas de resistências* para barrar o processo de privatização.

Das *formas de resistência* mais efetivas, destacamos: plebiscito perante a sociedade civil, liminares jurídicas junto às instâncias estaduais e federais, divulgação nos meios de comunicação – seja grande imprensa ou pequena imprensa⁴⁵, ações coletivas dos trabalhadores tais como: greves, paralisações temporárias, leituras de manifestos no interior dos locais de trabalho, passeatas, assembléias, congressos e ações direcionadas para conter os órgãos governamentais, impedindo a venda do banco. Num periódico de circulação interna da instituição, mas amplamente divulgado e entregue à população (imprensa panfletária), temos uma matéria onde consta a atuação de um diretor representante da entidade – à época vice-presidente – contestando o leilão de privatização, e pedindo o seu cancelamento. Diz a matéria:

JUSTIÇA SUSPENDE LEILÃO – Juíza de São Paulo reconhece mais ilegalidades do edital de privatização.

A Juíza da 1ª Vara Federal de São Paulo.... determinou na última terça-feira a suspensão do leilão marcado para o dia 20. A juíza acatou requerimento feito pelo vice-presidente da Afubesp.[...] A ação contesta a transferência do controle acionário do Banespa para a União e ainda está em andamento, mas seu trâmite não consta do edital de privatização, como deveria. O edital, aliás, não faz nenhuma menção a essa ação popular. A juíza decidiu, portanto, suspender imediatamente o leilão, determinando que o edital seja refeito, e que informe sobre a existência da ação Popular na 1ª Vara da Justiça Federal de São Paulo. (Folha Banespa; Sindicato dos Bancários – FETEC-CNB-CUT, n 184 – 16/11/2000).

Outra ação de contestação e protesto contra a privatização da instituição se deu da seguinte maneira:

Banespianos paralisaram locais de trabalho por 1 hora. Na Quinta antes do carnaval, o Bloco da Resistência levou para o prédio central enredo contra a retirada de direitos e a privatização. Neste mês os banespianos

⁴⁵Capítulo II item 2.7, dissertamos algumas argumentações a respeito da atuação dos órgãos de comunicação. E do ponto de vista metodológico, enfatizamos o que seria grande imprensa e pequena imprensa.

voltaram a mostrar sua disposição. Na terça dia 9, as agências Avenidas, Liberdade, Pinheiros, Osasco, Lapa, Penha, Moema e Santana – as maiores nos bairros da capital – realizaram com sucesso o protesto em defesa do acordo coletivo, a retomada das negociações da campanha salarial e contra a privatização. Iniciado por volta das 8 h prolongou-se até as 11h30m, retardando a abertura das agências. A adesão dos funcionários foi maciça em todos os níveis hierárquicos. Não houve nenhum tipo de incidente e a solidariedade entre os clientes também foi total. Ao final foi lido um manifesto com as informações verdadeiras sobre as negociações, sobre os ataques ao Acordo Coletivo e as retaliações promovidas pela diretoria do Banco contra a Afubesp e Direp/Corep por causa das liminares contra a privatização. Depois do protesto nessas agências, os representantes realizaram atividades em cerca de 30 locais da Capital. Organizado pelo Sindicato, Afubesp, Direp, Corep, Fetec e CNB-CUT, que compõe o Comando Banespa, o protesto nas agências dos bairros foi deliberado no Encontro Nacional, de 30/01, que reuniu mais de mil banespianos. (Folha Banespa; Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e região, Fetec-sp, CNB-CUT, n. 157, 22/02.1999).

No mesmo periódico, encontramos uma espécie de “chamada” aos trabalhadores, para participar de uma manifestação na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, com os seguintes dizeres:

PARTICIPE DA MANIFESTAÇÃO DO DIA 15.

Os funcionários do Banespa realizam grande manifestação na Assembléia Legislativa no próximo dia 15, data da posse dos deputados estaduais eleitos. O objetivo é sensibilizar os parlamentares a aprovar a proposta de emenda constitucional que trata da renegociação da dívida do Estado e retomada do Banespa. É muito importante que estejam presentes banespianos de todos os locais de trabalho. (Folha Banespa; Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e região, Fetec-sp, CNB-CUT, n. 157, 22/02/1999).

Essas e várias manifestações de protesto contra a privatização da instituição, promovidas pela sua representação oficial, Afubesp, sindicato da categoria e demais órgãos representativos dos trabalhadores bancários, demonstram que, a luta por melhores condições salariais e benefícios, especificamente econômicos e imediatos, não se direcionava para compor a base do movimento, isto é, o movimento de contestação dos trabalhadores bancários do Banespa apontava para uma atuação consciente e de intervenção política. Marx (1976), no prefácio da Contribuição à Crítica da Economia

Política, diz que: “não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas ao contrário, é o seu ser social que determina a consciência” .

A prática atuante dos trabalhadores bancários determinou as *formas de resistência*, que a categoria efetuará durante o processo de privatização da instituição.

O governo federal decretou a intervenção no banco em 29 de dezembro de 1994. A partir desta data, os trabalhadores bancários já se mobilizaram em torno de sua representação, para direcionar o movimento à mobilização da categoria.

No periódico do Sindicato dos Bancários de São Paulo, nº 371 de 04/01/1995, temos uma matéria apontando para a atuação consciente e persistente do movimento, são argumentações de caráter decisivo que enfatizam a necessidade de coesão, entre os trabalhadores e seu núcleo de resistência, convocando para Plenária mobilizando os banespianos colocando propostas para a organização do movimento são:

1. Realização de um encontro Nacional dos banespianos no dia 21/01/95 (local a ser definido);
2. Realização de um encontro nacional dos bancos estaduais no dia 22/01/95 (local a ser definido);
3. Marcar audiência com o governador Mário Covas para exigir um posicionamento oficial em defesa do Banespa e de seus funcionários;
4. Definir um plano de ação dos funcionários em casos excepcionais como demissão e fechamento de agências, paralisando unidades e realizando assembléias no mesmo dia para deflagração da greve;
5. Organizar pressão na Assembléia Legislativa e sobre o Congresso Federal;
6. Cobrar do conselho Diretor a veiculação de publicidade na TV para tranquilizar os clientes e o funcionalismo;
7. Estreitar os vínculos do Banespa com a comunidade.

Essas e outras propostas foram elaboradas pelos trabalhadores do Banespa em assembléia. Diante dessas argumentações, percebe-se que o movimento dinamizava um processo de conscientização perante os trabalhadores, que não tinha como surgir linearmente, mas progressivamente. Frederico (1978) diz que:

o grande drama da consciência operária surge, desde o início, com a separação entre o momento parcial e a totalidade em movimento, entre o interesse imediato e o objetivo final, entre a luta econômica e a luta política. (p. 33).

Da espontaneidade para uma ação política consciente, existe um caminho muito longo (FREDERICO, 1978). O salto para as bases materiais do movimento de contestação dos bancários do Banespa se ampliou à medida que ações e procedimentos práticos foram adotados. O poder de mobilização dos representantes dos trabalhadores possibilitou a ofensiva do trabalho frente ao capital.

Essa mobilização, centralizada na sua representação – Afubesp e Sindicato – fomentou uma resistência efetiva e de ação política, agregando seus líderes diretos, permitindo uma atuação mais elaborada do processo. A intervenção na instituição deu-se em 29 de dezembro de 1994 e no dia 03 de janeiro de 1995, a resistência já apresentava sinais de mobilização efetiva. O periódico do Sindicato dos Bancários noticiava para que os trabalhadores ficassem atentos às mudanças que pudessem ocorrer e participassem, ativamente, das decisões por parte de sua vanguarda. Vejamos a matéria:

PLENÁRIA DO BANESPA HOJE NA QUADRA:

Desde Sexta-feira o Banespa tem uma nova direção, nomeada pelo Banco Central, que interveio no banco por um período de 12 meses. Nos últimos dias uma série de informações e boatos preocupou os funcionários. Para avaliar essa situação e suas conseqüências, os banespianos realizam plenária hoje na Quadra dos Bancários. Na última Quinta-feira o Banespa não conseguiu zerar seu caixa junto ao Bacen. O banco precisava de cerca de R\$ 6 bilhões, mas só conseguiu captar R\$ 4,7 bilhões na sua rede e em outros bancos. O Bacen não emprestou os R\$ 1,3 bilhões restante alegando falta de garantias para a operação, e no

dia seguinte assumiu a administração do banco [...]. (Folha Bancária; Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e região, 03/01/1995).

Percebe-se que esses procedimentos iniciais, adotados pela categoria bancária, para reunir todos os trabalhadores numa discussão dos atuais acontecimentos, mostra que “o elemento espontâneo não é senão a forma embrionária do consciente”. (LENIN, 1988, p. 24)⁴⁶. Frederico (1978) e Antunes (1992) abordam essa questão da espontaneidade, como uma forma consciente dos trabalhadores se mobilizarem para atingir seus objetivos. Antunes (1992) argumenta, com relação às greves, que ela é um importante instrumento para discernir o verdadeiro sentido “do governo, da legislação, do patronato, etc., além de se constituir em importante instrumento de resistência contra a exploração do capital”.(p. 192).

Não apenas as greves, como enfatizou Antunes, mas toda manifestação de contestação que permite efetuar a crítica ao capital, tornam-se um instrumento importante para contribuir com o avanço da consciência de classe do trabalhador. Neste contexto, o papel dos organismos representativos da classe trabalhadora, como sindicatos e representações oficiais organizadas pelos próprios trabalhadores, é fundamental nesse processo.

Limitar o sindicalismo a apenas uma posição de caráter propositivo é esquecer sua atuação histórica tentando minimizar os efeitos da ação do capital frente ao trabalho. A ofensiva capitalista torna-se poderosa e atuante, pois tem, à sua disposição, as forças do Estado e um aparato jurídico administrativo que a beneficia e protege. Os trabalhadores, por sua vez, organizam-se em representações para conter essa ofensiva, mas estão restritos e limitados em seu poder de atuação.

⁴⁶ Lênin (1988) comenta os acontecimentos na Rússia anterior à revolução de 1917. Diz: “as greves operárias após a famosa guerra industrial de 1896 em Petersburgo, revestiram-se de um caráter geral Sua extensão por toda a Rússia atestava claramente a profundidade do movimento popular que de novo surgia; e se falamos do “elemento espontâneo”, é certamente nesse movimento de greves que devemos considerá-lo antes de tudo.[...] e acrescenta que “...as greves de 1890 poderiam mesmo ser qualificadas de “conscientes”, tal foi o progresso do movimento operário neste intervalo”.

Os sintomas dessa incapacidade ofensiva dos trabalhadores esbarram na lógica capitalista de buscar, cada vez mais, maneiras e formas de acumulação para a expansão de sua base predatória, possibilitando, assim, debilitar as forças opositoras dos trabalhadores, permitindo ações que não desenvolvem sua consciência política.

Resgatar à memória um sindicalismo combativo de confronto e opositor torna-se imprescindível para entender o movimento de resistência dos trabalhadores bancários do Banespa. Sua ligação com uma central sindical de aspecto esquerdista mostra que suas propostas vão ao encontro das expectativas do trabalhador. Como salientou Alves (2000), a respeito das greves de trabalhadores e de seus sindicatos ligados a CUT, quando diz que:

As greves nos anos 80 possuíam claro sentido de resistência de classe à perda hiperinflacionária, com o predomínio de práticas sindicais de cariz “obreirista”, voltadas para demandas econômico-reinvidicativa. Adotava-se, no caso da C.U.T., uma estratégia de confrontações, caracterizada por uma oposição sistemática às políticas governamentais e pela ênfase na mobilização de massas e na ação grevista. De certo modo, o cenário hiperinflacionário, de crise estrutural do Estado capitalista no Brasil, no contexto de redemocratização política, contribuiu para o predomínio do sindicalismo classista, de massas, de confronto com as práticas “obreiristas”, seja de cariz socialista ou social-democrata, ocupando maior espaço político (o que veio, de fato, a caracterizar a CUT em seus primórdios). (p.287).

Assim, no movimento de contestação dos trabalhadores bancários do Banespa, percebe-se uma atuação legítima em defesa de seus direitos não apenas trabalhistas, mas, de resgate de sua participação efetiva na vida econômica do país, desde o início de sua forma republicana, isto é, inserido, mesmo atrasado, num processo de industrialização tardia. A atuação da Afubesp resgata a luta pelo trabalho, em sua particularidade bancária, questiona a atividade patronal do Estado, em sua maneira de administrar a instituição. Valoriza o conceito de classe trabalhadora, possibilitando, na sua vanguarda de atuação, mostrar aos trabalhadores bancários, sua importância no contexto dinâmico

do capitalismo contemporâneo, sua trajetória e perspectivas de engajamento político, lutando pelo emprego e pelo controle dos meios de produção da categoria bancária.

A Afubesp se mostrou uma entidade combativa naquele momento distinto e em outros de sua trajetória como instituição organizada. Mobilizou os trabalhadores a empreenderem investidas em defesa do emprego e de sua dignidade. Mostrou à categoria bancária que a luta pelo trabalho e legitimação de seus direitos estão além da esfera econômica, permitindo, assim, uma conscientização mais elaborada e particular de sua atividade dentro do universo do capital. Mas, apesar desta dinâmica, não abandona, totalmente, seu caráter corporativo em defesa de seus objetivos.

O processo de privatização do Banespa teve momentos distintos, um deles foi a intervenção do Governo Federal que argüiremos a seguir.

2.4 – A intervenção no Banco do Estado de São Paulo.

Como toda instituição de crédito, o Banespa concedia empréstimos fomentando a prestação de serviços e concedendo recursos financeiros para os setores que compõem a atividade econômica⁴⁷, assim como para órgãos de fomento e setores da economia informal.

Os empréstimos tinham critérios pré-estabelecidos, fazendo do crédito uma maneira de promover as várias instâncias da sociedade. Se o crédito é fator preponderante nas economias de mercado e indispensável (CHESNAIS, 1996), o Banespa, como um banco público estadual, tinha um papel “social”, autorizando operações lastreadas por órgãos governamentais de instância Federal: Bacen – Banco Central do Brasil.

Com relação à história do Banespa, o Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e região, elaborou, para esclarecimentos à sociedade, um folheto intitulado: *Conheça melhor o Banespa*, divulgando um pouco de sua atuação e história. Esses dados foram coletados com respaldo em várias fontes de consultas⁴⁸, explicitando a trajetória histórica da instituição⁴⁹.

⁴⁷ Nos Estados Nacionais sejam de economia de mercado ou planificada, os setores que compõem a atividade está dividido em três instâncias: Primário que estabelece a intervenção do trabalho em áreas de extração mineral, vegetal e animal, assim como o uso direto na agricultura e plantio. Outro setor de destaque é o Secundário que estabelece ações em atividades ligadas a indústria tais como metalurgia, siderurgia, automobilística, farmacêutica, eletrônica, etc. Por fim temos o setor Terciário que atua nos estabelecimentos vinculados a prestação de serviços tais como escolas, bancos, financeiras, comércio em geral.

⁴⁸ Fontes de consultas para elaboração de folheto explicativo a respeito do Banco do Estado de São Paulo: Relatório da administração 1993; Balanço anual 1993; Balanço semestral junho/94; RBB – Revista Bancária Brasileira dezembro /93; Pesquisa Brasil – Bancos Brasileiros: preparando para a morte da inflação, editado por Goldman Sachs & Co (New York), San Francisco, London, Honk Kong, Frankfurt, Tóquio – de 02/05/94; Livro Banespa 60 anos; Livro Banco do Estado e sua história; Livro de Banco agrícola – conglomerado financeiro; Cartilha: Proposta de Administração do Banespa, editado pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo, FETEC-CUT-SP e CNB-CUT, em 16/06/1994.

⁴⁹ 24/06/1909 – Fundação do Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo, pelo governo do estado, tendo em vista a necessidade de expansão da economia paulista, até então centrada no café; 04/11/1926 – Transformação em Banco do Estado de São Paulo por ato da Assembléia Legislativa; 1937 – O Banespa ampliou sua participação na economia alavancando a indústria de bens de consumo, a

Essas informações de esclarecimento foram divulgadas em janeiro de 1995, logo após o anúncio de intervenção federal na instituição. Em 1995, iniciava-se uma nova composição do governo estadual. A intervenção foi realizada em 29 de dezembro de 1994, último dia útil (comercial) daquele ano. Na época, o Ministro da Fazenda, em exercício, decretou a intervenção econômica na instituição, baseado em não-cumprimento de compromissos financeiros, assumidos pelo governo do estado de São Paulo.

Várias dívidas com a instituição estavam sendo negociadas e renegociadas dentro dos trâmites estabelecidos pelo Bacen – Banco Central do Brasil. Estas dívidas eram compostas pelos setores públicos e setores privados e foram publicadas pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo⁵⁰ e alguns meios de comunicação.

Operações de empréstimos chamadas de ARO – Antecipação de Receita Orçamentária⁵¹ – também eram efetuadas pelo governo do estado com aprovação da Assembléia Legislativa e anuência de órgãos federais. Constituiu-se, assim, um

produção e solidificou sua participação na área cambial; 1941 – Criação da Carteira de Crédito Rural, incrementando a produtividade agrícola; 1957 – O governo estadual dá início à construção das grandes hidrelétricas, de estradas de ferro e rodovias, sempre com recursos financiados pelo Banespa; Década de 1960 – Expansão do parque industrial do Estado, tendo o Banespa como principal agente financiador. Nesse período o Banespa intensificou sua participação na área internacional; Década de 1970 – Com a participação do Banespa, são iniciadas outras grandes obras no Estado, entre elas o Metrô.

⁵⁰ Em cartilha de esclarecimento, feita pelo Comitê de defesa do Banespa, editada pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo, são divulgados dados relativos à dívida da instituição. Esclarece “que a dívida total do Estado de São Paulo é relativamente pequena em relação ao PIB do Estado, segundo o relatório Pesquisa Brasil, de Goldman Sachs & Co., de 02/05/94. No ano de 1992, o PIB de São Paulo era de US\$ 165 bilhões, e a dívida do estado de 10% desse PIB em termos reais. Hoje a dívida do estado representa de 12% a 15% do PIB estadual. A maioria dos países de primeiro mundo tem dívida interna de aproximadamente 100% de seu PIB”. Esclarece a cartilha que “em junho/94 a dívida do governo do estado junto ao Banespa era de US\$ 7.038 bilhões; em dezembro de 1994 era de aproximadamente de US\$ 9 bilhões, sendo que essa elevação deveu-se exclusivamente às taxas de juro praticadas pelo mercado” E que “a somatória dessas dívidas obriga o Banespa a captar diariamente recursos no mercado para cobrir parte da dívida total do estado no mercado financeiro, pagando taxas de juros superiores à média. Essas operações se constituem em verdadeira fonte de lucro para o sistema financeiro privado.” (Sindicato dos Bancários de São Paulo, São Paulo, janeiro de 1995).

⁵¹ Essas antecipações de receitas tinham como garantia a arrecadação do ICMS – Imposto de Circulação de Mercadorias. Mas era sabido que essa arrecadação tributária, já estava comprometida com outras despesas, inviabilizando sua efetivação. Na CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito específica para analisar o caso Banespa, foi constatado esse comprometimento através de estudos atuariais.

confronto, ou, como apontou Boito Jr. (1999), uma guerra contra os bancos públicos estaduais. Disse Boito Jr.:

O Executivo Federal, auxiliado pelo conjunto da grande imprensa, travou uma guerra contra os bancos públicos estaduais, que davam aos governos dos Estados maior autonomia financeira. Bancos estaduais importantes foram privatizados ou federalizados, como o Banerj e o Banespa. O governo federal impôs arrocho financeiro aos governos estaduais, fechando as linhas de empréstimos federais, proibindo a contratação de antecipações de receita orçamentária (AROs) e impondo condições draconianas de renegociação das dívidas estaduais – pelo acordo assinado pelo governo Covas, o Estado de São Paulo deverá depositar, durante trinta anos, 11% de sua receita líquida nos cofres federais. A despeito das mudanças introduzidas pela Constituição de 1988, talvez se possa afirmar que os Estados encontram-se, hoje, financeiramente mais debilitados diante do governo federal. (p.107).

A situação financeira da instituição foi agravada, também, por operações de empréstimos com indícios de irregularidades administrativas e operacionais, ou seja, recursos eram repassados para vários setores da economia sem passar por uma avaliação criteriosa de análise pelos órgãos reguladores da instituição.

Os meios de comunicação tiveram papel preponderante nesse contexto. A respeito das irregularidades governamentais, administrativas e operacionais, percebemos que esses fatos foram noticiados mais regularmente pela pequena imprensa. O Sindicato dos Bancários traz uma reportagem, divulgando matéria sobre essa questão, vejamos:

PUNIÇÃO AOS RESPONSÁVEIS

Desde que o Banespa sofreu intervenção na última quinta-feira, os banespianos exigem a punição de todos os responsáveis pela situação a que o banco chegou. Querem o bloqueio dos bens não só dos diretores que estiveram à frente do Banespa nos últimos doze meses, mas de todos os governadores que fizeram uso público do banco. É o que foi deliberado na plenária de terça-feira, que lotou a quadra dos bancários. [...] O saneamento do Banespa exige uma auditoria feita com transparência e participação das entidades do funcionalismo que revele todas as operações irregulares e os critérios com os quais o banco vem sendo administrado. Os banespianos lutam pelo fim da impunidade no sistema financeiro com a aplicação integral da lei do colarinho branco. (Folha Bancária; Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e região, 05/01/1995).

A medida intervencionista adotada no Banespa exigiu a exclusão da diretoria do banco, elegendo interventores sobre orientação do Governo Federal. A intervenção anunciada foi recebida pela categoria com “surpresa”, mas as entidades de representação colocaram que era inevitável essa medida, uma vez que as irregularidades estavam chamando a atenção de várias instâncias que compunham o universo bancário. Segundo o presidente da Afubesp e o presidente do Sindicato dos Bancários, “já havia indícios de que o banco sofreria uma medida desta natureza”. Em entrevista, temos o seguinte depoimento do presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo Sr. João Vaccari Neto:

Esta questão da intervenção do Banespa primeiro, nós já vínhamos discutindo esta questão; a situação dos bancos estaduais como um todo antes mesmo de 1990. Porque já havia determinação do Fundo Monetário Internacional sobre a questão da privatização dos bancos, não só dos bancos, mas do conjunto das empresas estatais. E esta experiência que foi realizada nós já discutíamos a hipótese que foi feita aqui, tinha sido feita por outros países aonde foi privatizado todos os bancos estaduais como, por exemplo, na Argentina, no Uruguai, no Peru, países onde houve a privatização dos bancos. Então nós já fazíamos esse debate com o conjunto dos bancos públicos estaduais e federais, com a preocupação do seguinte: que eles, começariam este processo de privatização a partir do RAET – Regime de administração temporária que foi implantado pelo governo. Evidente que se começou dessa forma e o primeiro banco a ser privatizado foi o Banerj em seguida veio o Bemge, depois o Credireal e assim sucessivamente. E nós, quando foi feita essa intervenção do banco, em final de 1994, após todo aquele processo de eleição do governo Fleury. Não podemos esquecer da frase dita pelo Quercia: “quebrei o estado mas elegi meu sucessor”. E tem outros bancos além do Banespa e do Banerj que sofreram este processo. Teve alguns outros bancos ainda antes da década de 1990, final da década de 1980, que foram liquidados como o Banco do Estado do Piauí, Banco do Estado da Paraíba, Banco do Estado do Rio Grande do Norte, o B.N.C.C.- Banco Nacional de Crédito Cooperativo e o B.N.H. – Banco Nacional de Habitação. Foram bancos liquidados e com seu patrimônio incorporado a um outro, no caso incorporado a união, no caso do B.N.C.C. e outros bancos.

O mesmo questionamento foi feito para o presidente da Afubesp, Sr. Aparecido Sérico, a respeito da intervenção que comentou o seguinte:

Houve vários indícios. Houve, inclusive, uma intervenção branca, que a diretoria do banco, presidente e uma parte da diretoria foram indicados pelo Banco Central, isso no governo de 1990 a 1994. Nossa avaliação, na avaliação dos funcionários à época, sempre dependendo de dados mais qualitativos que não sejam só a minha memória, foi fruto de uma negociação equivocada da dívida do estado de São Paulo para com o banco. Juntando com uma confusão da mídia brasileira, não sei se confusão ou uma intenção de dizer que o Banespa estava devendo. Na verdade era o estado de São Paulo que devia para o Banespa, o banco era credor. Houve essa confusão e uma intervenção “branca” (assumir um controle temporário). Veio uma turma do Banco Central que no período do governo Fleury já conduziam o banco. Essa diretoria saiu satisfeita com os funcionários do banco, chegaram com a impressão de que era uma bandalheira, mas, quando viram a maneira como nós trabalhávamos, discutíamos o banco, eles perceberam que o problema não era no Banespa nem nos funcionários do Banespa. O problema era efetivamente com o estado de São Paulo. O estado tinha uma gestão complicada. Nesse período houve um debate de discussão da dívida; de negociação da dívida que não foi uma boa renegociação.

Os trabalhadores bancários do Banespa, sua representação oficial, sindicato da categoria e associações do conglomerado, aglutinam suas propostas fomentando a resistência contra o processo de privatização da instituição. A preocupação constante estava centrada, em defender tudo o que se relacionava com o trabalho dos bancários: defesa do emprego, manutenção dos benefícios adquiridos, garantia de direitos trabalhistas, prerrogativas conquistadas pelo conjunto da categoria e também sua inserção política junto à sociedade. Temia-se que as relações de trabalho, dentro da instituição, sofressem mudanças estruturais afetando a dinâmica do processo de trabalho.

Mas havia uma parcela dos trabalhadores que acreditava que a privatização da instituição fosse benéfica. As reações eram diversificadas, mas a maioria dos trabalhadores apoiava as medidas adotadas pelos órgãos de representação. De acordo com os representantes da vanguarda do movimento, indagados a esse respeito, obtivemos o depoimento de que foram feitas várias pesquisas a esse respeito.

Fizemos inúmeras pesquisas sobre esta questão dos trabalhadores do Banespa. Havia uma parcela deles, algo em torno de 1/3, que achava que o banco privado era melhor. E isso nos deixava muito preocupados. Nós

sabíamos o que iria acontecer como um banco privado. Quando há privatização de um banco, até porque, nós já tínhamos visto o modelo do Banerj e, que o interesse do banco comprador foi exatamente nenhum sobre os funcionários, nem mesmo sobre aqueles que apoiaram o processo de privatização. Mas, a maioria dos funcionários 2/3 do total, isso um número inicial, combatiam e se mobilizavam junto com a gente. Nós fizemos grandes manifestações aqui em São Paulo em frente ao banco, fizemos um centro de referência no combate à privatização. Fizemos grandes assembleias, manifestação na Assembleia Legislativa, após a intervenção e federalização do banco. (Presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e região).

O presidente da Afubesp sobre o mesmo questionamento argumentou:

Após a intervenção no primeiro dia, foi de perplexidade, até porque, estávamos todos em casa. Era final de ano e ninguém esperava. Acredito que, o pessoal estava mais preocupado, com o panetone e os preparativos para o final de ano. Era muito comum, nas unidades, fazer uma despedida entre os colegas. E, essa notícia, foi um “choque”, mas, a reação dos representantes e principalmente do pessoal ligado a CUT, foi muito rápida. Eu me lembro que o Augusto pediu para convocar todo mundo para São Paulo, para se reunir. No dia 02/01/95, se não estou enganado, fizemos uma reunião do comando banespa aqui em São Paulo, fizemos uma carta e já saímos distribuindo no primeiro dia útil para a população. E essa atitude, fez com que os funcionários, digamos assim, se sentissem “amparados”, ou seja, passou o senso de responsabilidade de nossa parte. Os funcionários diziam: “já estão nas ruas, já estão levando esclarecimento aos clientes”. E, depois disso, foi a organização passo a passo. Os funcionários participaram e todas as entidades de representação participaram.

A intervenção no Banco do Estado de São Paulo foi o primeiro momento na política estabelecida pelo Governo Federal. O segundo passo foi a federalização do banco paulista. Mesmo denunciando e confrontando com as forças opositoras, a classe trabalhadora bancária do Banespa e seus órgãos de representação, presenciaram mais essa investida. Com a federalização, os trabalhadores se articulam, divulgando à sociedade as reais razões de todo o processo envolvendo a instituição. Encontram apoio em algumas instâncias setoriais que, também, estão vivenciando, de forma análoga, a mesma ofensiva por parte do governo federal.

O empenho feito pela categoria bancária, mais uma vez, renova-se, não somente em defesa da instituição, mas contra o neoliberalismo e a aceitação, por parte do governo, das imposições feitas pelo conjunto das forças dominantes, políticas e econômicas.

Vejamos como se deu a federalização na instituição neste contexto, abordando algumas especificidades do processo.

2.5 – A Federalização no Banco do Estado de São Paulo.

Com as medidas intervencionistas dentro do banco, o trabalho bancário adquiriu outro aspecto, modificando radicalmente as relações de trabalho dentro da instituição. Os trabalhadores bancários do Banespa se distinguiam de outros trabalhadores bancários do setor privado, pois tinham direitos trabalhistas diferenciados, como, por exemplo, o salário da categoria, ou seja, o salário de um trabalhador bancário do setor público era superior ao salário de um trabalhador bancário do setor privado. Outro ponto a ser destacado é que, como banco público estadual, o Banespa dispensava as tarifas de serviços dos funcionários públicos que mantinham contas correntes para recebimento de seus salários, dentro da instituição. Sendo assim, as relações pessoais dos trabalhadores bancários do Banespa se diferenciavam em relação aos bancos privados, pois não existia um fator preponderante que, com a privatização, tenderia a uma modificação radical na estrutura da instituição, isto é, a competição entre os trabalhadores na produção do trabalho bancário.

Por outro lado, as condições tecnológicas do setor privado superavam as condições tecnológicas do setor público, entretanto esse diferencial não impedia o bancário do setor público de desenvolver seu trabalho de maneira segura e adequada a essas condições.

Com a intervenção, foi promovido um intenso reordenamento na estrutura da instituição, ou seja, uma reestruturação em todos os níveis profissionais. Jinkings (2002), a esse respeito, diz:

O Banespa, maior instituição bancária do sistema financeiro estadual, sofreu um processo intenso de reestruturação desde que foi objeto de intervenção do Banco Central, em dezembro de 1994. Instalou-se no banco, um “regime especial de administração temporária”, que promoveu uma série de ajustes operacionais e modificou drasticamente as relações de trabalho na instituição, moldadas agora, às formas de gestão e às estratégias de rentabilidade dos bancos privados. A federalização do banco em 1997 foi mais uma medida direcionada a sua

privatização, finalmente concretizada em 2000, quando o Banespa, foi adquirido em leilão pelo grande espanhol Santander. (p. 348).

O processo de privatização materializava-se e, estava, logicamente, inserido dentro da perspectiva do governo federal, em sanear os gastos públicos com a obtenção de recursos do setor privado – nacional ou internacional.

O acordo com o FMI – Fundo Monetário Internacional em 1998, estava imerso em um processo de crise internacional (FILGUEIRAS, 2003)⁵². Em 13 de novembro de 1998, o governo brasileiro assume compromisso com o órgão internacional, acordado em documento por ambas as instâncias⁵³.

No documento “Memorando de Política Econômica”, elaborado pelo Banco Central do Brasil, item 2, temos o seguinte enunciado:

O progresso da estabilidade macroeconômica e financeira tem se acompanhado de amplas reformas estruturais as quais têm contribuído para a modernização da economia e o crescimento da produtividade. Tais reformas incluem a continuada abertura da economia através da liberalização do comércio e dos fluxos de capital o que talvez seja o mais amplo programa de privatização da história a desmonopolização e desregulamentação de setores chave da economia além de um fortalecimento fundamental do sistema bancário (inclusive dos bancos estaduais). Nesse contexto não deve surpreender que o investimento tenha aumentado de menos de 15,5 por cento do PIB em 1994 para estimadamente 18,5 por cento do PIB em 1998 e que o investimento direto estrangeiro (IDE) tenha subido de cerca de US\$ 2 bilhões para US\$ 23 bilhões durante o mesmo período.

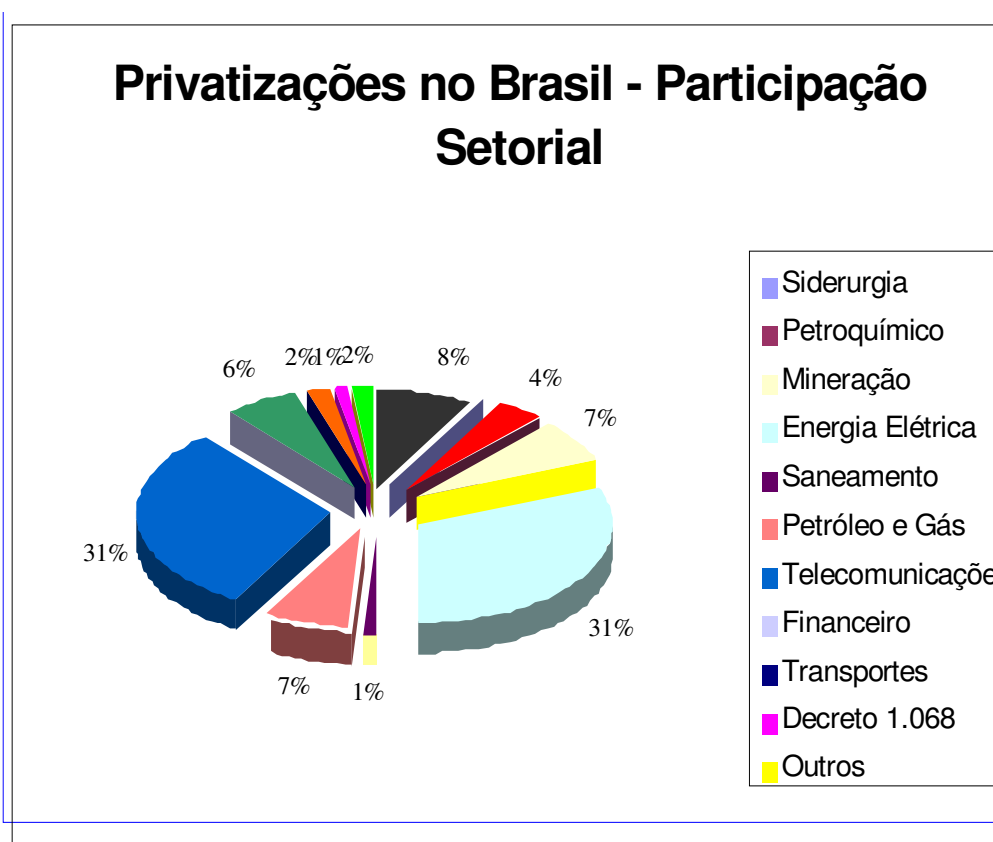
⁵² Diz Filgueiras (2003) que: “os motivos que empurraram o país de novo ao encontro do FMI foram os mesmos do início da década de 1980: estrangulamento externo e ameaça de uma crise cambial, com todas as consequências daí advindas, inclusive a eventual decretação de uma moratória. No entanto, essa dependência reiterada do país às finanças internacionais se realiza por outras formas e outros caminhos, mas nem por isso com consequências menos graves. Portanto transcorridos quase cinco anos desde o último acordo estabelecido entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que encerrou formalmente o processo econômico-político iniciado nos anos 80 com “a crise da dívida”, eis que o país retornou, em novembro de 1999, mais uma vez de forma subordinada, a bater às portas dessa instituição financeira internacional”. (p.141).

⁵³ Ver www.fazenda.org.br. Op. cit.

A compreensão dos fatos transparece que a política adotada pelo governo federal dava continuidade ao processo de privatização de suas empresas. Os bancos estaduais, nesse contexto, inserem-se no programa, dando respaldo a política governamental.

O quadro abaixo, mostra os setores envolvidos e sua participação no processo de privatização do Governo Federal:

Quadro I: Privatizações no Brasil



Fonte BNDES/2001

Nota-se que a participação do setor financeiro, 6% do total das empresas a serem privatizadas, era um percentual pequeno no contexto das privatizações. Dentro deste quadro de planejamento do Governo Federal, relacionado às privatizações, os setores de energia elétrica e dos transportes representavam cada um 31%. O Banespa

representava aproximadamente, 93% do total setorial, ficando evidente o potencial econômico desta instituição bancária.

Percebe-se que o banco tinha uma importância econômica de grande dimensão, mas, do ponto de vista político, exercia influência financeira no conjunto da economia nacional. Como vimos, no quadro 1, com a privatização da instituição, o montante de recursos arrecadados não representava uma entrada significativa que chegasse a modificar a política econômica do Governo Federal, mas resolveria problemas administrativos e políticos gerados em sua administração, sob o comando dos governos estaduais.

Assim, a representação sindical da categoria bancária, em vários momentos, alegou que a privatização da instituição passava não somente por questões financeiras, e que questões, como, por exemplo, o patrimônio líquido negativo da instituição, apresentado no início da intervenção, poderia ser resolvido, mas as questões políticas que envolviam o processo davam outro significado à transferência do banco para a instância Federal.

Quadro 2: PND – SETOR FINANCEIRO

Programa Nacional de Desestatização Setor Financeiro

US\$ milhões

EMPRESA	DATA LEILÃO	RECEITA DA VENDA	DÍVIDA TRANSFERIDA	RESULTADO TOTAL
MERIDIONAL	04/12/1997	240,1	0	240,1
BANESPA	20/11/2000	3.604,3	0	3.604,3
TOTAL		3.844,4	0	3.844,4

Fonte BNDES / 2001

No quadro 2 acima, os bancos federais vendidos representavam pouco, em relação ao total de privatizações estabelecidas pelo Governo Federal. Das duas instituições a serem privatizadas, nota-se que a diferença de valores é muito grande. O Banespa tem um valor 15 vezes maior do que o banco Meridional.

Podemos observar que, em relação às duas instituições a serem privatizadas no P.N.D., o Banespa tinha uma participação de 93,%. É digno de nota ressaltar que a avaliação do banco foi contestada inúmeras vezes, tanto pelo funcionalismo do banco, quanto por alguns setores da imprensa e de outras entidades organizadas da sociedade.

Economistas da Unicamp e técnicos do DIEESE⁵⁴ tecem considerações sobre relatório do T.C.U.⁵⁵. Elaboram a emissão de parecer técnico, colocando que houve irregularidades na determinação do preço mínimo da instituição, ou seja, o banco foi subavaliado. Mesmo tendo sido vendido acima do valor estipulado pelo Banco Central, isto é, obtido uma espécie de ágio em relação ao preço mínimo, o Banespa possuía créditos tributários reversíveis que favoreciam os compradores. Diz o parecer:

Cabe também enfatizar que em razão do ágio obtido no leilão, ampliou-se consideravelmente o volume de créditos tributários passíveis de utilização por parte do banco comprador. Eles já montavam a cerca de R\$ 3,0 bilhões, e serão acrescidos de aproximadamente R\$ 2,5 bilhões. Este é, portanto, a magnitude da renúncia fiscal envolvida na venda do Banespa e que deve ser comparado com o seu preço de venda de R\$ 7,0 bilhões. (Rodrigues, et. all, 2000).

Pode-se resumir que o processo de venda da instituição ainda tinha irregularidades a serem resolvidas. A questão toma dimensões estratosféricas envolvendo toda a sociedade brasileira. Órgãos, como o DIEESE, são considerados imparciais quando analisam questões desta magnitude. Inclusive comentam que o desempenho do Governo Federal e do Banco Central, encarregados do processo de

⁵⁴ UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas. DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos.

⁵⁵ T.C.U. – Tribunal de Contas da União.

privatização da instituição, prejudicou até a “causa democrática do país”. Dizem os técnicos a respeito do Governo Federal e do Banco Central:

Seus ações se pautaram em várias ocasiões pela falta de ética e, em várias questões de conteúdo por uma total ausência de transparência. Como exemplo da falta de ética podemos citar a tentativa sistemática de desmoralizar e desqualificar os técnicos e instituições que por distintas razões se opuseram à privatização do Banespa. Procedimentos políticos desta natureza trazem à tona amargas recordações dos tempos da ditadura militar. (Rodrigues, et. all, 2000).

Assim, o movimento de resistência dos trabalhadores bancários do Banespa tinha argumentos suficientes para inibir a privatização do banco. Infelizmente, para os trabalhadores do Banespa, o parecer dos técnicos do DIEESE e Unicamp, citado anteriormente, não foi suficiente para impedir a privatização da instituição⁵⁶. A vanguarda do movimento usou esse e outros argumentos técnicos, para compor o mosaico de *formas* e maneiras de impedir a venda do banco.

O quadro abaixo mostra os dados do Banespa após o leilão de privatização. A resistência dos trabalhadores bancários, diante desses números, denunciava à sociedade que a instituição estava sendo privatizada por questões políticas, contrariando o governo que anunciava a privatização por questões econômicas na instituição. Ressaltamos que, mesmo sendo de significativa importância econômica, o Banespa possuía um valor político muito grande, perante os órgãos de fomento do país. Sua trajetória se confunde com o próprio desenvolvimento social do estado, ou seja, de participar efetivamente de todos os setores da atividade econômica do estado e do país. Vejamos o quadro 3:

⁵⁶ A privatização do Banco do Estado de São Paulo se consolidou em 20 de novembro de 2000, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

Quadro 3: P.N.D. - Banespa

**Programa Nacional de Desestatização
BANESPA – Banco do Estado de São Paulo S.A**

Informações da empresa (1999)		Comprador
		Banco Santander Central Hispano
Setor: Financeiro		100%
Estado: São Paulo		
Correntistas: 2.800 mil (96,2% de pessoas físicas)		
Carteira de depósitos: R\$ 11.033,0 bilhões		
Número de agências: 577 (93% no estado de São Paulo)		
Empregados: 22.511 (setembro / 1999)		
Patrimônio líquido: R\$ 4.175,9 bilhões		
Leilão de privatização		
Data: 20/11/2000		
Oferta: Leilão de ações ordinárias		
Participação vendida: 60% do capital votante		
Receita do leilão: US\$ 3.604,30 milhões (R\$ 7.050 bilhões)		
Preço mínimo: US\$ 945,80 milhões (R\$ 1.850 bilhões)		
Ágio: 281,08%	Nacionalidade do comprador	
Moeda corrente: 100%		Espanha: 100%

Fonte: BNDES/2001

Analisando estes dados, várias questões poderiam ser formuladas, tais como o preço mínimo, o ágio conseguido, a data do leilão, o local do leilão, o comprador da instituição, enfim, elementos que poderiam levar a não-consumação da venda do banco. Vimos como ainda persistiam muitas irregularidades apontadas pelos trabalhadores, pela vanguarda da Afubesp, pelo Sindicato dos Bancários, pelo DIEESE, por economistas de universidades, por órgãos colegiados da sociedade civil, por alguns setores da imprensa.

No periódico Folha de São Paulo de 18 de novembro de 2000, dois dias antes do leilão de privatização do banco, temos um editorial alertando e chamando a atenção da sociedade que ainda existiam dúvidas e irregularidades no processo. Comenta o editorial que existe falta de transparência em diversas questões não solucionadas pelo Banco Central, tais como: participação de bancos estrangeiros, passivos trabalhistas e previdenciários, outros. Inclusive a suspeita, segundo o editorial: “...de que as duas empresas contratadas para fazer essa avaliação teriam combinado previamente detalhes metodológicos para evitar que valores muito discrepantes levassem à convocação de uma terceira consultoria” .

Com relação a essas irregularidades, até mesmo a União, através de seu procurador Sr. Luiz Francisco de Souza do Ministério Público Federal de Brasília, impetrou ação judicial⁵⁷ para barrar o processo de privatização da instituição, baseado em estudos recentes da Unicamp e DIEESE (citados anteriormente). Digno de nota dizer que essas ações judiciais, assim como outras impetradas, foram “derrubadas” pela AGU – Advocacia Geral da União.

O quadro a seguir elenca a participação do investidor estrangeiro no processo de privatização brasileiro, dentro da política neoliberal adotada pelo Governo Federal. Em todas as empresas públicas privatizadas, houve uma participação estrangeira significativa, como veremos no quadro, o Banespa, seguindo esta diretriz, teve seu conglomerado comprado integralmente por um grupo financeiro espanhol, demonstrando e corroborando as argumentações até agora descritas. Vejamos:

⁵⁷ A ação judicial foi aceita e acatada pelo Juiz-substituto da 2ª Vara Federal de Brasília Sr. Rodrigues Navarro, que segundo a Folha de São Paulo de 18/11/2000, atendeu a uma ação do procurador da República Sr. Luiz Francisco de Souza, do Ministério Público Federal de Brasília.

Quadro 4: PARTICIPAÇÃO DO SETOR ESTRANGEIRO

Privatizações no Brasil
Participação do investidor Estrangeiro

US\$ milhões				
NACIONALIDADE	PND	ESTADUAIS	TELECOMUN	TOTAL
Estados Unidos	4.318 / 15,3%	6.024 / 21,6%	3.692 / 12,8%	14.034 / 16,5%
Espanha	3.606 / 12,8%	4.027 / 14,4%	5.042 / 17,5%	12.675 / 14,9%
Portugal	1 / 0,0%	658 / 2,4%	4.224 / 14,7%	4.883 / 5,7%
Itália	- -	143 / 0,6%	2.479 / 8,6%	2.622 / 3,1%
Chile	- -	1.006 / 3,6%	- -	1.006 / 1,2%
Bélgica	880 / 3,1%	- -	- -	880 / 1,0%
Inglaterra	2 / 0,0%	692 / 2,5%	21 / 0,1%	715 / 0,8%
Canadá	21 / 0,1%	- -	671 / 2,3%	692 / 0,8%
Suécia	- -	- -	599 / 2,1%	599 / 0,7%
França	479 / 1,7%	196 / 0,7%	10 / 0,0%	685 / 0,8%
Holanda	5 / 0,0%	410 / 1,5%	- -	415 / 0,5%
Japão	8 / 0,0%	- -	256 / 0,9%	264 / 0,3%
Korea	- -	- -	265 / 0,9%	265 / 0,3%
Argentina	- -	148 / 0,5%	11 / 0,0%	159 / 0,2%
Uruguai	0 0,0%	- -	- -	0 / 0,0%
Outros	728 / 2,6%	350 / 1,3%	- -	1.078 / 1,3%
PART. ESTRANG.	10.123 / 35,9%	13.654 / 48,9%	17.270 / 60,0%	41.047 / 48,00%
TOTAL GERAL	28.234 / 100%	27.919 / 100%	28.793 / 100%	84.496 / 100%

Fonte BNDES / 2001

Com esses dados, observamos que a participação estrangeira, no processo de privatização do Governo Federal, atingiu patamares equivalentes a 48% do total de recursos arrecadados pelo Estado. O Plano Nacional de Desestatização além de desestatizar as empresas do Estado, propiciou a desnacionalização de diversos setores da

atividade produtiva Nacional, permitindo a interferência de nações estrangeiras, em instâncias estratégicas da economia do país.

Por fim, mas não menos importante, ressalta-se que a venda do Banespa ao Santander, além de reduzir a fatia do setor público no sistema financeiro – com conseqüências sobre a oferta de crédito e ao atendimento bancário –, amplia ainda mais a desnacionalização de nosso sistema financeiro, e reduz o raio de controle interno sobre os centros de decisão de nossa economia. (Rodrigues, et. all, 2000).

Após a intervenção e decretada a federalização da instituição, o movimento dos trabalhadores bancários intensifica a resistência, promovendo ações, sempre em conjunto, com seus órgãos de representação (Afubesp, Cabesp, Banesprev) e sindicato da categoria. Entre os trabalhadores cogitou-se a possibilidade de que, com a federalização, o banco voltasse a ser controlado pela esfera pública, ou seja, a intervenção não teria mais sentido, uma vez que o Governo Federal determinaria e comporia a direção executiva do banco.

Questionamos o presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, a esse respeito, e o mesmo argumentou que:

Quando foi feita a federalização, foi um marco que ficou bastante claro. O objetivo do governo era a privatização. Porque, enquanto o banco estivesse sobre a bandeira do Estado de São Paulo, com as ações em poder do estado, dificilmente eles conseguiriam privatizar. Tanto, que o governador de São Paulo fez um acordo com o governo federal e passou as ações com um contrato que previa a venda por um valor mínimo. E, caso fosse vendido, por um valor maior, ele receberia a diferença, coisa que não aconteceu. Mas, a única forma que eles tinham de privatizar o banco, era levar o leilão para fora do Estado de São Paulo e sobre controle neutro. Então a federalização na nossa avaliação não era benéfica. Era o início da tragédia que viria em seguida. Tanto que o leilão não foi feito em São Paulo, foi feito no Rio de Janeiro. As forças políticas que comandavam estavam em Brasília. E os trabalhadores que protestavam estavam em São Paulo. Veja o esvaziamento da pressão sobre o efetivo de controle. E decidimos, também, que não iríamos fazer o protesto contra a privatização no Rio de Janeiro. Entendíamos que o processo e o leilão, deveriam ser feito aqui em São Paulo, mas o governo articulou isso com uma manobra, para evitar concentrarmos na Praça Antônio Prado.

O presidente da Afubesp questionado sobre esses acontecimentos deferiu os seguintes argumentos:

Houve uma parcela dos trabalhadores que sim, mas teve uma divisão. Na época era um pessoal que estava à frente da associação e era significativo e tinha força, e pensava que a federalização fosse benéfica para a categoria. Mas, nós, ligados à CUT, achávamos que não era bom negócio. Insistíamos que o nosso problema não era a gestão ser estadual ou federal, nosso problema era resolver a dívida do estado de São Paulo para com o banco. Essa questão era a fundamental; e também, resolver a gestão. Nós fizemos uma proposta de banco público, onde colocávamos as regras de como seria a participação de todos os setores. Foi uma cartilha muito interessante que nós mandamos até para fora do Brasil, no caso, para a Noruega, amigos bancários que tenho contato. Até mandaram material sobre de como são os bancos naquele país, pena que logo depois, o banco foi privatizado e não tivemos tempo nem de analisar essa cartilha.

De acordo com as argumentações dos entrevistados, a questão sobre os benefícios, que os trabalhadores pudessem receber com a federalização, demonstra uma preocupação constante. O presidente do Sindicato dos Bancários enfatizou que, com a federalização, o leilão de venda da instituição seria realizado em outro estado da União, ou seja, percebe-se que a federalização da instituição era um artifício jurídico legal, permitindo e autorizando à instância Federal promover as devidas providências quanto à privatização. De acordo com o presidente da Afubesp, a federalização não traria benefícios para os trabalhadores, mas beneficiava a instância Federal para incrementar o processo de privatização do banco.

Essa atitude do Governo Federal de federalizar a instituição bancária do Banespa intensificou um ambiente de ruptura, ou seja, o estado de São Paulo entregaria as ações ordinárias nominativas com direito a voto em seu poder, para o controle absoluto da União Federal. Dessa maneira não haveria empecilhos legais que impedissem a continuidade do processo de privatização. Com essa medida, as forças de

resistência da categoria se sentiram enfraquecidas, mas não vencidas em continuar a adotar medidas e formas para conter as investidas do governo.

A federalização do Banespa contempla a proposta implementada pelo governo federal de acordo com o P.N.D. - Plano Nacional de Desestatização. Dados demonstram que o governo já vinha impondo esse plano de metas em passo acelerado, pois dispunha de elementos jurídicos e administrativos para continuar o programa de desestatização. Em 1998, o governo dispunha de dados significativos a respeito deste programa. A Secretaria Geral de Apoio à Desestatização já possuía dados parciais divulgando posteriormente relatório, como no quadro a seguir:

Quadro 5: RESULTADO POR PROGRAMA DE PRIVATIZAÇÃO

Privatizações no Brasil				
Resultados anuais por Programa de Privatização – 1991 / 2001 - US\$ milhões				
ANO	PND	ESTADUAL	TELECOM	RES. TOTAL
1991	1.988	-	-	1.988
1992	3.383	-	-	3.383
1993	4.188	-	-	4.188
1994	2.315	-	-	2.315
1995	1.628	-	-	1.628
1996	4.749	1.770	-	6.519
1997	7.824	15.116	4.734	27.674
1998	2.737	10.857	23.948	37.542
1999	133	3.886	421	4.440
2000	7.670	3.041	-	10.711
2001	820	-	1.815	2.635
TOTAL	37.435	34.670	30.918	103. 023

Fonte BNDES - 2001

A desestatização das empresas, em poder do Estado, privilegiava a política neoliberal, diminuindo, significativamente, a participação do poder público na economia em várias atividades econômicas do país. De acordo com o quadro, até 1998, o setor de telecomunicações respondeu, em grande parte, à entrada de recursos da iniciativa privada. Em 2000, a privatização do Banespa, mesmo que pequena no contexto geral do programa de privatizações, representou a maior entrada de recursos financeiros para a União, pois foi uma das últimas a serem privatizadas no P.N.D. Em relação a essa política, Sodré (1999), classifica da seguinte forma:

Para o neoliberalismo, o grande inimigo do progresso, ou do desenvolvimento, era o Estado. O Estado era por definição mau gestor, não deveria operar na área em que as empresas privadas operavam, não deveria, de forma alguma, ocupar-se de tarefas que deveriam ser próprias da área privada. Assim tratava-se, antes de tudo, de enxugar o Estado, de despojá-lo de empresas que criara em muitos casos por força da incapacidade financeira ou pelo puro desinteresse da área privada.[...]. Privatizar, eis a solução, para o neoliberalismo. (p. 19).

O processo de privatização do Banco do Estado de São Paulo teve estes dois momentos distintos. As entidades de representação do movimento de contestação trabalharam juntas e agiram saindo em defesa dos trabalhadores bancários, exigindo seus direitos e promovendo ações que permitissem barrar a venda da instituição. Em boletim informativo da associação dos trabalhadores, Afubesp, uma matéria é divulgada informando aos trabalhadores sobre a Federalização, seu contexto e em que situação estava. Vejamos o que dizia o informativo destacando a seguinte notícia:

GUERRA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO

Justiça concede e depois caça liminar que suspende entrega do Banespa à União

Banespianos deverão recorrer.

Na última semana, o juiz, da 13ª Vara da Justiça Federal, concedeu e depois cancelou a liminar que impedia a federalização do Banespa antes da apuração do seu valor. A decisão favorável à ação movida pelo banespiano aposentado Reinaldo Pagan ocorreu na Segunda-feira, 29, mas no Sábado, o juiz voltou atrás, atendendo recurso impetrado pela

Procuradoria Geral do Estado. O juiz indeferiu o pedido de liminar solicitado pela Afubesp e Sindicato dos Bancários de São Paulo em ação cautelar com o mesmo objetivo. Ambas as entidades deverão recorrer ao Tribunal Regional Federal para impedir a entrega do Banespa à União. “Vamos também ingressar na Justiça com uma ação popular subscrita por representantes do funcionalismo, sindicalistas, prefeitos e deputados federais de diversos partidos”, explica Eduardo Rondino, presidente da Afubesp. O ex-chefe do Departamento Jurídico do banco Reinaldo Pagan também pretende apresentar um pedido de efeito suspensivo para restaurar a liminar cassada. (Informativo Afubesp; Associação dos Funcionários do Conglomerado e Cabesp – gestão mãos limpas: n. 411, 08/01/1998).

Verifica-se que os trabalhadores estavam informados regularmente sobre os acontecimentos que envolviam a privatização da instituição. Nota-se que os boletins informativos tinham a função de levar o conhecimento aos trabalhadores de todos os aspectos que envolviam o processo pelo qual estava passando a instituição.

Com relação ao trabalho efetuado conjuntamente entre as duas entidades de representação, o presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo argumenta que:

Passamos a trabalhar juntos, mais combinados, a partir da posse da gestão “mãos limpas”. Quando os companheiros Eduardo Rondino e Cido Sérico tomaram posse como diretores e de toda a diretoria executiva. Passaram a fazer um trabalho mais efetivo, de somar com o sindicato, porque, até então, nós tínhamos muita dificuldade em construção da unidade em torno dos debates que combatessem a privatização, e era o que nós achávamos que iria acontecer num futuro próximo, mas não desanimamos e fomos à luta.

O presidente da Associação dos funcionários questionado sobre este ponto argumentou:

Afubesp e Sindicato dos Bancários sempre trabalharam juntos. Na verdade, depois da intervenção, tivemos problemas que são passíveis de entendimento. A partir de 1995, quando nós viemos para a Afubesp assumir a diretoria, o Sindicato e a Afubesp, começaram a ter uma atuação mais homogênea. Mas mesmo anterior à intervenção, já trabalhávamos juntos em gestões anteriores. Fizemos um comitê em defesa do banco. A privatização, para maioria dos funcionários, dos dirigentes, seria prejudicial para o estado de São Paulo, como está provado. Com a venda do banco, o ágio anunciado não veio para os cofres do estado. A sociedade está pagando e fora os problemas adicionais, ou seja, multas, etc. A luta pela privatização foi uma demanda histórica, talvez uma das mais bonitas desse país. Foram seis

anos de resistência diária. Os funcionários, além de trabalhar todos os dias, faziam alguma coisa em relação ao movimento: paralisações, distribuíam panfletos de esclarecimento, etc. Se alguém falar que teve uma semana que não aconteceu nada, em relação a isso, nesses seis anos, não é verdade. Todos os dias, toda semana, depois de 1995, após o expediente diário, grupos de funcionários iam para a Assembléia Legislativa.

Conforme os argumentos dos entrevistados, a participação da associação dos funcionários foi maciça e efetiva, pois nela conglomeravam-se várias entidades internas, com representantes eleitos pelos próprios trabalhadores bancários. A união entre as duas entidades representativas dos trabalhadores pôde viabilizar os rumos do movimento. Conforme ressaltou o presidente da associação, foram seis anos de luta ininterrupta, ou seja, seis anos em que, diariamente, trabalhou-se a questão da resistência, seja nos locais de trabalho, seja nas associações participantes, seja nos órgãos públicos, seja na imprensa. Em variadas instâncias, onde pudessem inserir objeções e viabilizar investida com possibilidades de parar o processo de privatização da instituição, lá estavam os trabalhadores bancários. Importante dizer que esta forma de efetivação de luta requer tempo, recursos financeiros e disponibilidade de espaço para atuação. O Banespa, com várias unidades, ou agências, espalhadas por todo o território nacional, exigia do movimento de resistência muito empenho e determinação. Ao mesmo tempo em que uma notícia era veiculada no estado do Amapá, na região norte do país, teria que, necessariamente e obrigatoriamente, ser veiculada no estado do Rio Grande do Sul, no extremo sul do país, demonstrando, dessa maneira, a efetividade e eficácia dos representantes em levar o conhecimento dos acontecimentos a todos os trabalhadores da instituição. Ficava sob a responsabilidade da Afubesp e de seus membros colegiados a divulgação diária destas informações, através de informativos, folhetos e comunicação eletrônica.

O Sindicato dos Bancários também tinha essa responsabilidade, ou seja, apesar de não poder se afastar da luta em defender todos os trabalhadores bancários, seja em instituições privadas, seja em instituições públicas, participou ativamente do processo.

Vejam os como a participação do Sindicato da categoria contribuiu para a efetividade do movimento. Apesar de contido historicamente, os sindicatos, ainda, se mostram, como alternativa de luta da classe trabalhadora. Na última década do século XX, promoveram ações que mobilizaram diversas categorias, como assinalou Boito (1999), analisando um período, no Brasil, marcado por greves de trabalhadores que se contrapunham à política econômica promovida pelo governo. Diz:

Os setores mais ativos nessas greves foram: metalúrgicos, trabalhadores da indústria automobilística, trabalhadores da indústria química e petroleira, trabalhadores da construção civil, funcionários públicos estaduais e federais, professores da rede pública, trabalhadores dos transportes urbanos, médicos, e funcionários da saúde e bancários. Mas o apoio à tática de greve geral de protesto espalhou-se para outros setores das classes trabalhadoras ao longo dos anos 80. (p. 134).

Percebe-se que, diante de propostas que não contemplam e não defendem os direitos dos trabalhadores, a política governamental, favorecendo a classe patronal, recebe, mesmo que fragmentada, respostas dos trabalhadores lutando por seus objetivos.

A entidade de representação dos trabalhadores bancários do Banespa, a Afubesp, demonstrou que o efetivo engajamento, aglutinando a participação maciça de sua categoria bancária, propiciou uma luta constante pelos direitos dos trabalhadores, não somente direitos da esfera econômica, mas direitos políticos legitimados por sua dinâmica histórica de atuação. Veremos a seguir como foi a participação do sindicato da categoria, pois, conjuntamente com a Afubesp, promoveram formas de resistência em prol de sua categoria.

2.6 – Sindicato dos Bancários: o movimento de resistência à privatização do Banespa.

Sendo a organização mais massiva e que abarca todos os operários dos distintos ramos industriais, os sindicatos mostram-se como um terreno fértil para o avanço de todos os setores do proletariado, mesmo aqueles mais atrasados e com menor experiência de luta, uma vez que é no seu sindicato, junto com os operários mais avançados, que eles começam a entender toda a complexidade da luta contra os capitalistas. (Antunes, 1994, p. 28).

Vimos, até o momento, a articulação da vanguarda do movimento em torno da privatização da instituição. A atuação da representação oficial dos trabalhadores bancários, como apontamos anteriormente, começou imediatamente após divulgação das medidas intervencionistas. Vimos, também, que a Afubesp atuou conjuntamente com o Sindicato da categoria, mas o Sindicato dos Bancários, além das questões que envolviam o Banespa e outros bancos estaduais públicos, também, exercia papel de regular, atuar e fiscalizar as instituições bancárias privadas.

Agir como fiscalizador e regulador das instituições bancárias pressupõe o entendimento de questões que permeiam o universo capital e trabalho: suas contradições, seus antagonismos e problemas intrínsecos, as atividades ligadas à categoria. Não são apenas denúncias a respeito do cotidiano do trabalhador, que o sindicato deve cumprir, o Banespa e outros bancos estaduais públicos, também, exercia papel de regular, atuar e fiscalizar as instituições bancárias privadas. Mas ir além deste contexto, percebendo e articulando maneiras e formas de atuação que inibam a ofensiva patronal, desregulamentando e precarizando as relações ligadas aos trabalhadores.

Em meados do século XX, os trabalhadores bancários, no Brasil, representavam contingentes pequenos, mas tinham papel relevante nos assuntos relacionados à

economia do país⁵⁸. Essa fração de classe bancária detinha um poder de organização burocrática e inseria-se ativamente na vida econômica nacional, a partir do ciclo econômico cafeeiro seguido pelo processo de industrialização do país. Segundo Silva (1986), os bancos nacionais e estrangeiros, de 1910 a 1913, “desempenham um papel importante no desenvolvimento capitalista no Brasil”, controlando, todos os setores da economia nacional, financiando e concedendo créditos para a sociedade, emergindo deste contexto uma burguesia cafeeira com várias inserções na vida econômica da nação⁵⁹.

A atuação sindical era inexpressiva. O Brasil estava saindo de uma sociedade escravocrata para uma sociedade balizada em uma economia de mercado, dependente, ainda, dos termos estabelecidos pelas nações desenvolvidas centrais e, inserido em uma Divisão Internacional do trabalho – DIT, que o fazia um grande exportador de produtos primários, notadamente o café.

O sindicato dos bancários teve seu reconhecimento entre as décadas de 1920 e 1930. Respalado por leis corporativas, adotadas pelo Estado, beneficia-se,

⁵⁸ Com relação à formação da categoria trabalhadora bancária, têm-se indícios de que ela remonta a finais do século XIX. Hobsbawn (2001) diz que: “A cultura da classe operária que se tornou dominante na década de 1880 refletia tanto a nova economia totalmente industrial, o tamanho crescente da classe operária como mercado potencial, quanto o aumento surpreendente nos salários médios reais durante o período em que o custo de vida baixou rapidamente (1873-1896). Por volta de 1890 em diante, ela também refletiu uma consciência de classe crescente e o papel modificado – e enormemente aumentado – do Estado na vida nacional. O crescimento da classe operária era o resultado natural de uma economia ainda amplamente baseada no trabalho manual [...]. A consciência de classe crescente foi resultado não só do aumento das tensões de classe no período da chamada ‘Grande Depressão’ (1872-1896) e no período de rápidas alterações industriais que se seguiam, mas também da expansão dramática do emprego no setor terciário. Uma nova “baixa classe média”, essencialmente composta de empregados de escritórios, inseriu-se entre o velho estrato dos artífices e a classe média. Como sua situação econômica não era obviamente superior, seu principal objetivo era conseguir distinguir-se o mais nitidamente possível da classe operária, tanto através de um estilo de vida muito mais modelado no da classe média, quanto através de uma ideologia militantemente conservadora, patriótica e até mesmo imperialista. (p. 266).

⁵⁹ Segundo Silva (1986), “O capital cafeeiro tinha, portanto diversos aspectos; ele apresenta ao mesmo tempo as características do capital agrário, do capital industrial, do capital bancário e do capital comercial. Esses diferentes aspectos correspondem a diferentes funções do capital e tendem, com o desenvolvimento do capitalismo, a constituírem funções relativamente autônomas, preenchidas por capitais diferentes – o capital agrário, o capital industrial, o capital bancário, etc. – e frações de classe particulares (a burguesia agrária, burguesia industrial, burguesia comercial, etc.). (p. 54).

contrapondo-se aos sindicatos autônomos⁶⁰. Segundo Araújo (1998), esses sindicatos, que se oficializaram, “pautavam sua atuação por uma política de colaboração com o Estado”, dificultando a sindicalização dos trabalhadores, resistindo a esse contexto político. No bojo da reforma bancária de 1964, transformações estruturais e conjunturais nos remetem a uma nova realidade⁶¹. O regime militar, instaurado no país, impõe reformas que modificam as instituições garantindo a acumulação capitalista (JINKINGS, 2002), possibilitando a iniciativa privada bancária a aumentar sua participação no mercado econômico.

O movimento do capital se intensifica e determina as novas formas de processamento do trabalho, isto é, o avanço da tecnologia modifica as relações de trabalho na esfera produtiva. Esse movimento, ou ofensiva capitalista, dificulta a ação dos trabalhadores organizados em, fiscalizar e regular, suas categorias. Nesse contexto, o sindicato dos bancários se insere, articulando e resistindo às novas formas de gestão do trabalho bancário e promovendo, como denominou Jinkings (2002), “práticas de resistência e estratégias defensivas no sindicalismo bancário”. (p. 259).

A participação do Sindicato dos Bancários, no processo de privatização do Banco do Estado de São Paulo, teve papel relevante. A entidade sindical não se absteve e não se manteve neutra durante o processo. Participou ativamente sempre em conjunto com a Afubesp e entidades ligadas à instituição. Promoveu debates, encontros, assembléias, reuniões com os trabalhadores do Banespa, ações políticas junto às instâncias partidárias, colocando à disposição seu aparato institucional, jurídico e

⁶⁰ Ver: Antunes, Ricardo. *O que é Sindicalismo*. São Paulo: Editora brasiliense, 1994.

⁶¹ Barreto (2004), a esse respeito diz que: “Em 1964 com o golpe de Getúlio Vargas, o movimento sindical sofreu novo choque repressivo do Estado: a CONTEC (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de crédito), as Federações e os Sindicatos sofreram intervenções estatais e a construção da organização do movimento bancário ruiu, a articulação nacional que vinha sendo alcançada foi fragilizada. Com a regulamentação estatal dos reajustes salariais, o papel de negociador dos sindicatos foi retirado e, com ele, a capacidade de mobilização da base, uma vez que sua adesão às greves se dava fundamentalmente em função de reivindicações relacionadas a benefícios salariais ou por melhores condições de trabalho”(p. 48).

administrativo, em prol dos trabalhadores bancários. Além dessas ações, esteve sempre ligada às outras instituições bancárias, de caráter privado ou estatal, participando e argumentando junto com os trabalhadores, em defesa de seus interesses e unificando a luta bancária. Lênin (1987), sobre os sindicatos, argumentou que: “os sindicatos surgiram, durante o capitalismo, como um meio de desenvolvimento de uma nova classe. A classe é um conceito que se forma na luta e no desenvolvimento”. (p. 46).

Antunes (1994) diz que:

Estes se constituem um momento fundamental de organização da classe operária contra as usurpações do capital. Mas a luta sindical é limitada na medida em que é uma luta constante pela melhoria salarial e não diretamente contra o sistema capitalista que gera o sistema de salários, a luta sindical é uma luta contra os efeitos do capitalismo e não contra as suas causas. (p. 33).

A visão desses autores sobre os sindicatos reforça nossas argumentações, pois o papel do sindicato dos bancários, no processo de privatização do Banespa, foi mediar ações que contemplassem as intervenções contra a privatização da instituição. A relação entre luta política e luta econômica, neste contexto, sinalizava uma tendência de atuação aos que compunham a vanguarda do movimento. Indagado sobre a participação do Sindicato dos Bancários no movimento dos trabalhadores do Banespa, o presidente da entidade argumentou:

Os sindicatos foram responsáveis por todo um debate feito, que conquistou e que ganhou, do ponto de vista social, uma grande dimensão. No final do processo, a grande maioria da sociedade paulista, dizia que: “privatizar o Banespa era ruim e que era errado fazer essa privatização”. Tivemos uma participação ativa e o reconhecimento, também, hoje em dia, dos trabalhadores do Banespa, de que os sindicatos foram importantes, para convencer a sociedade de que iriam cometer uma atrocidade com uma fonte de financiamento público: das empresas, dos trabalhadores, dos agricultores e demais parcelas da sociedade, que a privatização era um erro.

A Folha Bancária, um jornal de circulação do Sindicato dos Bancários de São Paulo, durante o processo intervencionista no Banespa, divulgou, diariamente, os

acontecimentos que giravam em torno da temática de privatização que envolvia a instituição. Em suas abordagens, enfocava e direcionava os argumentos não somente para a classe envolvida, mas direcionava as discussões para todos os setores da sociedade, entendendo que a discussão era de âmbito, não somente estadual, mas nacional.

Divulgação de cartilhas, folhetos explicativos, boletins informativos, carta aberta à população e outros instrumentos informativos, percorreram de 1995 a 2000⁶², todas as edições deste periódico sindical classista, chamando a atenção dos leitores, para as irregularidades da instituição e as causas que levaram o banco àquela situação. Em uma dessas reportagens temos:

BANESPA: ASSEMBLÉIA HOJE PREPARA MANIFESTAÇÃO
Veja em quem o banespiano está de olho

Para atualizar todas as informações do movimento em defesa do Banespa, os funcionários fazem assembléia hoje às 19 horas – na Quadra do Sindicato – Rua Tabatinguera, 192, Sé. A participação é importante como forma de ampliar a integração dos funcionários ao movimento e discutir como divulgá-lo junto à sociedade. A assembléia discute ainda a organização de uma grande manifestação em defesa do banco na próxima Quinta, dia 16. Diretores do Sindicato avaliam que o futuro do Banespa depende dos entendimentos entre o governo do Estado, o Banco Central e o presidente Fernando Henrique Cardoso, todos do PSDB. (Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e região; São Paulo, n. 3295, 09/02/1995).

A campanha propagandista da situação e dos acontecimentos que o Sindicato passava à instituição e aos trabalhadores bancários adquiria papel importante e sólido, na vanguarda do movimento de contestação dos bancários. Na visão dos articuladores e do núcleo de resistência, percebe-se que a luta em defesa do emprego caminhava para uma luta política encabeçada pela vanguarda do movimento, vinculando os trabalhadores sob

⁶²No Cedoc – Centro de documentação do Sindicato dos Bancários de São Paulo, analisamos e colhemos todas as edições diárias com temáticas envolvendo a questão da privatização do banco paulista. Está à disposição pública.

sua mediação nas contradições que estavam postas entre capital e trabalho. Em relação a uma conscientização política mais ampla, percebemos que a união entre Sindicato da categoria e representação oficial, Afubesp, trabalharam conjuntamente discutindo as mesmas questões que envolviam a categoria bancária. Mas, evidências apontam que a resistência promovida pelos trabalhadores, durante o processo de privatização da instituição, deixa transparecer que houve uma apreensão, mesmo que pequena, de concepções políticas que transcendam o universo laborial da categoria⁶³.

Não esgotamos aqui nossas possibilidades de investigação, apenas direcionamos e focamos nosso objetivo, para perceber a articulação da vanguarda do movimento, nas *formas de resistência*, elaboradas pela categoria bancária.

Ao contrapor-se aos interesses do capital, o trabalhador percebe que ele é parte importante no processo de produção. Mesmo trabalhando com a mercadoria dinheiro, esses trabalhadores bancários detêm procedimentos que interferem no processo produtivo de uma sociedade. O trabalho bancário possui particularidades que não devem ser desprezadas, já que, com a mundialização financeira do capital, essa instância adquiriu “status” dominante de atuação dentro do modo de produção capitalista. Sendo assim, a forma dinheiro da mercadoria tem um caráter único e peculiar, como salientou Jinkings (1995):

Uma das peculiaridades do trabalho bancário é seu objeto: a mercadoria-dinheiro. Com efeito, ao manusear dinheiro (ou papéis e dados que o representam), realizando uma série de operações de registro e controle das transações de crédito e captação efetuadas, transferindo e redistribuindo os valores excedentes criados durante o processo capitalista de produção, os trabalhadores bancários lidam diretamente com essa mercadoria particular: a forma dinheiro da mercadoria. (p. 17).

⁶³ A questão entre luta econômica e luta política, encontramos em Antunes (1994), quando diz que: “A primeira restringe-se ao terreno econômico, não rompendo com as raízes do modo de produção capitalista. A classe é ainda uma classe em si, pois que não se constitui ainda como uma força política eficaz contra o capitalismo. O segundo momento, mais avançado, é quando a classe formula um projeto político que visa extinguir o capitalismo, o que implica em destruir os antagonismos existentes através da superação de todas as classes. Este momento, o da classe para si, é um momento nitidamente político e que carece da atuação dos partidos revolucionários, cuja tarefa é dar direção ao processo revolucionário” (p. 33).

A participação do sindicato da categoria dos trabalhadores bancários foi efetiva e atuante. Demonstramos através de entrevistas e publicações da imprensa sindical que não houve retração ou omissão por parte dos integrantes da vanguarda do movimento. Antunes (1992), estudando as greves dos metalúrgicos no ABC Paulista, no período de 1978 a 1980, afirma que, se um movimento é atuante e espontâneo, as contradições entre capital e trabalho aparecem na imanência do movimento, diz o autor:

Quando se consegue articular os interesses postos pela imediatidade com aqueles que visam o aprofundamento das contradições do capitalismo em sua totalidade, quando visam a ruptura do ordenamento social e político, quando se coloca em pauta a problemática do controle social da produção. Neste caso, com uma direção consciente, inspirada numa concepção que objetiva a emancipação do trabalho, a greve se constituirá em efetivo passo no processo de conscientização do ser social. Será, portanto, através do estudo das greves, em seus processos reais, que se poderá dizer se houve ou não alguma contribuição para o desenvolvimento da consciência social do proletariado. (p. 190).

Ao estudar as greves da classe trabalhadora e outras formas de resistência contra a ofensiva patronal, podemos perceber se houve apreensão de uma consciência coletiva para além da esfera econômica. As formas de resistência, elaboradas pela categoria bancária do Banespa contra a privatização, trouxeram elementos significativos para pensarmos essa temática. A superação do imediatismo das reivindicações, levando os trabalhadores bancários a reflexões que extrapolavam o âmbito econômico e, além disso, organizar o movimento a partir de uma atuação política contra o processo de privatização instalado como política governamental em nosso país, contribuiu para a eficácia do movimento. Sobre os sindicatos, como organização de trabalhadores disse Lênin (1987):

As organizações sindicais podem não ser extraordinariamente úteis para desenvolver e reforçar a luta econômica, como podem tornar-se, além disso, um auxiliar valioso da agitação política e da organização revolucionária. (p. 06).

Como resistência classista o movimento de contestação dos trabalhadores bancários do Banespa, possibilitou e impregnou um diferencial na trajetória da categoria bancária no país. A história da classe trabalhadora bancária modifica-se com a atuação das entidades ligadas à categoria. Mesmo tendo sido vencida, do ponto de vista político, em relação à luta específica dos trabalhadores bancários do Banespa, a resistência do movimento demonstrou que a ação política se faz necessária, quando se atua no campo das contradições impostas pelas relações de produção entre capital e trabalho.

Todo o processo de privatização foi acompanhado pela imprensa oficial, seja de grande ou de pequeno porte. Argüiremos alguns comentários sobre a participação deste importante setor no universo das relações de produção capitalistas.

2.7 – A mídia e a privatização do Banespa

Como nosso objeto de estudo trata da privatização do Banco do Estado de São Paulo e a resistência da categoria bancária em torno desse processo, optamos por comentar algumas considerações sobre a participação da imprensa como uma particularidade distinta.

Os meios de comunicação compõem um amplo sistema organizacional dentro das relações de produção capitalista, assim como outras instituições que dão sustentação à sociedade como um todo: partidos políticos, igrejas, escolas, entidades de frações de classe, instituições financeiras, bancos, etc.

Formar um consenso popular e veicular informações, através de organizações sociais e culturais, tais como: redes de sistema televisivo, órgãos de imprensa escrita, rádios e outros instrumentos de alcance global, pressupõem que seus autores e mentores possuam discernimento político, ético e profissional. A primazia das informações, a priori, deve estar calcada em padrões fidedignos submetidos a critérios de avaliações anteriores.

Importante salientar que todo indivíduo, socialmente constituído, traz em si percepções e concepções de mundo apreendidas durante a sua vivência histórica. Nesse ponto divergem algumas abordagens. Uma, naturalista, que concebe a realidade como dada e que os indivíduos deverão apenas interpretá-la. Outra, de vertente social e histórica, que permite compreender as especificidades das Ciências da sociedade, como instâncias amplas na qual os indivíduos estabelecem conexões, possibilitando mediações para o entendimento de suas ações, transformando o seu próprio *devoir* histórico. Lowy (1975) coloca que um erro desta primeira abordagem, a naturalista, é “a incompreensão

das especificidades metodológicas das Ciências Sociais” e elenca, como causas principais dessas especificidades, alguns fatores como:

1. O caráter histórico dos fenômenos sociais, transitórios, perecíveis, susceptíveis de transformação pela ação do conhecimento.
2. A identidade parcial entre o sujeito e o objeto do conhecimento.
3. O fato de que os problemas sociais suscitam a entrada em jogo de concepções antagônicas das diferentes classes sociais.
4. As implicações político-ideológicas da teoria social: o conhecimento da verdade pode ter conseqüências diretas sobre a luta de classes. (p. 17).

A partir do momento que focamos uma análise objetiva de uma realidade dada, entendendo como primordial lançar percepções de nossa subjetividade, percebemos que se rompem e ao mesmo tempo criam-se novos paradigmas que possibilitam, de alguma maneira, inovações que contribuem para o andamento de uma ciência crítica e inovadora, a qual, num primeiro momento, talvez não seja revolucionária (no sentido de transformação), mas dá início a gêneses de um porvir diferenciado. Enfatiza Lowy (1975) que “a distinção entre as Ciências Naturais e Ciências Sociais não deve ser absolutizada: ela é histórica e relativa”. (pg.18). A primeira enfatiza aspectos de realidade dada, acabada e estática, a segunda permite estudar a dinâmica social, suas transformações e mudanças temporais com a interferência do próprio ser social historicamente construído.

A ótica jornalística dos acontecimentos sociais, divulgados em grande escala, está voltada para uma abordagem “mercadológica”, isto é, orientada para o entendimento de questões relativas a aspectos econômicos, trazendo evidências de que os fatos analisados e divulgados por parte da imprensa possuem um teor de orientação ideológica, que privilegia a política neoliberal⁶⁴. Vários periódicos de inserção nacional

⁶⁴ Ver: Carvalho, Vanderlei Souza. *Imprensa e neoliberalismo no Brasil (1995-1998): o posicionamento da revista Veja no primeiro governo FHC/Campinas-SP*: 2004. Dissertação de Mestrado. Unicamp, I.F.C.H.

e internacional trazem questionamentos que, muitas vezes, “induzem” o leitor a ter uma visão fragmentada e subjetiva do conhecimento, não percebendo que o enfoque está, justamente, em entender o que é *falso* e o que é *verdadeiro*, nas contradições inerentes à historicidade social, ou seja, à própria história humana.

Essa dicotomia de pensamento pressupõe uma análise crítica e reflexiva dos fatos a serem analisados⁶⁵. Mas isso fica dificultado por fatores intrínsecos à realidade social.

Mas o que seria então um conhecimento verdadeiro? A verdade é absoluta ou relativa, ou são as duas coisas ao mesmo tempo? Existe apenas uma realidade ou várias realidades? O que necessitamos? O entendimento de “várias realidades” ou o entendimento de uma realidade concreta?

Estamos em uma sociedade de classes na qual prevalece uma ótica de dominação econômica e ideológica. As relações de poder estão mediadas e instrumentalizadas a restringir o acesso informacional a quem detém esse poder econômico e ideológico. Desta maneira, as concepções de mundo, advindas das frações de classes subalternas, não são, em geral, concepções críticas e reflexivas, mas formadas a partir do entendimento de concepções orientadas por uma parcela dominante deste universo informacional, tornando-se inconciliáveis com os interesses antagônicos.

Os fatos noticiados regularmente pela imprensa – falada, escrita, televisiva – possuem um grau de objetividade restrita, com abordagens acríticas e parcializadas do conhecimento. Talvez não intencional, pois sua função não permite uma abordagem mais detalhada dos elementos conceituais e categoriais que envolvem uma notícia, mas se a imprensa representa uma fração de classe importante na formação da opinião

⁶⁵Lukács (1974) diz: “trata-se da questão da definição dos conceitos e da terminologia. É próprio da essência do método dialético que nele os conceitos falsos na sua unilateralidade sejam superados. Contudo, esse processo de superação obriga, ao mesmo tempo, a operar constantemente com esses conceitos unilaterais, abstratos e falsos, a dar aos conceitos o seu significado correto, menos por uma definição do que pela função metodológica que desempenham na totalidade enquanto momentos superados”.(p. 11).

pública - sociedade civil e sociedade política – torna-se responsável em administrar interesses antagônicos entre as classes sociais que compõem a estrutura da sociedade. E nesse universo jornalístico, encontramos, raras vezes, abordagens críticas e reflexivas, em reportagens, livros, artigos, revistas, publicações científicas que articulam e polemizam a atuação das instâncias públicas e privadas.

Mas, percebe-se que essas abordagens críticas e reflexivas não ocorrem em determinadas ocasiões. As mudanças de perfil econômico verificadas, como dissemos anteriormente, após a década de 1970, influenciaram as opiniões deferidas pelos meios de comunicação.

Como já foi colocado, a política neoliberal, adotada em finais do século XX, propiciou transformações radicais na estrutura do sistema capitalista. Questões como o processo de reestruturação produtiva, desemprego estrutural, globalização, privatizações de empresas estatais, entram em destaque e são tratadas pelos meios de comunicação, muitas vezes, de forma superficial, não deixando claro que interesses contraditórios estão em jogo.

Em relação à política de privatizações adotada no Brasil e implementada pelo ideário neoliberal, a imprensa teve papel preponderante. Neste contexto, no país, podemos observar do ponto de vista de uma abordagem metodológica, uma grande imprensa e uma pequena imprensa,⁶⁶ que tratam de forma diferenciada os fatos que envolvem os interesses nacionais. No caso, em estudo, observamos que os interesses específicos dos trabalhadores do Banespa apenas eram evidenciados pela pequena imprensa. A grande imprensa tratava a questão, em grande parte, como se a privatização

⁶⁶ Por grande imprensa, entendem-se os grandes periódicos nacionais, revistas, rádios, televisão, jornais, outros. Por pequena imprensa, as publicações de âmbito restrito como: jornais, rádios, canais locais de televisão de cidades interioranas, boletins informativos, panfletos sindicais, inserções em livretos de partidos políticos, outros.

da instituição fosse inevitável e inserida na lógica da política neoliberal adotada pelo Governo Federal.

Os meios de comunicação detêm atualmente no Brasil uma ampla rede de divulgação dos acontecimentos sociais que envolvem a sociedade. A iniciativa privada tem o domínio e controle desses meios, divulgando informações para o conhecimento da população. Em pesquisa recente, Carvalho (2004)⁶⁷ demonstra a influência de um grande periódico nacional sobre a atuação da política neoliberal adotada no Brasil, colocando sua posição e argumentações a respeito de temas que envolvem o conjunto da sociedade⁶⁸

Biondi (2001), sobre as privatizações, demonstrou como ocorreu esse processo: a entrega do patrimônio público, as forças que atuaram no mercado e um balanço sobre o desmonte do Estado. O jornalista, mesmo atuando em grandes periódicos de circulação nacional, trouxe uma abordagem crítica a respeito dessa temática. Em seus artigos, promoveu uma espécie de “denúncia” sobre a conjuntura econômica, no período que marcou o processo de privatizações no país⁶⁹. E esse tipo de atuação é raro na grande imprensa circulante nacional, mas se o espaço está aberto, poder-se-ia usá-lo melhor.

A atuação da imprensa, no processo de privatização de empresas públicas, foi fundamental para destacar temas que envolveram a sociedade nessa discussão, o que, aparentemente, representa uma contradição, já que ela tem um papel acrítico dentro da sociedade devido a uma abordagem superficial dos fatos analisados. Mas, neste contexto o leitor necessita aprofundar a leitura, tendo um melhor entendimento dos dados

⁶⁷ Op. cit. p.101.

⁶⁸ Temas da pesquisa: educação, saúde, previdência, emprego e relações de trabalho, estabilidade econômica, privatizações. A pesquisa traz um estudo e analisa as reportagens da revista Veja, a respeito de temas enfocando o abandono do serviço público e a ausência do Estado nos investimentos que beneficiam diretamente a população. Capítulo IV–Política Econômica; subtítulo: 4.1.4– Privatização dos bancos estatais.

⁶⁹ Em: O Brasil privatizado – um balanço do desmonte do Estado e O Brasil Privatizado II– o assalto das privatizações continua; o jornalista Aloysio Biondi argumenta sobre: o escândalo da entrega do petróleo brasileiro, Banespa, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, energia, rodovias, pedágios (estradas), as forças do mercado econômico; temas sobre o desmonte do patrimônio público no período de 1994–2000.

divulgados. Com relação aos bancos estaduais, foi divulgado amplamente o processo de privatização que envolveu essas instituições, mas pouco se falou a respeito dos *trabalhadores* envolvidos nesse movimento⁷⁰. A atuação da imprensa menor, ou seja, uma imprensa que tem sua circulação restrita aos envolvidos diretamente nesse contexto, enfatizou o envolvimento dos trabalhadores bancários, destacando-o em jornais de entidades sindicais, boletins informativos de empresas, revistas de pequeno porte e circulação, informativos de organizações não governamentais e alguns periódicos que polemizaram os antagonismos entre capital e trabalho, que permeavam o processo de privatização.

Esse aparato de informações se restringiu à forma escrita, ou seja, impressa em papel, nenhum desses órgãos de divulgação teve inserção ampla na imprensa falada ou televisiva. Sendo assim, do ponto de vista ideológico e político, a influência dos meios de comunicação é fator preponderante para dirimir ou atenuar as contradições entre os interesses conflitantes que se dão nas esferas do capital e do trabalho.

Em entrevista realizada com o presidente do Sindicato dos bancários de São Paulo, Osasco e região, efetuamos a seguinte questão: Como o Senhor avalia a participação da mídia (imprensa) neste processo?

Olha! A mídia nesse momento político que o país atravessou estava muito articulada com o governo. É importante definir este conceito: os grandes jornais, as grandes redes de televisão. Um espaço que aproveitamos muito bem foi a pequena mídia. Esta teve uma inserção muito grande, mas foi bastante trabalhosa, pois, foi através dos rádios, dos jornais da comunidade que se fazia o debate e também fazer a população participar efetivamente deste processo. Então dividimos em duas partes: a grande mídia foi muito controlada pelo governo e sob pressão deste. Eles trabalhavam numa visão privatista, que o Estado não tem que ter banco, que é mesmo um roubo esses bancos, etc. E nós estávamos na pequena mídia que são os jornais e rádios de cidades, onde havia mais espaço de colocar para a sociedade o que é um banco público. A importância deste para maior crédito para a sociedade, dos prejuízos que a privatização traria, enfim, houve essa divisão no que se

⁷⁰ A Folha de São Paulo abordou a questão da privatização do Banespa em várias reportagens. Destacamos a reportagem datada de 08/11/2000; editorial: “Banespa Mínimo” - sobre o preço da instituição.

refere à questão da mídia. Na grande mídia tutelada pelo governo federal e na pequena mídia, houve amplos espaços de debate. Também optamos por pagar a propaganda pelo sindicato e pela Afubesp, trazendo grande ganho a favor do movimento contra a privatização do banco. O jornalista Aloysio Biondi ajudou muito. Ele teve um papel, em nossa opinião, muito importante nesse processo, não só do Banespa, mas das outras empresas. E não tivemos outros articulistas que defendiam nossa posição. É lógico que a grande maioria defendia um papel que o Estado não tem que ter banco, assim como continuam defendendo essa mesma tese.

Em outra entrevista, realizada com o presidente da Afubesp – Associação dos funcionários do Banespa, formulamos o mesmo questionamento a respeito da participação da mídia (imprensa) no processo de privatização do banco: Como o Sr. analisa a participação da mídia neste processo? A mídia em geral?

Nós precisamos separar a mídia. Os pequenos jornais das cidades do interior, cidades que conhecem o banco, sua atuação, as pessoas que possuem conta corrente, conhecem o agricultor da cidade. Eu fico até emocionado!... Esses, sim, apoiaram a causa do funcionalismo. O jornal de cidades como Araçatuba, Marília conhecem o banco e sua atuação em sua cidade. Tem a convicção que o banco é fonte geradora de emprego e muita gente da agricultura e outros setores dependiam dos créditos do banco. Agora infelizmente a grande imprensa, os grandes jornais de circulação nacional não apoiaram o Banespa. O funcionalismo público, que é o “grande filão”, vamos dizer assim, do banco, apoiava o movimento. Dos trabalhadores de outras categorias de uma maneira geral tivemos apoio muito grande, até do MST – Movimento dos Sem Terra. Fizemos coisa que achávamos impossível. Conseguimos juntar o MST e UDR – União Democrática Ruralista – em apoio a nossa mobilização e a nossa causa. Em Presidente Prudente, que é uma região onde há esses conflitos de terra, comentaram que a luta era legítima e que o banco financia a produção agrícola do Estado e que é importante manter o banco em poder do povo paulista. [...] As matérias eram mais ou menos assim: “a dívida do Banespa é impagável”, se qualquer pessoa pegasse os jornais da época, da grande imprensa, tem coisas absurdas. E nós ligávamos no jornal e tentava explicar que o Banespa não tinha dívida nenhuma, que a dívida era do estado de São Paulo para com o banco, muito pelo contrário, o Banespa era o maior credor do estado de São Paulo. E o engraçado é que eles sabiam, mas estavam coniventes com o poder. Para nós foi um uso de “má fé” por parte destes grandes jornais. A gente informava tudo... o Banespa não deve quem deve é o estado de São Paulo.

Percebe-se, nas argumentações dos entrevistados, que os meios de comunicação, tiveram uma participação diferenciada nos dois segmentos – pequena e

grande imprensa. Podemos inferir que a influência dos meios de comunicação, no processo de privatização do Banespa, possibilitou à sociedade um entendimento superficial do processo, pois as duas instâncias, mesmo abordando a mesma questão, enfocavam interesses antagônicos do processo. Os interesses do trabalhador ficaram restritos à pequena imprensa e os interesses do Estado ficaram evidenciados na grande imprensa. A pequena imprensa polemizava as contradições do processo, sendo que a grande imprensa, raras vezes, se detinha a esse debate.

No capítulo III estaremos discorrendo sobre a efetividade do movimento, sua eficácia e eficiência, comentando e analisando os procedimentos efetuados pelos trabalhadores para implementar a *resistência*.

CAPÍTULO III

AS FORMAS DE RESISTÊNCIA ELABORADAS PELOS TRABALHADORES BANCÁRIOS DO BANESPA

3.1 - A efetividade e a eficácia do movimento.

Na ótica do Governo Federal, o Programa Nacional de Desestatização obteve resultados satisfatórios. De acordo com dados divulgados pelo BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (quadro 4; p. 84), a participação estrangeira respondeu em torno de 50% do total investido no país.

Em relação ao movimento de resistência dos trabalhadores bancários, na ótica de sua representação oficial e sindical, houve também resultados satisfatórios, isto é, a dinâmica adotada possibilitou o adiamento da venda da instituição durante seis anos.

Conforme depoimentos dos representantes da vanguarda do movimento, houve participação de vários segmentos sociais organizados, tais como partidos políticos, sindicatos de outras categorias, prefeituras municipais de cidades do interior do estado, movimento de trabalhadores independentes, agricultores, trabalhadores autônomos e outros setores que compõem a estrutura setorial da sociedade.

Formulamos questionamento sobre a efetividade do movimento ao presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo e este argumentou:

O apoio que nós recebemos da população para reverter o processo foi bom. Nas pesquisas do Datafolha, do jornal *Folha de São Paulo*, 60% da população era contrária à privatização do banco. Isso foi uma demonstração de que o apoio político era equivocado e que deveria ser revertida a questão da privatização. E nós fizemos várias manifestações como, por exemplo, a P.E.C. - Proposta de Emenda Constitucional. Defendíamos que, desde o início do processo, tínhamos que promover um plebiscito com a participação popular em São Paulo, para saber a opinião da sociedade a respeito do processo de privatização do Banespa, como também, apresentamos o projeto na Assembléia Legislativa de São Paulo; de que o banco tinha que se tornar público e, inclusive, ter seu controle com participação do Estado, mas tinha que ter também a representação de outros setores sociais tais como: comércio, indústria, produtores rurais, os trabalhadores, enfim, até a Câmara dos Deputados deveria ter representação, ou seja, o Banespa teria que ter uma representação ampla da sociedade e não somente uma representação por parte do governo estadual. Até então o governador nomeava e destituía a diretoria executiva, no momento em que era conveniente para o governo e nós, trabalhadores, queríamos uma diretoria que fosse mista. Assim, uma parte, ele, governador, podia nomear e destituir, mas outra parte

tomaria posse embasada no poder de escolha de setores da economia paulista para que o banco não fosse um banco de interesse do governo, mas, sim, de interesse de toda a sociedade.

Essa postura de interferência na gestão do banco foi um artifício relevante na condução dos trabalhos do movimento dos trabalhadores. Não apenas o Sindicato da categoria defendia essas propostas de articulação para modificar a estrutura da instituição, mas a Associação dos trabalhadores bancários – Afubesp – também, se posicionou em relação a essas propostas, ou seja, foi, também, mentora e idealizadora das diretrizes que possibilitassem a transformação da instituição em uma instância de atuação com participação de todos os segmentos da sociedade. Indagado sobre esse posicionamento, o presidente da associação dos trabalhadores argumentou que:

Eu poderia contar passo a passo a respeito da nossa efetividade. No primeiro dia útil após a intervenção, distribuímos carta para os clientes do banco e para a população. Fizemos comitê de defesa, fomos à Assembléia Legislativa, mostramos as provas dos erros que tinham no processo que envolveu o governo. Um desses erros era que Fernando Henrique Cardoso, quando era Senador por São Paulo, juntamente com Mário Covas, também, Senador por São Paulo, ambos do mesmo partido político do atual governador de São Paulo – 1986 – 1990, foram responsáveis pela aprovação das operações de A R. O – Antecipação de Receita Orçamentária, ou seja, dinheiro emprestado pelo Banespa ao estado de São Paulo. Em um segundo momento, discutimos com os municípios. Nós visitamos mais de 500 municípios no Estado de São Paulo, conversando com os prefeitos, com os produtores rurais mostrando a importância de o estado ter um banco como o Banespa. Para você ter uma idéia, o Banespa foi o primeiro banco a fazer crédito agrícola no Brasil e, para tanto, o Banespa era o maior financiador agrícola do estado de São Paulo, com uma taxa de inadimplência próxima de zero, ou seja, inexistente, isso considerando a atuação desses empréstimos pelo Banco do Brasil. Era um crédito agrícola que incluía o pequeno e o médio produtor rural, por isso que a nossa rede de apoio era grande. Um banco que fomentava o desenvolvimento e que gera emprego. Era essa a discussão que fazíamos com os prefeitos, com os produtores rurais e até com os produtores industriais. A geração de emprego no interior, na área rural, qualquer que seja a cidade. O produtor recebia o crédito do banco, plantava, efetuava a colheita e gerava emprego e renda para outras pessoas.

A entrevista com o atual presidente da associação foi extensa, mas percebe-se que a efetividade do movimento foi atuante. O estado de São Paulo possui mais de 645

municípios, de acordo com o entrevistado, mais de 500 foram visitados com a participação do chefe do executivo e também do legislativo, ou seja, prefeitos e vereadores, assim como pessoas ligadas a outros setores da atividade econômica. Na entrevista, o representante enfatizou que a proposta do movimento era a defesa da tese que o banco deveria se tornar público com participação de todos os segmentos da sociedade. Com relação à proposta de banco público, o Sindicato dos Bancários de São Paulo publicou cartilha⁷¹, propondo um novo modelo de administração para o banco. Nesta cartilha, constam a situação financeira da instituição, estrutura organizacional, controle acionário, quantidade de clientes da instituição, número de trabalhadores e algumas atividades de crédito fomentadas pela instituição. Centralizando nossa discussão, elencamos algumas propostas. São aquelas que envolvem as áreas financeiras, operacionais, propaganda e marketing, estruturação e recursos humanos. Para cada proposta foram definidos de 10 a 13 itens. Elencaremos alguns, respeitando a ordem de sua edição, para contextualizar nossos argumentos. Nos anexos, o leitor encontrará, na íntegra, todas as propostas efetuadas pelo movimento da categoria bancária. Em relação às propostas financeiras, temos:

1 – Transformar parte ou a totalidade da dívida creditícia do governo de São Paulo em papéis (títulos, debêntures, etc.) que deverão ser vendidos à iniciativa privada (pessoa física ou jurídica). O montante arrecadado será convertido automaticamente ao Banespa para pagamento da dívida do Estado. [...].

3 – Retornar a administração da dívida mobiliária do Estado para a DIVEP – Distribuidora de Títulos e Valores do Estado de São Paulo, vinculando seu caixa à Secretaria da Fazenda, desse modo retirando do caixa do Banespa essa responsabilidade. A DIVEP deverá ter reserva bancária própria, visando garantir maior transparência da administração dos recursos do Estado.[...].

Propostas para a área operacional:

⁷¹ Documento: Proposta de Administração do Banespa, publicação do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e região; Confederação Nacional dos Bancários – CNB -CUT; Federação dos Bancários da CUT Fetec-CUT-SP. Produzida na Secretaria de Imprensa e Comunicação do Sindicato dos Bancários de São Paulo. Coordenação geral: Lúcia Mathias, Diretor responsável: Paulo Salvador; arte e produção gráfica: Vander. Impressão, Gráfica dos bancários, 1994. Esclarece os autores que: “o balanço e as propostas apresentadas neste documento sob a coordenação geral de Lúcia Mathias, diretora do Sindicato de São Paulo, representam o desejo de mais de 40 mil banespianos, que mantêm o Banespa firme – apesar de tudo– e querem vê-lo forte por muito tempo. São frutos do trabalho de vários profissionais, de economistas, de militantes, de sindicalistas, da equipe do DIEESE e de bancários do Banerj que também se uniram para tentar tirar sua empresa da crise. É uma proposta alternativa de administração do banco, que as entidades de representação cutistas querem discutir com todo o funcionalismo, com a diretoria e também com o próximo governador”.

- 1 – Redefinir critérios de avaliação dos resultados das agências, definindo taxa de retorno comparável com um banco social e ainda levando em conta as características da região.
- 2 – Definir programa de monitoramento e recuperação das agências deficitárias, com base no potencial da praça, capacidade de captação de recursos e papel social desempenhado junto à população local. [...].

Propostas para a área de propaganda e marketing:

- 1 – Desvincular a contratação de empresas de publicidade com as contratações de propaganda do Estado. [...].
- 2 – Criar comitê de marketing – garantindo a participação de funcionários do Banespa. [...].

Propostas para a área de recursos humanos:

- 1 – Garantia de emprego a todos os funcionários.
- 5 – Criar programa permanente de incentivo à aposentadoria
- 6 – Repassar os custos para os órgãos dos funcionários cedidos àquelas instituições
- 7 – Extinguir os cargos de diretor gerente e gerente regional.

As propostas, elaboradas pela categoria bancária do Banespa, através de sua representação, dão o entendimento que os trabalhadores conheciam os verdadeiros problemas da instituição. Entrevista com o presidente da Afubesp denota que, além da vanguarda do movimento, os trabalhadores bancários sabiam da realidade e dos fatos que envolviam o processo de privatização. A iniciativa de formular propostas para modificar a estrutura organizacional da instituição, está datada de junho de 1994⁷², seis meses antes da intervenção decretada pelo Governo Federal. O entendimento do movimento de um banco público passa obrigatoriamente por essas propostas formuladas pela categoria, e sua efetividade foi pautada com base nessas formulações. Em um trecho de entrevista, o presidente da Afubesp, em relação à necessidade de se mudar a estrutura do banco e a efetiva participação no movimento, diz que:

⁷² Op. cit. n° 71.

A nossa proposta era que o banco tivesse a função de um órgão público. Lênin já dizia: banco tem lucro, sendo assim, que ele possa com esse lucro, ter uma função para a sociedade, gerar desenvolvimento, gerar emprego, gerar renda social. O que é um país sem renda, temos que gerar trabalho. O trabalho é que gera renda e valor, não pode gerar capital especulativo, isso é um absurdo[...]. Os funcionários do banco e eu não conhecemos, na história das privatizações do Brasil, ou no mundo, desculpe a falta de modéstia, mas eu não conheço um movimento em que a participação dos funcionários foi tão efetiva e atuante. Óbvio que tinha uma parcela que acreditava na ilusão de que poderia melhorar com a privatização. Na nossa opinião é que se pudesse melhorar antes de comprar o Banespa, que melhorasse nos outros bancos privados ou públicos os salários e os outros itens.

Com essas argumentações, percebe-se que a representação da categoria bancária caminhava para efetivar seu movimento espontâneo, indo além da esfera econômica. Já tecemos nossas considerações a respeito dessa questão. (ANTUNES, 1992). Um movimento passa a adquirir consciência crítica, a partir do momento que supera sua espontaneidade, promovendo ações e atitudes que transpareça uma luta política. As contradições entre capital e trabalho não podem mais ser escondidas ou despercebidas, torna-se necessário uma discussão mais abrangente mesmo que, ainda, superficial, mas direcionada para um contexto mais amplo de atuação. Bosi (1996), organizando estudos sobre Simone Weil⁷³, traz em uma passagem do livro no qual Simone argumenta que um método que contemple uma solução ideal para trabalhadores e patrões está difícil de encontrar e que esse método não existe, pois, segundo Weil, as necessidades da produção e as necessidades dos produtores não coincidem. Mas argumenta que, se essa conciliação é impossível, poder-se-ia,

[...] aproximarmo-nos dessa solução procurando métodos que conciliem ao máximo os interesses da empresa e os direitos dos trabalhadores. Em princípio poderíamos resolver suas contradições por meio de um compromisso baseado num meio termo, de tal forma que nem uns nem outros fossem sacrificados; nem os interesses da produção nem os dos produtores. (Bosi, 1996, p. 139).

Assim, a proposta dos trabalhadores bancários caminhava nessa direção, ou seja, fomentar formas de atuação da categoria conciliando produção e controle, permitindo uma mudança de regime dentro da estrutura financeira da instituição. Essa

⁷³ Ver: Simone Weil: a condição operária e outros estudos sobre a opressão, seleção e apresentação de Ecléia Bosi. 2ª edição revisada, Rio de Janeiro, 1996.

postura, de certa maneira, poderia levar o trabalhador a visualizar sua condição de subalternidade, percebendo que seu trabalho faz parte do processo do *capital*. Nessa perspectiva, a fração de classe bancária torna sua ação espontânea em ação política efetiva, isto é, ainda não encontrou um método ou forma que permitisse o controle total da produção, mas abre caminho para uma possibilidade concreta de atuação, organizando o seu espaço laborial e interferindo decisivamente nas questões que envolvem a produção do trabalho bancário.

Na seqüência, argüiremos sobre a espontaneidade do movimento possibilitando a sua ação política, trazendo elementos para uma análise mais contextualizada desse processo de transição.

3.2 – Da espontaneidade à ação política do movimento de resistência dos trabalhadores bancários do Banespa.

O movimento dos trabalhadores bancários do Banespa fomentou estratégias de confronto com a classe patronal bancária centrada em sua organização independente, ou seja, orientações partidárias não interferiam e não compunham o núcleo de resistência elaborado pela categoria. Esse núcleo era representado por trabalhadores da própria instituição, assim como alguns membros do Sindicato da categoria.

Pelo que observamos, a estrutura dessas representações não apresentava fragilidades, pelo contrário, apresentava uma consistência organizacional possibilitando ações efetivas no embate às forças antagônicas. Não apresentando o movimento um cariz apenas econômico, percebe-se que ele caminhou, desde o início, para uma postura de confronto ideológico-político, ou seja, uma formulação dialética dentro das forças – do lado da instituição e do lado dos trabalhadores - de resistência.

Definimos, no início, o que entendíamos por *resistência* para estruturar nossas argumentações e orientar nosso pensamento. As questões que permeiam o mundo do trabalho, especificadas neste estudo da categoria bancária, não separam o sujeito do objeto. São determinações que atuam conjuntamente para compor o universo da realidade social, não contemplando posições dualistas⁷⁴. Para lembrar, citamos Oliveira (2003) que já alertava que o pensamento dualista cravou erros na sociedade brasileira não conseguindo diferenciar categorias básicas como desenvolvimento e subdesenvolvimento e que a implantação de leis trabalhistas para “proteger” o trabalhador pode, ao mesmo tempo, contribuir para a acumulação capitalista e disse que:

⁷⁴ Frederico (1978) argumenta que a separação entre sujeito e objeto é típica do pensamento dualista. Diz: “Lukács contrapõe a esse enfoque dualista uma visão monista da realidade. O sujeito não é um simples espelho da história: ele e os fenômenos sociais fazem parte de um processo mais abrangente. O momento objetivo deste são os fenômenos sociais, econômicos e políticos, e o momento subjetivo é a formação da consciência” (p. 23,24).

“o decisivo é que as leis trabalhistas fazem parte de um conjunto de medidas destinadas a instaurar um novo modelo de acumulação”⁷⁵.

Essa postura ideológica e política, revelada pela abordagem, foi assumida publicamente pelo movimento, através de sua representação. No informativo dos trabalhadores – boletim informativo da Afubesp – um membro da diretoria fez o seguinte comentário sobre ato deferido pela Justiça Federal de São Paulo mantendo a federalização da instituição:

Esse ato ilegal cometido pelo Estado e União tem como objetivo acelerar o processo de venda do banco, para não deixar a questão adentrar o calendário eleitoral. O interesse do funcionalismo e da sociedade é diametralmente oposto: queremos que o Banespa seja um dos pontos centrais do debate político desse ano, pois isso favorece a luta contra a privatização. (Informativo Afubesp; Associação dos Funcionários do Conglomerado Banespa e Cabesp – gestão mãos limpas. São Paulo: 0801/1998, n. 411).

Os dois momentos que envolvem o movimento dos trabalhadores bancários: ações restritas apenas a questões ligadas aos trabalhadores da instituição e questões mais abrangentes, que envolvam todas as instâncias da esfera social, denotam percepções de um avanço qualitativo na consciência do trabalhador. O grau de envolvimento da representação dos trabalhadores bancários, em atuação constante, resgata valores que ultrapassam a esfera econômica imediata que permeia o mundo do trabalho. Comentamos quando Antunes (1992) elaborou estudo sobre as greves do ABC paulista entre 1978 - 1980: alertava ele sobre questões que permeiam a esfera política, esclarecendo e explicitando o caráter espontâneo e não espontâneo de um movimento contestatório, que pode assumir diferentes formas (no caso estudado as greves do ABC paulista). Diz ele:

⁷⁵Ver:Oliveira, Francisco.*Crítica à razão dualist – o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo,2003.Ver: Frederico, Celso. *Consciência operária no Brasil:, estudo com um grupo de trabalhadores*.São Paulo: Editora Ática, 1978.

Quando a ação que a desencadeou é portadora de uma análise científica da realidade, calcada na razão dialética, na direção consciente, quando tende a operar uma fusão entre as causas dadas pela imediatidade com os valores mais gerais, anticapitalistas e inseridos num processo de transição radical, de tipo socialista, visando transferir o controle da produção e da sociedade para o segmento operário, tem-se então uma greve não espontânea, consciente e revolucionária. (p. 198).

O movimento dos trabalhadores bancários não renunciava uma postura revolucionária para deter o controle das forças produtivas e dos meios de produção da classe capitalista, mas determinava parâmetros de atuação para delimitar a ação patronal nas questões que diretamente modificavam e transformavam, radicalmente, procedimentos ligados à esfera do trabalho bancário. Numa greve, como enfatizou Antunes (1992), e, em um movimento de contestação de trabalhadores à ação política,

numa das suas dimensões, contrapõe-se de alguma maneira ao aparato do Estado, quer for ferir-lhe a base material, que for buscar reivindicações que chocam diretamente a sua superestrutura jurídico-política. (p.199).

Assim, o movimento dos trabalhadores bancários confrontava suas ações com a ofensiva do Estado em privatizar a instituição. Contrapunha-se ativamente à maneira do Governo Federal, em conduzir suas ações estabelecidas no P.N.D. – Plano Nacional de Desestatização. A ação política do movimento transparece quando os trabalhadores, através de sua representação e outros órgãos colegiados – Afubesp e Sindicato da categoria - promovem várias investidas, propondo alternativas para controle da instituição. A ação política se faz presente neutralizando qualquer forma imediata de cunho economicista.

Sendo assim, a legitimidade com que conduzia suas abordagens e investidas contra a ofensiva do Estado proporcionou a base que conduziu o processo de privatização, possibilitando o atraso na transferência da instituição para o setor privado. Esse atraso permitiu estender benefícios a vários trabalhadores da instituição, como, por

exemplo, a aposentadoria. Benefícios como estes só foram possíveis devido à ação contestatória imposta pelos organismos de resistência. Neste confronto político-ideológico o trabalhador pôde perceber que a unificação das entidades de representação representou um avanço no movimento sindical, e, mesmo sendo restrito, pôde interferir na política econômica do país, adiando a privatização do banco.

Na seqüência estaremos apontando as formas usadas para impedir e adiar a privatização da instituição. Enfocaremos algumas ações judiciais promovidas pela categoria bancária, não permitindo a consumação do processo de privatização do Banco do Estado de São Paulo.

3.3 – Formas judiciais e luta dos bancários do Banespa.

Desde sua federalização, a instituição bancária do Banespa foi ponto central de ações judiciais, tanto do lado da ofensiva patronal bancária, quanto do lado do movimento de resistência promovido pelos trabalhadores bancários.

Essas ações tinham caráter anulatório de ambos os lados da resistência e, também, de prosseguir ou não com o processo de privatização. Se, por um lado, o Estado intensificava sua atuação para agilizar o processo de privatização do banco, de outro, os trabalhadores, com sua representação, lutava para impedir, anular e contestar ações jurídicas, vindas do Governo Federal.

Eram ações estabelecidas pelas instâncias jurídicas da sociedade civil. A associação dos trabalhadores possuía um aparato jurídico capaz de mediar as investidas do governo perante a ação dos trabalhadores.

Nesse contexto, percebe-se um embate de forças antagônicas na esfera do capital e trabalho. Mesmo lutando com o Governo Federal a associação mantinha uma burocracia jurídica capaz de se contrapor à organização jurídica da União Federal. Em 1995, ano em que a intervenção no banco já estava decretada, o Governo Federal dá início a uma política estabelecida pelo Consenso de Washington (FILGUEIRAS, 2003). Tal política incrementa a ação governamental de diminuir o tamanho da ação do Estado na esfera econômica, não se preocupando se essas medidas afetariam os segmentos sociais que compunham a sociedade como um todo, instalando uma dinâmica inspirada no neoliberalismo. Vieira (2004) diz que:

Gostemos ou não, em 1995 teve início um processo de realinhamento de nossa Constituição em direção às diretrizes básicas do pensamento neoliberal, tal como expresso pelo Consenso de Washington. A partir da Emenda 5 abriu-se um período de desnacionalização da economia

brasileira, privatização de inúmeras empresas públicas, flexibilização do Estado e reforma da previdência. (p. 13).

O segmento da categoria bancária do Banespa não aceitava o fato de que a instituição bancária, centro de inúmeras irregularidades, fosse simplesmente vendida para a instância privada, sem se apurar as reais causas de sua debilidade financeira. Nesse contexto, contestava-se a ética política e a moralidade das ações jurídicas, ou seja: Até que ponto as privatizações foram eficientemente adequadas para resolver os problemas do país? Se a participação financeira era pequena – 6% - para que insistir na venda do banco?

Essas questões e outras compunham o cabedal de dúvidas da representação dos trabalhadores. Se irregularidades em relação à Constituição paulista foram apontadas, afirmando-se que a instituição não podia ser vendida, como ficou a questão da moralidade política e administrativa? Em que medida o Governo Federal não colaborou com o processo de privatização da instituição facilitando a impetração de ações judiciais?

Dias (2004), fazendo uma análise das privatizações, especificando o Sistema Telebrás, coloca que a interferência de membros do Governo Federal contribuiu para a eficiência no processo de privatização da empresa, inclusive com a participação e interferência direta do Presidente da República. O objetivo das autoridades públicas envolvidas era influenciar a participação de empresas nacionais Diz:

Pouco menos de um ano da realização dos leilões, a imprensa nacional começou a divulgar, em maio de 1999, gravações realizadas pela Polícia Federal nas quais membros do alto escalão do Governo Federal discutiam a privatização do Sistema Telebrás.[...]. O argumento apresentado para a influência no processo seria promover “o bem da pátria”. Descartada a possibilidade de a avaliação ter sido equivocada, o resultado da privatização realmente foi surpreendente, atingindo um significativo ágio de mais de 60% e resultando na arrecadação de grande valor aos cofres públicos. (p. 106,107).

Entretanto, argumenta Dias (2004) que, apesar do resultado obtido na venda da empresa, não foram respeitados princípios que norteiam a Administração Pública como: “o da impessoalidade, legalidade, publicidade e principalmente da moralidade”.(p.107).

Apontamos que as irregularidades da instituição eram de conhecimento dos trabalhadores, tanto que formularam propostas, já elencadas, para resolução conjunta com a instância governamental. Em relação às liminares jurídicas, promovidas pelos trabalhadores, foram instrumentos eficazes que contribuíram para prolongar e adiar a privatização da empresa. Indagado sobre a eficiência das liminares jurídicas apresentadas pela representação dos trabalhadores, o presidente da Afubesp argumentou:

As ações que impetramos na justiça continuam ativas atualmente, ou seja, são ações que queremos ver os resultados. Se a privatização está posta e implantada não tem como questioná-la juridicamente, mas queremos que os envolvidos, que levaram o banco a esta situação de insolvência e irregularidades, sejam punidos, queremos justiça. São pessoas que falsearam o processo, que esconderam dados reais sobre o banco. A CPI do Banespa investigou este processo e chegou a conclusões que até pessoas não ligadas à instituição tiveram informações privilegiadas a respeito do banco. Nós queremos que tudo isso seja investigado e colocado às claras. A luta continua mesmo após a privatização, a luta agora é outra, isto é, é preservar o emprego dos trabalhadores e exigir que cumpram os direitos adquiridos. É a nossa tarefa atualmente e estamos fazendo isso com muita garra.

Com relação às liminares jurídicas, questionamos o presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, que disse:

Assim que foi estabelecido o processo de privatização com a intervenção depois a federalização, iniciamos com a entrada de liminares jurídicas para conter o processo. A partir do momento que foi determinado politicamente que ia caminhar para a federalização e depois para a privatização, nós desse momento em diante decidimos fazer todos os obstáculos possíveis. Jurídicos, administrativos, políticos o que fosse permitido. Desde o debate político na Assembléia Legislativa, que foi um longo debate que durou 6 meses, com a gente fazendo oposição e depois do processo de federalização, foi muito longo até a privatização. Foram mais de dois anos, aliás de três anos: final de 1997 até novembro de 2000. Colocamos nesse processo todos os obstáculos possíveis e mais os obstáculos que nós usamos eram, nada mais nada menos, que os obstáculos previstos na legislação do próprio governo, que era a lei

8086/66 que foi o nosso grande trunfo, em virtude das irregularidades que tinha neste processo.

As liminares jurídicas, assim como outras formas de resistência, adotadas pela categoria bancária contra a privatização do Banespa, permitiram beneficiar um contingente significativo de trabalhadores, ou seja, as entidades de representação sempre alegaram que, após a privatização, a tendência era ocorrerem demissões em massa, mesmo sendo estimuladas pelos planos de demissão voluntária. O teor dessas liminares contemplava, como já expusemos, várias irregularidades denunciadas pelos trabalhadores, cancelando o leilão de venda várias vezes, divulgado pelo Governo Federal. A folha bancária, periódico de circulação do Sindicato dos Bancários divulgou matéria chamando atenção para a “vitória” conseguida junto a Justiça Federal. Diz a notícia:

GANHAMOS! LIMINAR CONTRA O BANCO FATOR

Liminar cancela todo o processo licitatório que contratou o Banco Fator.

Vitória! Mais uma vitória! Na Sexta-feira, 30 de abril, o juiz da 15ª Vara da Justiça Federal, concedeu liminar suspendendo o processo licitatório do Banespa que contratou o Banco Fator S/A para avaliação econômico-financeira e modelagem para a privatização. O advogado, contratado pelo Sindicato, ingressou com ação cautelar com pedido de liminar baseada nos seguintes fatos: **a – parcialidade do Banco Fator na avaliação por causa do parentesco com o ministro Bresser Pereira, o que fere a impessoalidade e a imparcialidade; b – gratificação de 0,15% que o Banco Fator receberia ao final do processo de privatização, caracterizando-se novamente ausência de imparcialidade; c – pagamento de 20% como antecipação no primeiro mês; d – subcontratação de outras empresas para avaliação; e – vícios que comprometem o processo; f – quebra de sigilo por parte do Banespa que entregou listas de clientes e investidores.** Comemore conosco mais essa vitória. Entretanto, lembre-se, é a nossa mobilização, com a sua participação ativa, que efetivamente vai barrar a privatização. Não se deixe levar pela campanha de desinformação que visa quebrar moralmente os banespianos. A privatização não está dada. Estamos a todo vapor articulando com deputados federais e Assembléia Legislativa e caminhos alternativos. Vamos organizar um grande ato na comemoração dos 90 anos do Banespa. Procure seu sindicato, converse com prefeitos, vereadores, produtores rurais e todos os seguimentos da sociedade que

possam ajudar nessa luta. (Sindicato dos Bancários de São Paulo. Folha Bancária - FETEC-SP, CNB-CUT, n. 159, 04/05/1999).

Muitas dessas liminares, como a que expusemos, foram divulgadas e trazidas a público denunciando o processo de privatização do Banco do Estado de São Paulo. A resistência dos trabalhadores, mesmo adotando procedimentos legais e jurídicos estava ciente que o processo continuaria em andamento e, como noticiou o jornal Folha Bancária, de que os trabalhadores não podiam deixar de participar de mobilizações para dar continuidade ao movimento e legitimar sua atuação.

O movimento dos trabalhadores bancários do Banespa, unificado com outras entidades da instituição, sempre esteve à frente da associação dos trabalhadores. Esse movimento era representado pela Afubesp e compunha o que ficou denominado **“Comando Banespa”**. Esse comando era composto por várias entidades do conglomerado da instituição, exercendo pressão sobre o governo contra a privatização do banco. O Banespa possuía um conglomerado aglutinando várias entidades de representação dos trabalhadores. Entidades como: CABESP – Caixa Beneficente dos Funcionários do Banespa, entidade ligada à saúde dos trabalhadores bancários; BANESPREV- Banespa Previdência, fundo de pensão dos trabalhadores bancários; DIREP-COREP – Diretoria de Representação e Conselho de representação dos trabalhares bancários do Banespa; AFABESP – Associação dos funcionários Aposentados do Banespa. Todas essas entidades eram representadas por trabalhadores da instituição eleitos pelos próprios trabalhadores bancários do Banespa. Ao longo do período que culminou com o processo de privatização, 1995 a 2000, elas aglutinaram suas forças e se organizaram para lutar em defesa dos direitos dos trabalhadores, denunciando as irregularidades que estavam presentes antes da intervenção da instituição.

Para ter um poder maior de atuação, os trabalhadores do Banespa foram em direção às instâncias políticas, ou seja, direcionaram seus esforços e argumentos para a integrantes da política e seus partidos. Deputados, Senadores, Governadores de estados, receberam visitas do comando Banespa, sendo informados sobre as particularidades do processo de privatização do banco. Esse tipo de procedimento contribuiu para divulgar as ações dos trabalhadores em nível nacional, possibilitando um alargamento do debate em torno das questões relativas a esse processo. É o que veremos a seguir.

3.4 – Processo de privatização do Banespa e Partidos Políticos.

O Congresso Nacional e a Câmara dos Deputados do Brasil deveriam representar todos os brasileiros que, por sufrágio universal, elegem seus representantes para discutir todas as ações, atos e projetos que dizem respeito à sociedade como um todo, melhorando-a e organizando-a, distribuindo os recursos setoriais de seu P.I.B⁷⁶ para o conjunto da população.

O que se observa no cotidiano representativo partidário político é a ingerência de pequenas frações de classe, influenciando no conjunto de medidas a serem aplicadas para a sociedade em geral. Essas pequenas frações de classe englobam vários setores da atividade econômica do país, sobrepondo-se às questões sociais da população, tais como educação, saúde, habitação, etc. , permitindo a adoção de posturas que possibilitam um protecionismo para as frações de classes mais abastadas política e economicamente.

O movimento de resistência dos trabalhadores bancários do Banespa, sabedor dessa formação política partidária no país, tenta, através de sua vanguarda de atuação contra a privatização do banco, envolver o maior número possível de parlamentares para, juntos, discutirem as questões que envolviam o processo de privatização da instituição.

Deputados, senadores, prefeitos, vereadores e demais representantes da política nacional, foram noticiados pelos trabalhadores bancários dos acontecimentos que permeavam as questões que envolviam o processo de privatização. Mas, as medidas efetivas, que possibilitaram o envolvimento de alguns políticos a apoiarem o movimento de resistência, foram as várias manifestações que os trabalhadores bancários promoveram ao longo de todo o processo de privatização. Também, contribuiu para fortalecer o movimento dos trabalhadores, a participação de parlamentares bancários eleitos com base partidária, ligados à categoria profissional.

⁷⁶ Produto Interno Bruto.

Várias ações foram implantadas pelos trabalhadores. O Jornal *Folha Bancária do Sindicato* da categoria traz reportagem na qual incentiva os trabalhadores bancários a participarem de uma caravana com destino a Brasília, para participarem de uma mobilização solicitando audiência pública com os parlamentares federais, para discutirem as questões a respeito do Banespa⁷⁷.

Não somente na instância federal, mas, em todas as instâncias possíveis de atuação parlamentar, os trabalhadores bancários levaram a sua indignação manifestando-se contrariamente ao processo que os envolvia diretamente. O jornal *Folha Bancária*, periódico interno dos trabalhadores bancários, o jornal Afubesp, edições especiais do conglomerado dos trabalhadores, inclusive aposentados, através de sua representação, Afabesp e outros, diariamente traziam notícias sobre os acontecimentos envolvendo a categoria. Em uma dessas manifestações temos uma que pressionava a Assembléia Legislativa de São Paulo, a lançar proposta de um plebiscito⁷⁸ com participação de toda a população. De acordo com um diretor do sindicato dos bancários e funcionário do Banespa: “queremos que a bancada paulista assuma compromisso em defesa do banco e que a população seja consultada antes que se entregue para especuladores um patrimônio que lhe pertence”⁷⁹.

Essa ofensiva por parte dos trabalhadores fomentou a criação de uma CPI⁸⁰ para discutir os motivos que levaram o Banespa, a estar prestes a ser privatizado e não fazer mais parte da instância pública estadual. Toda a pressão exercida pelos trabalhadores

⁷⁷ Jornal *Folha Bancária*, 26,27,28 de janeiro de 2000. Diz a reportagem: “Caravana vai a Brasília: Um ato público em defesa do Banespa será realizado na Câmara dos Deputados, em Brasília, no próximo dia 02 de fevereiro. Haverá audiência pública em que serão denunciadas as irregularidades da federalização e tentativa de privatização do banco. O Sindicato colocará ônibus à disposição dos bancários e convoca todos os que tiverem disponibilidade para participar da manifestação”.

⁷⁸ De acordo com o jornal *Folha Bancária* de 21 e 22 de março de 2000, tal ofensiva tinha o seguinte objetivo: “O objetivo é conseguir, até 25 de abril, 250 mil assinaturas para que a Assembléia Legislativa aprove lei obrigando que seja feita consulta popular sobre o processo de privatização. Para isso cada banespiano tem de conseguir, no mínimo, trinta assinaturas e enviá-las o quanto antes para o Sindicato, Afubesp, e Direp/Corep”.

⁷⁹ Divulgado no Jornal *Folha Bancária*, 29, e 1 de março de 2000.

⁸⁰ Comissão Parlamentar de Inquérito.

bancários, resultou em um apoio dos líderes partidários da Assembléia Legislativa de São Paulo, que possibilitasse a tramitação de documento pedindo a aprovação da P.E.C 04/99⁸¹. O periódico do jornal Folha Bancária, de 23 e 24 de março de 2000, tem a seguinte reportagem:

BANESPIANOS CONSEGUEM APOIO DE DEPUTADOS NA ASSEMBLÉIA.

As entidades do Comando Nacional Banespa, entre elas Sindicato, Afubesp, Direp/Corep, FETEC-SP e CNB-CUT e a Federação de São Paulo e Mato Grosso do Sul, recolheram assinaturas dos líderes de treze partidos da Assembléia legislativa, dos catorze que existem, em documento que pede a votação do Projeto de Emenda Constitucional, PEC 04/99, que trata da renegociação da dívida do Estado e que prevê a retomada do Banespa pelo Estado. A aprovação dessa emenda inviabilizaria a federalização e pararia o processo de privatização.

Com relação à CPI, efetuada pela Câmara dos Deputados Federais, foram estabelecidos trabalhos direcionados para essa questão enfatizando os fatos que, pudessem agrupar argumentos que esclarecessem as reais razões que levaram o Banespa a sofrer intervenção federal. Foram analisados:

- ◆ A operação ARO de 06 de dezembro de 1990, de US\$ 220 milhões de dólares;
- ◆ Os desdobramentos das AROs;
- ◆ O agravamento da situação do Banespa e seus componentes;
- ◆ Consequência do RAET – Regime de administração especial temporária – na dívida do Estado para com o Banespa;
- ◆ Os créditos ao setor privado;
- ◆ O processo de avaliação e modelagem para a privatização do Banespa;
- ◆ As premissas adotadas pelo Banco Fator – responsável pela avaliação da instituição;
- ◆ A multa da Receita Federal e sua caracterização contábil;
- ◆ Títulos Federais que foram liberados às vésperas da privatização;
- ◆ Prejuízo do Estado de São Paulo com a venda do Banespa

⁸¹ Projeto de Emenda Constitucional.

Diante desses fatos elencados pela CPI do Banespa⁸², os parlamentares chegaram à conclusão de que houve, por parte do governo federal, estratégias que facilitassem a política do sistema financeiro, em privatizar os bancos estaduais do país. E durante a gestão do governo estadual em São Paulo – 1990 a 1994 - criaram condições para elaborar e efetivar a intervenção no Banco do Estado de São Paulo.

Sendo assim, pode-se dizer que a participação dos segmentos políticos da sociedade, atuou conjuntamente para entender o processo que passava a instituição, dando respaldo ao movimento dos trabalhadores bancários que procurou de várias maneiras “exigir” a interferência dos parlamentares que, logo após os trabalhos de investigação, encaminharam relatório com denúncias contra os responsáveis da situação do banco, para o Ministério Público Federal e Tribunal de Contas da União⁸³.

⁸² Esses fatos apontados estão publicados em uma cartilha explicativa editada pelo Deputado Federal Ricardo Berzoini, à época da CPI, (2002), editada em junho de 2002 em Brasília – DF.

⁸³ No jornal da Afubesp – Associação dos Funcionários do Banespa, n. 618 de 21 de junho de 2002, foi publicada a seguinte matéria: “CPI confirma irregularidades. O relatório final da CPI do Banespa, aprovado no dia 12 de junho, por unanimidade, apontou diversas irregularidades na intervenção e no processo de venda do banco. o documento será enviado aos ministérios públicos Federal e do Estado de São Paulo, ao Tribunal de Contas da União e ao Banco Central para a apuração de responsabilidades cíveis e penais dos envolvidos. Para Cido Sérgio, presidente da Afubesp, a apuração da sucessão de fraudes cometidas contra o banco e o patrimônio de São Paulo está ainda longe de ser concluída. “Caberá agora aos promotores do Ministério Público, auditores e conselheiros do TCU aprofundar as investigações, penalizar os responsáveis e obter o ressarcimento de eventuais prejuízos causados aos cofres públicos”. Prejuízos, por exemplo, que uma investigação mais aprofundada poderá encontrar na atuação “suspeita” dos avaliadores do preço mínimo do banco. O Valor encontrado definiu tanto o montante da remuneração dos consórcios como das ações em poder do governo paulista”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na medida em que a greve possibilita ao operariado dar passos no sentido de superar a imediatidade através da articulação das suas causas e motivações, levando-o a avançar qualitativamente no sentido de aprofundar as contradições do capital em sua totalidade e a pensar na problemática do controle social da produção, na medida em que esta articulação entre interesses postos pela imediatidade e interesses mais globais de transformação social for efetivada – o que somente se concretiza quando a ação grevista é resultado de uma teleologia consciente – a greve estará se constituindo num instrumento real no processo de desenvolvimento da subjetividade do ser social. Se, entretanto, ela não supera o plano da imediatidade e se atém aos aspectos isolados da contradição, se não capta suas múltiplas dimensões, se ela não pauta sua ação conduzida por uma direção política consciente, sua significação será muito mais restrita, podendo inclusive impedir, obscurecer ou até mesmo fazer retroceder o desenvolvimento da consciência de classe. (Antunes, 1992, p. 211).

Abordamos nesta pesquisa vários temas que polemizam a participação da classe trabalhadora bancária e a atuação dos seus órgãos de representação. O objetivo principal desse estudo foi analisar: “*As formas de resistência da categoria bancária do Banespa à privatização*”. Assim, foi selecionado um referencial teórico que nos permitisse entender o processo de privatização da instituição através de categorias analíticas que pudessem dar embasamento e contextualizar as nossas argumentações e hipóteses.

O corte epistemológico adotado nesta pesquisa trouxe autores que trabalham e denotam a particularidade do trabalhador bancário. Ressaltamos autores como Antunes, Jinkings, Boito, Alves, Chesnais e outros que, além de particularizar o trabalho bancário, aprofundam o pensamento das questões que permeiam o mundo do trabalho, buscando elementos teóricos que possibilitam ação teórica juntamente com o trabalho empírico.

A categoria analítica principal desse estudo é *resistência*, por ter sido o elemento central desta discussão e a principal mediação para o desenvolvimento desta pesquisa. Além dessa categoria que elegemos como central, temos: a luta de classes, trabalho, alienação, consciência de classe, emancipação política, propriedade privada e

capital. Definir elementos e uma bibliografia que contemplassem o entendimento dessas categorias, e conceituá-las no universo do trabalho bancário, exigiu aprofundamento teórico e pesquisa de campo. As entrevistas corroboraram nossos argumentos e enriqueceram o trabalho, valorizando a pesquisa científica e os dados coletados em vários documentos citados.

Podemos dizer que o movimento de resistência dos trabalhadores do Banespa, trouxe elementos importantes para fazermos uma análise a respeito das transformações do mundo do trabalho bancário. A atuação dos órgãos de representação dos trabalhadores bancários do Banespa demonstrou que a luta conjunta torna-se importante quando se tem a percepção da universalidade do movimento. A particularidade da luta dos bancários do Banespa está intrínseca à instituição, mas a sua dimensão universal está no engajamento de outras categorias profissionais mesmo que em um patamar restrito.

A cronologia proposta permeou a atuação das instâncias governamentais numa fase da sociedade brasileira que privilegiou políticas neoliberais, aprofundando as contradições e antagonismos decorrentes de posturas em favorecimento às organizações privadas. Esse estudo permitiu aprofundar questões que mostram que, quando uma fração de classe se une, em torno de objetivos na defesa de seus interesses particulares, não consegue totalizar a viabilização de suas propostas, mas quando esta mesma fração de classe possibilita a atuação conjunta com outros movimentos ligados à classe trabalhadora, percebe-se que há um engajamento profícuo e compensador. Temos que ter consciência que a ação revolucionária está além desta esfera de atuação. Reivindicar direitos trabalhistas e propor ações que defendam os interesses dos trabalhadores esbarram, na contrapartida de interesses patronais, também de cunho classista. Há de se ressaltar que a luta de segmentos da classe trabalhadora tem que ser necessariamente conjunta, seguida de procedimentos concretos capazes de anular a ofensiva capitalista.

Dessa maneira trouxemos ao debate algumas formas judiciais promovidas pelos trabalhadores bancários, para barrar o processo de privatização da instituição. Ações, segundo dados coletados e entrevistas realizadas, balizadas em procedimentos jurídicos legais. Enfatizamos a análise elaborada por Dias (2004), quando explicita e específica o processo de privatização da Telebrás, colocando que a interferência de membros do Governo Federal contribuiu para a venda da instituição e dilapidação do patrimônio público, ferindo os princípios que norteiam a administração pública⁸⁴.

A Afubesp – Associação dos Funcionários do Banespa, como uma organização fechada e restrita ao universo bancário, também possui um caráter fortemente corporativo em defesa do emprego e pelas condições legais trabalhistas dos bancários do Banespa. Ressaltamos seu esforço em permitir e envolver outras entidades de representação de trabalhadores, lutando por seus direitos e conquistas contra a ofensiva do Capital. Observamos que esse corporativismo apresentou uma tendência de superação, ou seja, aos interesses particulares se sobrepuseram os interesses coletivos, congregando forças de atuação conjunta, de modo que se valorizou o movimento sindical envolvendo outras categorias de trabalhadores, assim como, a participação política de alguns órgãos governamentais. Instituições como Universidades, Departamentos de estudos sócio-econômicos, sindicatos, segmentos de política partidária, organizações não governamentais, partidos políticos, participação efetiva do poder executivo, legislativo e judiciário, balizaram esse contexto de análises, contribuindo para o debate e dando entendimento as nossas argumentações.

Em relação à particularidade do trabalhador bancário que, também, vende sua força de trabalho para o capital, concordamos com Jinkings (1995, 2002) quando diz que

⁸⁴ Dias (2004) elenca uma série de itens sobre os princípios constitucionais da administração pública, são: 1–Princípio da Legalidade, 2–Princípio da impessoalidade, 3–Princípio da publicidade, 4–Princípio da eficiência: no direito estrangeiro e o direito brasileiro. Enfim, temas a respeito de empresas estatais e seus princípios.

são trabalhadores fornecedores de serviços específicos para o capital, isto é, trabalham com a mercadoria dinheiro.

Tecendo alguns comentários sobre os anexos, destacamos o Anexo I: Proposta de Administração do Banespa. Encontramos, nesse documento, elaborado pelos trabalhadores bancários e editado pelo sindicato da categoria, elementos que demonstram a organização da categoria em defesa de seus interesses. Mesmo de cunho corporativista o documento traz para o contexto da sociedade, uma proposta que privilegia vários segmentos sociais capazes de gerir e gestar os recursos financeiros da instituição. Denunciando os desmandos governamentais e trazendo para o debate, as questões principais que levaram o banco a uma situação de insolvência.

Em uma perspectiva de análise sociológica, constatamos que, no movimento de resistência dos trabalhadores bancários do Banespa, houve a denúncia de que, com a privatização da instituição, haveria a precariedade do trabalho dentro da instituição, contribuindo para a desestruturação da classe trabalhadora bancária, permitindo a perda de seus direitos e conquistas no âmbito da esfera jurídica constitucional. Também percebemos e constatamos que, no movimento de resistência dos trabalhadores bancários do Banespa, a ação política esteve sempre presente e foi capaz de contextualizar a greve como um todo organizado, ou seja, envolver e divulgar para o conjunto da categoria todos os procedimentos que a direção do movimento fomentava. Tentou-se e, em alguns momentos os resultados foram perceptíveis, que o envolvimento de outras categorias, mesmo que acanhadamente, contribísse para a eficácia do movimento de resistência dos bancários do Banespa.

Corroborando as palavras de Antunes (1992), não apenas as greves, mas qualquer movimento de trabalhadores que lutam contra a ofensiva capitalista necessitam ter ação consciente e efetiva. Sendo assim, constatamos que a atuação da associação dos

trabalhadores do Banespa, juntamente com o sindicato da categoria, trouxe “garantia” para alguns trabalhadores no período estudado – 1995 a 2000, isto é, houve um saldo positivo no movimento, pois participou, divulgou, denunciou e evitou a dispensa em massa desses trabalhadores, chamando a atenção da “sociedade civil” que democracia, cidadania e emancipação política são elementos da mesma ação política que congrega de um lado a classe trabalhadora, detentora apenas de sua força de trabalho e de outro a classe patronal, detentora dos meios de produção necessários ao desenvolvimento das forças produtivas da sociedade dos homens.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Giovanni. *Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho – no Brasil nos anos noventa*. In: TEIXEIRA, Francisco José Soares (Org.) e OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. (Org.). *Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva – As novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1998.

ALVES, Giovanni. *Trabalho e Mundialização do Capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização*. Londrina: Ed. Práxis, 1999.

ANDRÉ, M.M.E.D., e LUDIKE, M. *Pesquisa em Educação: abordagem qualitativa*. São Paulo: E.P.U., 1996.

ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Ed. Cortez; Campinas/SP; Editora da Universidade de Campinas, 1995.

ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista – as greves de 1978/80*. 2ª edição; Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1992.

ANTUNES, Ricardo. *O que é Sindicalismo*. Coordenação Vanya Santana – 19ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. Coleção Primeiros Passos – N° 3.

ARCARY, Valério. *Cinco polêmicas sobre os prognósticos de O Capital e o balanço da história*. In: Revista Novos Rumos. Ano 19 – n. 42. São Paulo: 2004.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. *A Construção do Consentimento*. São Paulo: Editora Scritta, 1998.

BAUMGARTEN, Maíra. *Reestruturação Produtiva e Industrial*. In: Cattani, Antônio Davi. *Dicionário Crítico sobre Trabalho e Tecnologia*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

BERTOLDO, Edna. *A Categoria do trabalho em Marx e Marcuse*. In: Revista Novos Rumos. Ano 17 – n° 38. São Paulo: 2002.

BIONDI, Aloysio. *O Brasil Privatizado*. Edição especial. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.

BLASS, Leila Maria da S. *Estamos em greve! Imagens, gestos e palavras do movimento dos bancários*. São Paulo: Hucitec, 1992.

BOITO Jr., Armando. *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã Editora, 1999.

BOTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editores, 2001.

BOSI, Ecléia. Simone Weill – *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

BOSI, Ecléia. *Simone Weil*. São Paulo: Editora brasiliense, 1983.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista: A Degradação do Trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Ed. J.C., 1987.

CATANI, Antonio David. *Trabalho & Autonomia*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

CATANI, Antonio David. *Dicionário Crítico sobre Trabalho e Tecnologia*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Ed. Ática, 1997.

CHESNAIS, François.(coord.). *A Mundialização Financeira – gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã editora; 1999.

DEL ROIO, Marcos. *A Classe Operária na Revolução Burguesa: A política de alianças do PCB – 1928 / 1935*. São Paulo: Oficina de Livros, 1990.

DEL ROIO, Marcos. *O Império Universal e seus antípodas – a ocidentalização do mundo*. São Paulo: Editor Ícone, 1998.

DIAS, Edmundo Fernandes. *Gramsci em Turim – a construção do conceito de hegemonia*. São Paulo: Editora Xamã, 2000.

DIAS, Jéferson Aparecido. *Princípio da Eficiência & Moralidade Administrativa*. Curitiba: Editora Juruá, 2004.

ENGELS, Friedrich. *A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Ed. Global, 1985.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Zaahar, 1979.

FREDERICO, Celso. *Consciência Operária no Brasil – Estudo com um grupo de trabalhadores*. São Paulo: Editora Ática, 1979.

FREDERICO, Celso. *O Jovem Marx: As origens da ontologia do ser social*. São Paulo: Cortez editora, 1995.

FREDERICO, Celso. *Lukács – um clássico do século XX*. São Paulo: Editora Moderna, 1997.

- FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- GRACIOLLI, Edílson José. *Um caldeirão chamado CSN: Resistência operária e violência militar na greve em 1988*. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 1997.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere* – volume 3. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004.
- HOBSBAWN, Eric J. *A Era do Capital – 1848/1875*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996.
- HOBSBAWN, Eric J. *Mundos do Trabalho: Novos estudos sobre a história operária*. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bredan. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra 3ª edição, 2000.
- JINKINGS, Nise. *O Mister de fazer dinheiro*. São Paulo: Ed. Jinkings editores associados Ltda., 1995.
- JINKINGS, Nise. *Trabalho e resistência na “fonte misteriosa”: os bancários no mundo da eletrônica e do dinheiro*. Campinas: Editora da Unicamp, Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- KUNH, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva S/A, 1989.
- LE GOF, Jacques. *Mercadores e Banqueiros da Idade Média*. Tradução Antônio de Pádua Danesi; revisão da tradução Lilian Escorel de Carvalho. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- LENIN, V.I. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Editora Global – editora e distribuidora Ltda., 1979.
- LENIN, V. I. *Sobre os Sindicatos*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- LENIN, V.I. *O que Fazer – as questões palpitantes do nosso movimento*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- LOUREIRO, I. e DEL MASSO, Maria Cândida Soares (organizadores). *Tempos de Greve na Universidade Pública*. Marília: Unesp-Marília publicações. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2002.
- LOWY, Michel. *Método dialético e teoria política*; tradução de Reginaldo Di Piero. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1975.

LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe*. Porto (Portugal). Publicações Escorpião, 1974.

MAURO, Gilmar e PERICÁS, Luiz Bernardo. *Capitalismo e luta política no Brasil – na virada do milênio*. São Paulo: Editora Xamã, 2001.

MARX, Karl e ENGELS, F. (org. Florestan Fernandes). *História*. São Paulo: Ática editora, 1984.

MARX, Karl. *Contribucion, a la critica de la Economia Política*. Madrid. Alberto Cerazon Editor, 1976.

MARX, Karl. *El Capital. El Proceso de Produccion del capital – libro primero, volumen 2. La Produccion del Plusvalor Relativo. La Produccion del Plusvalor Absoluto Y Relativo. El Salário*. Ed. Siglo XXI: Argentina editores S/A, s/d.

MARX, Karl. *A Guerra Civil na França*. São Paulo: Global, 1986.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Cortez editora, 1998.

MARX, Karl. *O Capital – Crítica da Economia Política.: O processo de produção do capital – volume 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e Burguesia no Brasil*. São Paulo: Cortez editora, 1997.

MÉSZÁROS, István. *Filosofia, Ideologia e Ciência Social – ensaios de negação e afirmação*. São Paulo: Editora Ensaio, 1996.

MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital*. Campinas: Boitempo editorial, 2002.

MÉSZÁROS, István. *O Poder da Ideologia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MILLS, Wright C. *A Imaginação Sociológica*. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1982.

OLIVEIRA, Paulo Salles (org.). *Metodologia das Ciências Humanas*. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista – o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OLIVEIRA, Francisco. *A navegação venturosa – ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

REZENDE, Antonio Paulo. *História do movimento operário no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

RODRIGUES, Alcinei Cardoso; GOUVÊA, Luiz Jorge; TERRAZAS, Marcelo; CARNEIRO, Ricardo de Medeiros. *Considerações sobre a Privatização do Banespa e o Relatório do TCU*. São Paulo: Dieese/Unicamp, novembro de 2000.

SAES, Décio. *Capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

SAES, Maria Silvia Macchinone. *A Racionalidade Econômica da Regulamentação do Mercado Brasileiro de Café*. São Paulo: Annablume editora, 1997.

SANTOS, Ariovaldo. *Trabalho e Globalização - a crise do sindicalismo propositivo*. Série Risco Radical. Editora Práxis. Londrina, 2001.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1986.

SINGER, Paul. *A formação da classe operária*. São Paulo: Editora Atual, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A Farsa do Neoliberalismo*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Editora Graphia, 1999.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VIEIRA, Oscar Vilhena. Prefácio; In: Dias Jefferson Aparecido. *Princípio da eficiência & moralidade administrativa*. Curitiba: Editor Juruá, 2004.

TARNAS, Richard. *A Epopéia do Pensamento Ocidental: para compreender as idéias que moldaram nossa visão de mundo*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

THIOLLENT, Michel. *Crítica Metodológica, investigação social e enquete operária* - 4ª edição. São Paulo: Editora Polis, 1985.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

FONTE DE DADOS

Confederação Nacional dos Bancários da CUT/CNB; Federação dos Bancários da CUT/SP (FETEC); Sindicato dos Bancários de São Paulo; Sindicato das Federações Cutistas; AFUBESP – Direp/Corep. *90 Anos – Você consegue imaginar São Paulo sem o Banespa?* São Paulo: 1998.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Linha Bancários. *Banco do Estado de São Paulo S/A – Banespa; Ajuste e Desempenho no período de 1993-1997*. Elaborado pelo DIEESE – subseções AFUBESP E CNB/CUT.: São Paulo, 1998.

Economia & Negócios. *Bancos, Um Golpe Federal*. In: Revista Isto É. 14 de novembro de 2000 n° 1676, São Paulo: 2000.

Emprego e Desenvolvimento Tecnológico: *Processo de integração regional*. Organizado pelo DIEESE. São Paulo: 1999.

Folha Bancária. *Temas relacionados com a Privatização do Banespa - Vários Temas*. Edições; Sindicato dos Bancários de São Paulo e Região. São Paulo, 1995 a 2000.

Folha de São Paulo 21 de novembro de 2000 n° 26165. *Santander Leva Banespa por R\$ 7 bi*. São Paulo: 2000.

GRADILONE, Cláudio. *Banespa aposta de risco*. In: Revista Exame 29 de novembro de 2000 n° 24: São Paulo, 2000.

Jornal da Afubesp. *Temas relacionados a Privatização*. São Paulo, 1995 a 2002.

Jornal Hora do Povo. *Temas relacionados à Privatização*. São Paulo: período de 10 a 13 de novembro de 2000.

Livro Banespa 60 anos – 1926 a 1986.

Revista Carta Capital. Edição de 08 de novembro de 2000 n° 135. *Privatização do Banespa: conta de checar*. São Paulo, 2000.

Sindicato dos Bancários e Financiaristas de São Paulo Osasco e Região; CNB – Confederação Nacional dos Bancários da CUT; FETEC-CUT/SP – Federação dos Bancários da CUT; DIREP/COREP – Diretoria de Representação e Conselho de representação dos funcionários do Banespa. *Projeto Banco Público*. Ed. Bangraf – Gráfica dos Bancários: São Paulo, 1995.

M.C.T. – Ministério da Ciência e Tecnologia. *Trabalhador, Ciência e Tecnologia*. Brasília: Edição CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1986.

TESES

BARRETO, Eleanora Frenkel. *Desemprego e (Des) Mobilização Política: A luta do Sindicato dos Bancários de Campinas e Região*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política do IFCH da Unicamp: Campinas, 2004.

BILEK, Luiz Lauro. *Mundialização do Capital e crise do sindicalismo: o caso do sindicato dos bancários de Londrina (1985-2004)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina: Londrina, 2004.

CARVALHO, Vanderlei Souza. *Imprensa e Neoliberalismo no Brasil (1995 – 1998): O posicionamento da revista Veja no primeiro governo FHC* Dissertação de Mestrado

apresentada ao Departamento de Ciência Política do IFCH da Unicamp: Campinas, 2004.

GALVÃO, Andréia. *Neoliberalismo e Reforma Trabalhista no Brasil*. Tese de doutorado em Ciências Sociais apresentada ao Departamento de Ciência Política do IFCH da Unicamp: Campinas, 2003.

GRACIOLLI, Edílson José. *Um Laboratório chamado CSN – greves privatização e sindicalismo de parceria: A Trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda*. Tese de doutorado em Ciências Sociais apresentada no IFCH da Unicamp: Campinas, 1999.

PIMENTA, Eli. *Aspectos da greve metalúrgica de Santo André em 1979*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: São Paulo, 1985.

TONET, Ivo. *Educação Cidadania e Emancipação Humana*. Tese de Doutorado apresentada na Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista: Marília, 2001.

ANEXO A
PROPOSTA DE ADMINISTRAÇÃO DO BANESPA

ANEXO D
ALGUMAS MANIFESTAÇÕES DOS BANCÁRIOS DO BANESPA

ANEXO E
MÍDIA E PRIVATIZAÇÃO DO BANESPA

